



# **Produto I**

## **RELATORIA DA I OFICINA DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM DEFESA AGROPECUÁRIA**

PCT BRA/IICA/16/001 – “Modernização da gestão estratégica do MAPA para aperfeiçoar as políticas públicas de promoção do desenvolvimento sustentável, segurança alimentar e competitividade do agronegócio”.

CARLA SIQUEIRA CAMPOS  
Contrato Nº 12200238  
Edital Nº 148/2022

Miguel Pereira, 14 de dezembro de 2022.

IDENTIFICAÇÃO			
Consultora: CARLA SIQUEIRA CAMPOS			
Número do Contrato: 12200238			
Nome do Projeto: Modernização da gestão estratégica do MAPA para aperfeiçoar as políticas públicas de promoção do desenvolvimento sustentável, segurança alimentar e competitividade do agronegócio			
Oficial/Coordenador Técnico Responsável: Juliana Moreira			
Data/Local: Miguel Pereira, 14 de dezembro de 2022			
CLASSIFICAÇÃO			
Temas Prioritários do IICA			
Agroenergia e combustível		Sanidade Agropecuária	X
Biotecnologia e Biossegurança		Tecnologia e Inovação	
Comércio e Agronegócio		Agroindústria Rural	
Desenvolvimento Rural		Recursos Naturais	
Políticas e Comércio	X	Comunicação e Gestão do Conhecimento	
Agricultura Orgânica		Outros	
Modernização Institucional			
Palavras-Chave: Educação; Comunicação; Defesa Agropecuária			
RESUMO			
Título do Projeto: BRA/IICA/16/001			
Subtítulo do Projeto: MODERNIZAÇÃO ESTRATÉGICA - MAPA			
Resumo do Projeto: Aperfeiçoar as políticas públicas de promoção do desenvolvimento sustentável, segurança alimentar e competitividade do agronegócio			
Qual o objetivo primário do Produto? Realizar a sistematização e elaborar análise crítica das discussões ocorridas na I Oficina de Educação e Comunicação em Defesa Agropecuária.			
Que problemas o Produto resolve? Organizar as contribuições que visam o aperfeiçoamento do Proesa.			
Como se logrou resolver os problemas e atingir os objetivos? Fazendo a sistematização e análise das contribuições.			
Quais resultados relevantes? Contribuições organizadas e comentadas.			
O que deve fazer com o Produto para potencializar o seu uso? Convidar profissional com experiência em redação de instrumentos jurídicos para orientar sobre os conteúdos construídos.			

## SIGLAS

ABIFINA - Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas especialidades

ABPA - Associação Brasileira de Proteína Animal

ADAPAR - Agência de Defesa Agropecuária do Paraná

Agro Defesa - Agência Goiana de Defesa Agropecuária

ANA - Agência Nacional de Águas

ANATER - Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

CDA - Coordenadoria de Defesa Agropecuária

CFMV - Conselho Federal de Medicina Veterinária

CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina

CONFEA - Conselho Federal de Engenharia e Agronomia do Brasil

DETEC - Departamento de Serviços Técnicos

DEGES - Departamento de Gestão Corporativa

DSA - Departamento de Saúde Animal

EA - Educação Ambiental

Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Enagro - Escola Nacional de Gestão Agropecuária

ENAP - Escola Nacional de Administração Pública

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

GEDUC - Gerência de Educação Sanitária e Ambiental

GT - Grupo de Trabalho

GTT - Grupo Técnico de Trabalho

IAGRO - Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal

IDAF - Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal

IDARON - Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia

INDEA - Instituto de Defesa Agropecuária do Mato Grosso

IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura no Brasil

IMA - Instituto Mineiro de Agropecuária

IN - Instrução Normativa

INDEA - Instituto de Defesa Agropecuária do Estado do Mato Grosso

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

OED - Órgãos Estaduais de Defesa

OESA - Organizações Estaduais de Sanidade Agropecuária  
OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde  
PEESDA - Programa Estadual de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária  
Proesa - Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária  
Pronea - Programa Nacional de Educação Ambiental  
PPP - Projeto Político Pedagógico  
SDA - Secretaria de Defesa Agropecuária  
SEAGRI - Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal  
SEDUC - Serviço de Educação Sanitária  
SINGREH - Sistema Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos  
SUASA - Sistema Nacional de Atenção à Sanidade Agropecuária  
TI - Tecnologia da Informação  
UEMA - Universidade Estadual do Maranhão  
UNIMES - Universidade Metropolitana de Santos  
USP - Universidade de São Paulo

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>Pg. 06</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>Pg. 07</b>
<b>MESA DE ABERTURA</b>	<b>Pg. 16</b>
<b>Módulo 1 - Harmonização do conceito de Educação Sanitária</b>	<b>Pg. 21</b>
Perguntas e Respostas	<b>Pg. 32</b>
Apresentação dos Trabalhos - Tema 1: Harmonização do Conceito de Educação Sanitária	<b>Pg. 34</b>
<b>Módulo 2 - Educação, Comunicação E Rede</b>	<b>Pg. 39</b>
Perguntas e Respostas	<b>Pg. 54</b>
Apresentação dos Trabalhos - Tema 2: Rede Nacional Interações	<b>Pg. 56</b>
<b>Módulo 3 - Relatos de Experiências</b>	<b>Pg. 63</b>
Apresentação Dos Trabalhos - Tema 3: Diretrizes Do Proesa	<b>PG. 86</b>
Apresentação Dos Trabalhos - Tema 4: Linhas De Atuação E Prioridades Do Proesa	<b>Pg. 92</b>
Apresentação dos Trabalhos - Tema 5: Papéis, Responsabilidades E Estrutura Organizacional	<b>Pg. 100</b>
<b>DINÂMICAS E SOCIALIZAÇÃO</b>	<b>Pg. 107</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>Pg. 118</b>

# APRESENTAÇÃO

A Educação Sanitária no Brasil é regida pelo Decreto nº 5.741/2006, que versa sobre o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), e pela Instrução Normativa (IN) nº 28, de 15 de maio de 2008, que institui o Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária (Proesa). Nestes, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) é reconhecido como a instância central e superior, responsável por desenvolver, de forma continuada, a gestão de planos, programas e ações em educação sanitária de forma articulada com outras instâncias, assumindo uma estrutura de comando e de gestão a nível nacional.

Observa-se, no entanto, que apesar do ordenamento jurídico falta construir uma estrutura em nível nacional para padronizar, orientar, coordenar e avaliar os resultados da Educação Sanitária realizados pelos Órgãos de Defesa Estaduais, estabelecendo um modelo de comando e gestão nesta pasta.

Veio a contribuir com a superação desta lacuna o Projeto de Cooperação Técnica PCT BRA/IICA/16/001 – “Modernização da gestão estratégica do MAPA para aperfeiçoar as políticas públicas de promoção do desenvolvimento sustentável, segurança alimentar e competitividade do agronegócio”, firmado entre o MAPA e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), cujo objetivo é prover conhecimentos técnicos e informações que auxiliem a proposição e a execução de políticas públicas voltadas para o fortalecimento e a expansão da agricultura no país de forma sustentável.

Neste cenário, foi publicado o Edital 148/2022 com o objetivo de contratar uma profissional para realizar a relatoria da I Oficina de Educação e Comunicação em Defesa Agropecuária, em novembro de 2022.

Dessa forma, é apresentado o documento em tela, que corresponde ao Produto I do contrato nº 12200238, que atende ao Edital 148/2022, relacionado ao BRA/IICA/16/001. Neste consta o detalhamento do evento, a análise crítica das discussões e decisões, o registro documental do conteúdo dos debates, metodologias e resultados esperados, bem como a identificação de eventuais gargalos e medidas de mitigação e caminhos/ações que podem ser adotados.

# INTRODUÇÃO

A I Oficina de Educação e Comunicação em Defesa Agropecuária foi realizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), por meio do Serviço de Educação Sanitária do Departamento de Serviços Técnicos do Serviço de Educação Sanitária do Departamento de Serviços Técnicos da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura no Brasil (IICA).

O evento, que aconteceu nos dias 16, 17 e 18 de novembro de 2021 no auditório da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em Brasília, teve um caráter de oficina de trabalho, visando criar um espaço para reflexão e proposição de elementos centrais para a execução e aprimoramento da política de Educação Sanitária. Para tanto, foram convidados a participar diversos *stakeholders*, dentre os quais, representantes do MAPA, dos Órgãos Estaduais de Defesa Agropecuária e de Extensão Rural, representantes do setor produtivo agropecuário e da agroindústria, de institutos de pesquisa, universidades e outros Ministérios, incluindo Meio Ambiente, Saúde e Educação.

Foram objetivos principais desta Oficina: (i) a harmonização do conceito e de ideias sobre educação sanitária; (b) a atualização e propostas de viabilidade do Proesa, a partir de um Plano Nacional de Ações em Educação e Comunicação em Defesa Agropecuária, contendo prioridades e principais linhas de atuação, de forma articulada com as três instâncias do Sistema Nacional de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), considerando um período de 5 anos; (c) a atualização das diretrizes nacionais do Proesa, para os setores público, privado e consumidores em geral; (d) a definição de competências, papéis, responsabilidades e estrutura organizacional atualizada para o Proesa; e (e) a articulação de uma Rede colaborativa de âmbito nacional.

A programação conjugou palestras ministradas por profissionais com vasta experiência, com Grupos de Trabalho. O conteúdo proferido foi dividido em três módulos temáticos, cada qual com um conjunto de apresentações que serviu para estimular as produções de conteúdos que se seguiram nos Grupos de Trabalho.

Os palestrantes e os respectivos temas e assuntos associados foram:

- Módulo I - Harmonização do conceito de educação sanitária

Abrindo esse módulo, a sra. Juliana do Amaral Moreira Conforti Vaz explorou o tema da importância da participação colaborativa interagências para o fomento e a execução da educação sanitária. Na sequência, o sr. Clóvis Improta discorreu sobre o tema princípios e conceitos da educação sanitária em defesa agropecuária no Brasil. Seguindo, a sra. Maria Thereza Bonilha Dubugras expôs o tema educação sanitária e comunicação de risco.

- **Módulo II - Educação, Comunicação e Rede**

O primeiro palestrante deste módulo, o sr. Luís Fernando Soares Zuin, abordou sobre a importância da educação e comunicação dialógicas, destacando a experiência na formação da Rede Aurora e a metodologia do livro Diálogos. Após, a sra. Roberta Pereira de Barros apresentou o Plano Nacional de Saúde da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), focando no campo da Educação em Saúde Ambiental. Na sequência, a sra. Renata Maranhão tratou sobre Programas nacionais de educação ambiental e capacitação em recursos hídricos, e a sra. Sílvia Satiko Onoyama Mori compartilhou a experiência da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) na formação de uma rede de comunicação interagências e na educação digital. Encerrando esse módulo, o sr. Carlos Roberto de Albuquerque Lima apresentou a aplicação do método SOMA na educação em defesa agropecuária.

- **Módulo III - Relatos de Experiências** <sup>1</sup>

Neste bloco os palestrantes socializaram experiências de seus trabalhos, havendo representação de todas as regiões brasileiras e quase todos os Estados brasileiros. Major Josias Soares de Freitas Júnior compartilhou a experiência em Comunicação de Risco na tragédia de Brumadinho, a sra. Rosa Maria Antunes trouxe a experiência da região Sudeste na educação sanitária, o sr. Diego Medeiros Gindri a experiência da região Sul na educação sanitária, a sra. Ana Beatriz Barbosa de Castilho a experiência da região Centro-Oeste na educação sanitária, o sr. Francisco Ives Tavares Pereira a experiência da região Nordeste na educação sanitária e a sra. Sandra Tereza Teixeira a experiência da região Norte na educação sanitária.



**Foto 1:** Programação do 1º dia da I Oficina de Educação e Comunicação em Defesa Agropecuária.

<sup>1</sup> Neste bloco esperava-se a palestra da sra. Marina Ferreira Zimmermann, que exporia a experiência do CNA/SENAR na educação sanitária, contudo, em razão de uma falha de comunicação quanto ao dia e horário de sua palestra, e a agenda da palestrante, essa exposição não ocorreu.

**Foto 2:** Programação do 2º dia da I Oficina de Educação e Comunicação em Defesa Agropecuária.

**I Oficina de educação e comunicação em defesa agropecuária**

Canal da Enagro no Youtube

15 a 18 de novembro de 2022

APONTE A CÂMERA DO CELULAR PRO QR CODE E ENTRE DIRETO NA LIVE

**PROGRAMAÇÃO**

17/11/2022

**MÓDULO: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS**

- 08h30-08h50 – A experiência em Comunicação de Risco na tragédia de Brumadinho – Major Josias Soares de Freitas Júnior
- 08h50-09h05 – A experiência do CNA/SENAR na educação sanitária – Marina Ferreira Zimmermann - CNA
- 09h-05- 09h20 – A experiência da região Sudeste na educação sanitária – Rosa Maria Antunes – SEAPPA-RJ
- 09h20-09h35 – A experiência da região Sul na educação sanitária – Diego Medeiros Gindri CIDASC - SC
- 09h35-09h50 – A experiência da região Centro-Oeste na educação sanitária – Ana Beatriz Barbosa de Castilho – INDEA-MT
- 09h50-10h05 – A experiência da região Nordeste na educação sanitária – AFFA Francisco Ives Tavares Pereira
- 10h05-10h20 – A experiência da região Norte na educação sanitária – Sandra Tereza Teixeira – IDAF-AC
- 10h20-10h40 – Perguntas
- 10h40-12h40 – Discussão em grupo - TEMA 3 – Diretrizes do Plano Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária - Proesa
- 12h30-14h00 – Almoço
- 14h00-16h00 – Discussão em grupo - TEMA 4 – Principais linhas de atuação e prioridades do Proesa
- 16h00-18h00- Discussão em grupo – TEMA 5 – Papéis e responsabilidades das três instâncias e estrutura organizacional do Proesa

**I Oficina de educação e comunicação em defesa agropecuária**

Canal da Enagro no Youtube

15 a 18 de novembro de 2022

APONTE A CÂMERA DO CELULAR PRO QR CODE E ENTRE DIRETO NA LIVE

**PROGRAMAÇÃO**

18 /11/2022

- 09h00-10h00 - Plenária – Tema 1 - Harmonização do conceito educação sanitária
- 10h00-11h00 - Plenária - Tema 2 - Rede Nacional multiinstitucional do Proesa
- 11h00-12h00 – Plenária – Tema 3 – Diretrizes do Proesa
- 12h00-14h00 - Almoço
- 14h00-15h00- Plenária – Tema 4 – Principais linhas de atuação e prioridades do Proesa
- 15h00-16h00 – Plenária – Tema 5 – Papéis e responsabilidades das três instâncias e estrutura organizacional do Proesa
- 16h00-16h30 – Encerramento e avaliação do evento. Que temas você sugere para as próximas reuniões? Menti
- 16h30-18h00 - Coffee break - confraternização

**ORGANIZAÇÃO: SEDUC/DTEC/SDA/MAPA**  
Serviço de Educação Sanitária

ENAGRO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

**Foto 3:** Programação do 3º dia da I Oficina de Educação e Comunicação em Defesa Agropecuária.

O formato utilizado foi de um evento híbrido, integrando o presencial ao virtual, onde os participantes puderam acompanhar em tempo real as palestras e plenárias. Adotando uma abordagem integradora, o evento remoto proporcionou salas virtuais de trabalho para que os participantes pudessem refletir, dialogar e dar contribuições. Junto a isso, nos momentos destinados à fala dos participantes, foram compartilhadas as produções do Grupo de Trabalho (GT) remoto.

A moderadora do evento, Mônica Soares Cruz, orientou os participantes sobre a distribuição nos GTs, a dinâmica das atividades e, quando estava ocorrendo os trabalhos em grupo, circulou para auxiliar na gestão do tempo e das produções.



Adicionalmente, cada Grupo de Trabalho era acompanhado por um(a) moderador(a), que permanecia todo tempo orientando os participantes, estimulando as contribuições e ordenando os trabalhos. Foram moderadores os seguintes participantes:

**Foto 4:** Equipe de moderadores do evento remoto.

**Tabela 1: Relação dos Moderadores.**

Modalidade do evento	Moderadores	Instituição
<b>Presencial</b>	Mônica Cruz	IICA
	Alexander Dornelles	MAPA
	Cristina Sabbo	Instituto Pasteur
	Juliana Moreira	MAPA
	Paula de Santis Bastos	Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES)
<b>Remoto</b>	Filipe Espíndola	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI)
	Flávia Maria de Oliveira	
	Miriam Sasaki Sayuri	MAPA
	Valéria Gentil Tommaso	Instituto Pasteur

As perguntas que nortearam as produções dos GTs para cada tema foram:

1) Tema 1: Harmonização de conceitos de educação sanitária

Considerando os conceitos de educação sanitária postulados no Artigo 2º da IN nº 28/2008, no Artigo 39º do Decreto 5.741/2006 e os utilizados nas áreas de saúde humana, ambiental e nas Organizações de referência, como Organização Mundial de Saúde (OMS) e Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA) e outras da área vegetal, responder: Como podemos harmonizar os conceitos da educação sanitária em defesa agropecuária na rede de participação colaborativa interagências? Como produto espera-se a formulação de um conceito de Educação Sanitária.

2) Tema 2 - Rede Nacional Multi-institucional

Com base nas experiências e conhecimentos individuais, assim como nas estratégias adotadas pelas instituições nas quais os participantes trabalham, responder: (a) Como contribuir para constituir a Rede de Cooperação Interagências do Proesa? (b) Como seria a articulação da Rede

de Cooperação do Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária? (c) Mapear quem faria parte da rede; e (d) Considerar na resposta os avanços, desafios, propostas de melhoria, ações necessárias, indicadores, prazo (curto: 0 a 1 ano; médio: 1 a 3 anos; e, longo: 3 a 5 anos e responsáveis).

### 3) Tema 3 - Diretrizes do Plano Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária (PROESA)

Tomando como referência as diretrizes definidas no Artigo 7º da IN 28 de 2008 deve-se responder como as diretrizes do Proesa podem ser aprimoradas, descrevendo-as e apontando avanços, desafios, propostas de melhoria, ações necessárias, indicadores, prazo e responsáveis.

### 4) Tema 4 – Principais linhas de atuação e prioridades do PROESA

Quais as principais linhas de atuação e prioridades para o período de cinco anos para o Proesa? Como prioridades podia-se sugerir temas a serem trabalhados nesse período. Já com relação às linhas de atuação, considerar também as metodologias a serem priorizadas.

Adicionalmente, descrever os avanços, desafios, propostas de melhoria, ações necessárias, indicadores, prazo e responsáveis.

### 5) Tema 5 - Papéis e responsabilidades das 03 instâncias e a estrutura organizacional do Proesa

Os participantes devem criar organogramas e/ou mapas mentais propondo a estrutura organizacional do Proesa e descrevendo os papéis e responsabilidades de cada parte.

No módulo 1 foi utilizada a metodologia conhecida como “World Café”. Com esta, cada GT definiu um sistematizador e um relator que permaneceram fixos, representando o grupo. Os demais participantes tiveram tempo de permanência determinado e circularam por outros grupos, contribuindo com a construção das propostas por onde passaram. O objetivo foi estimular maior produção de ideias. Em razão da solicitação dos participantes e da complexidade das produções solicitadas para os demais Módulos, a dinâmica adotada passou a ser de manter o grupo original fixo, sem fazer rodízio.

Cabe lembrar que, enquanto ocorriam os GTs no evento presencial, os participantes do ambiente remoto se reuniam em uma sala virtual para produzirem suas contribuições. Os Gts tiveram a seguinte composição:

## GRUPO AMARELO



Ana Cristina Paiva, IMA/MG; André Dusi, Embrapa; Ester Aguiar, DSA-SA-MAPA/DF; Guilherme Recla, IDAF/ES; Jefferson Paes, SFA-MAPA/RR; Rachel Barbosa, Idaron/RO; Rosa Maria Antunes, SEAPPA/RJ; Sílvia Mori, DATER-SAF-MAPA/DF; Wilson Moraes, SFA-MAPA/SP e moderadora Cristina Sabbo;

## GRUPO VERMELHO



### Grupo de Trabalho 1

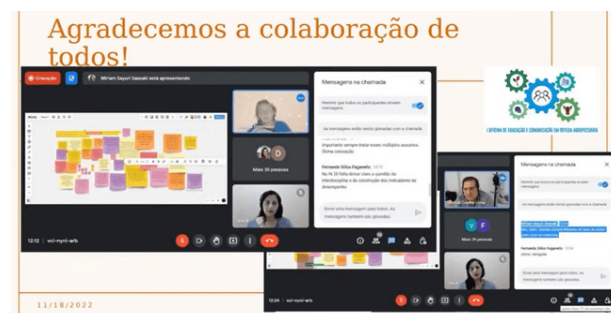
ANA BEATRIZ BABOSA - INDEA  
ANDERLISE BORSOI - DSA  
ADRIANA CAVALCANTI - SDA  
BETARIS - SFA RS  
ERIVÂNIA CAMELO - CFMV  
GISELE CAMARGO - SFA SP  
IVES - SFA CE  
LIZIÊ - SDA  
MARIA CAROLINA GUIDO - SP  
RODRIGO BAIOCCHI - AGRODEFESA  
ROSEANE SIGNORETTI - IICA  
SUZANA BRESSLAU - DSA



Ana Beatriz Barbosa de Castilho, INDEA/MT; Anderlise Borsoi, DSA-SPA-MAPA; Beatris Kuchenbecker, SFA-MAPA/RS; Erivânia Camelo, CFMV; Francisco Ives Tavares, SFA-MAPA/CE; Licério Magalhães, Idaron/RO; Liziê Buss, SPI-MAPA/DF; Manoel Araújo, IBAMA; Maria Carolina Guido, CDA/SP; Suzana Bresslau, SDA-MAPA; Wilda da Silveira Pinto, aposentada do MAPA/DF, e a moderadora Juliana Moreira;

## GRUPO ONLINE

Participantes on-line			
Adriana Sacoto	Elane Chaves	Glauca Ferigolo,	Marcelo K. Yoshida
Alessandra Adagro-PE	FILIPPE ESPINDOLA	Helôisa Rocha	Margarda Prozeres
Alex	Fernanda Sillins Faganello	IMA Multum	Maria do Carmo Pessoa Silva
Elías	Flávia Maria de Oliveira	IVE São Martinho	Mariane Dalberto
Allany Medeiros	Francine Castro	Isabel Cristine Silveira de Oliveira Teles	
Amanda França	Gelson de Souza Araújo	Isabel Cristina	
Ana M. Amaral	Gisele Leite Camargo	JB Silva	Maristela Brito Vicente Correa
Ana Miranda		Jamylee Saad Maiolino Vianna	Shara Veloso
Andréa Carla		Joicy Castro	Sheila Caputo
Anibal Coelho Lima		José Ines Souza Cruz Jr	Silvania Andrade Reis,
Carolina Kamiyama		Juliana Solozabal Martins da Rocha	Silvia Libman
Catarina Mattos Sobrinho		Juscimara Prado Shiroma de Araújo	Tatiana Teodoro
Celen Rezende		KASSIA ELIANE SILVA	Terezinha Feldens
DIOGO LUIZ CADOTTI		Kalina Monteiro- Adagro/PE	Thais D'Avila
Daniele da Costa Montoni		Karin Silva	Ute de Porto Espiridiao
Deise Lucide		Karine Bordignon	Valéria Tommaso
Desvegetal Iagro		Luciano Fabrício	andrelia Ianna
Eduardo Prado		Maéli Rayanne	clovis carmelio
OFICINA DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO			marluce correa bronze Bronze



## GRUPO AZUL



Andressa Fernandes, IDAF/ES; Ângela Boni, Iagro/MS; Carlos Albuquerque, aposentado do SFA-MAPA/GO; Christian Barnadd, SFA-MAPA/AM; Diego Medeiros Gindri, CIDASC/SC; Fernando Marini, ABIFINA; Hélia Piedade, SEMA/SP; José Maurício Teixeira, SFA-MAPA/ES; Marcondes Palmeira, SEAGRI/DF; Maria Thereza Dubugras, Instituto de Saúde/SP; Paula Araújo, ADAF/AM; Rossana Serrato, Agrodefesa/GO; Sandra Teixeira, IDAF/AC; Tabatha Lacerda, ABPA e o moderador Alexander Dornelles;

## GRUPO VERDE



### I OFICINA DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM DEFESA AGROPECUÁRIA

Brasília, 2022

### Grupo verde



- ☐ Luiz Augusto Copati Souza – MAPA Sede
- ☐ Gustavo Ferreira da Silva – MAPA Acre
- ☐ Clóvis Thadeu Rabello Improta – consultor/UEMA
- ☐ Josias Soares de Freitas Junior – CBM MG
- ☐ Paula A. S. Bastos – UNIMES
- ☐ Rosa Maria Ferreira Nogueirol Odorizzi – CDA SP
- ☐ Sonia Azevedo Nunes – MAPA SFA RN
- ☐ Max Cardoso - EMATER DF

Clóvis Improta, professor da UEMA; Elisângela Fidélis, EMBRAPA; Gustavo Ferreira, IDAF/AC; Luiz Augusto Copati, MAPA; Major Josias, Corpo de Bombeiros/MG; Maximiliano Cardoso, Emater/DF; Rosa Maria Ferreira, Defesa Agropecuária/SP; Sônia Nunes, SFA-MAPA/RN. e a moderadora Paula Bastos;

Os participantes do evento presencial passaram pelo credenciamento e receberam um kit com material de apoio, composto por ecobag, bloco de anotações, crachá, programação, a Seção IV do Decreto 5.741 de 30 de março de 2006 (organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências), que versa sobre a Educação Sanitária, e a Instrução Normativa nº 28, de 15 de maio de 2008, que institui o Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária.



**Foto 5:** Partes integrantes do Kit entregue aos participantes (ecobag, bloco de anotações e crachá).

Outras ações constantes do processo de credenciamento e controle da frequência foram as assinaturas na lista de presença e o preenchimento de uma lista de contatos, constando informações como nome, instituição e e-mail, com o intuito de criar um grupo articulado em torno da educação e comunicação sanitária em defesa agropecuária, dando início a uma Rede Interagências atuante na pasta em questão.

Fez parte ainda do evento presencial, alguns momentos de socialização, conduzidos por dinâmicas, um sorteio de livros doados pelos participantes e uma avaliação não obrigatória do evento.

Com relação à participação, conforme se comprova nas listas de presença, 49 (79%) pessoas participaram integralmente do evento, e 13 (21%) participaram presencialmente ao menos em 1 dia do evento, totalizando 62 participantes. Esta participação garantiu a representação das categorias de *stakeholders* previstos e de todas as cinco regiões brasileiras, capilarizando e enriquecendo o debate.

Com relação ao evento remoto, segundo a Escola Nacional de Gestão Agropecuária (Enagro), proprietária do canal no YouTube onde o evento presencial foi transmitido, 262 espectadores assistiram a transmissão em tempo real na manhã do primeiro dia, 200 na tarde do primeiro dia, 288 na manhã do segundo dia e 23 no terceiro dia.

O conteúdo transmitido permanece disponível no canal da Enagro, no YouTube, nos seguintes endereços eletrônicos:

Tabela 2: Endereço eletrônico do evento.

Data da Oficina	Período	Conteúdo	Endereço
16.11.2022	Manhã	Abertura e Módulo I: Harmonização do conceito de educação sanitária	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=PUdhl-G9ag4&amp;t=192S">https://www.youtube.com/watch?v=PUdhl-G9ag4&amp;t=192S</a>
	Tarde	Módulo II: Educação, Comunicação e Rede	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=zeOOYWcwFC0">https://www.youtube.com/watch?v=zeOOYWcwFC0</a>
17.11.2022	Manhã	Módulo III: Relato de Experiências	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=AJPW4CZCnL8">https://www.youtube.com/watch?v=AJPW4CZCnL8</a>
18.11.2022	Manhã e Tarde	Plenária	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=rJ5OhLVMm6g">https://www.youtube.com/watch?v=rJ5OhLVMm6g</a>

# MESA DE ABERTURA



**Foto 6:** Vista da Mesa de Abertura da I Oficina de Educação e Comunicação em Defesa Agropecuária.



**Foto 7:** Composição da Mesa de Abertura da I Oficina de Educação e Comunicação em Defesa Agropecuária.

A abertura teve início com a fala de boas vindas feita pela sra. Juliana Moreira, que informou sobre o MAPA ser o organizador da Oficina, em parceria com o IICA e com apoio da Embrapa, a quem agradeceu por ter cedido o espaço.

Dando prosseguimento, a sra. Juliana convidou para compor a mesa de abertura os senhores, o Dr. Márcio Rezende Evaristo Carlos, Secretário de Defesa Agropecuária Substituto, o Dr. José Luís Ravagnani Vargas, Diretor do Departamento de Serviços da Secretaria de Defesa Agropecuária, e a Dra. Lúcia Maia, Coordenadora de Sanidade Agropecuária e Inocuidade dos Alimentos do IICA Brasil. Antes de dar a palavra para a mesa de abertura, a sra. Juliana informa sobre os objetivos da Oficina.



### **Pronunciamento da Dra. Lúcia Maia (IICA)**

---

Dra. Lúcia Maia dá as boas-vindas e deseja bons dias de trabalho aos participantes. Lembra que resgataram a memória da Oficina que ocorreu em 1996 e recorda que muitos que estavam discutindo educação sanitária naquele momento se encontram reunidos nesta Oficina, o que reflete a continuidade do investimento para avançar com os desafios da educação sanitária e o acúmulo de experiências desses profissionais.

Reforça que esse debate é muito importante para qualquer programa de saúde animal, vegetal, humana e saúde única, esta última voltando ao centro da atenção após a pandemia de COVID-19.

Conta que foi um desafio organizar a programação do evento em razão de haver muitas experiências, ideias e contribuições que precisavam estar presentes. Encerra agradecendo e reforçando os votos de bom trabalho a todos.



### **Pronunciamento do Dr. José Luís Ravagnani Vargas (Secretaria de Defesa Agropecuária/MAPA)**

---

Dr. José Luís inicia sua fala dizendo da felicidade de estarem retomando esse debate, que avalia não ter sido coordenado em nível nacional pelo governo federal, na última década e meia, o que faz deste um grande recomeço.

Vê-se nesta Oficina uma diversidade de profissões, uma diversidade de áreas e de instituições. Inicialmente, havia sido pensada uma Oficina para 40 pessoas presenciais e, dada a quantidade de colaborações importantes, fecharam em pouco mais de 60.

De 2018 para 2019 a Secretaria de Defesa Agropecuária foi reestruturada, mas faltou a educação sanitária no primeiro Decreto de 2019. Quando houve a revisão do Decreto, em 2021, foi atribuída ao Departamento de Serviços Técnicos (DTEC) a competência pela educação sanitária. A partir disso, avançaram com algumas ações, a exemplo da realização desta Oficina e antes instituíram um serviço de educação sanitária, dentro do Departamento, cuja Juliana Moreira é a atual chefe. Ao definir um corpo técnico e um locus para tratar a educação sanitária, torna-se possível avançar na pasta, e mais difícil que ela retroceda.

Há uma discussão de se instituir um corpo para tratar a saúde única e a comunicação de risco, dentro do MAPA, porque a intenção é construir um projeto de saúde única mais robusto no Ministério.

É pretendido revisar a Instrução Normativa nº 28/2018 (IN), ter um Plano, dentro do Proesa, com definição de metas para os próximos anos e realizar um Congresso, em 2023, para apresentar experiências bem-sucedidas, possivelmente em maio.

Dr. José Luís finaliza desejando bom trabalho e agradecendo a participação de todos!



### **Pronunciamento do Dr. Márcio Rezende Evaristo Carlos (Secretaria de Defesa Agropecuária/MAPA)**

Dr. Márcio Rezende agradece ao convite para compor a mesa de abertura, lembra que está representando o Secretário da Secretaria de Defesa Agropecuária e que sente-se à vontade com o tema, porque já esteve na Academia e em órgão estadual de defesa agropecuária, no Instituto Mineiro de Agropecuária, e acompanhou trabalhos de educação sanitária.

O Secretário substituto entende que mesmo ainda não havendo uma Coordenação específica, o tema segue sendo trabalhado, porque é essencial dentro dos órgãos de defesa agropecuária.

Hoje, encontram-se reunidos para pensar as melhores formas de avançar o Proesa, incluindo definir diretrizes, prioridades, como estruturá-lo e outros assuntos que colaborem com esta finalidade.

Dentre os desafios que existem, um deles é trabalhar a transversalidade dentro do MAPA. Outro é fazer a adequação do SUASA, cujo Decreto data de 2006. Esta Oficina, porque trabalhará com uma programação vasta, também é um desafio. Nesse sentido, Dr. Márcio Rezende recomenda que exercitem a objetividade, para conseguirem produzir os conhecimentos que buscam com a realização desta Oficina.

Sugere que avaliem a prioridade: se saírem com uma definição de estrutura de funcionamento, ou de revisão da IN nº 28, dando alguns exemplos. Importante que as propostas sejam apresentadas ao MAPA, que detêm o papel de coordenador desse trabalho.

Finaliza desejando bom evento e que as expectativas de todos sejam atendidas.



O momento de abertura e homenagem se encerra com a apresentação do **sr. Luiz Antonio Corrêa Lucchesi**, representante do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia do Brasil (CONFEA), que se apresenta e informa estarem investindo para internalizar conhecimentos em educação ambiental, com um olhar consorciado para a agricultura, pecuária e meio ambiente, uma vez que tratam-se de questões intimamente ligadas.

Também a **Dra. Erivânia Câmelô**, representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária, foi apresentada e proferiu algumas palavras reiterando a importância de realizar uma educação sanitária integrada. Defendeu que saber fazer esse tipo de educação exige conhecimento em teoria da comunicação, para alcançar os produtores e a sociedade em geral. Sendo médica veterinária, reconheceu que sua categoria tem dificuldade de pensar a saúde única.



# MÓDULO 1 - HARMONIZAÇÃO DO CONCEITO DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA

---

## APRESENTAÇÕES





## **A Importância da participação colaborativa interagências para fomento e execução da educação sanitária.**

**Juliana Moreira**

Graduada em Medicina Veterinária pela Universidade Federal Fluminense, mestre em Microbiologia e Imunologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atuou como responsável pelo controle nacional de vacinas antirrábicas no Laboratório Nacional Agropecuário do MAPA, atual LFDA-SP. Lecionou as disciplinas de Imunologia, Parasitologia, Doenças Parasitárias, Laboratório Clínico e Semiologia para cursos de medicina veterinária. Atualmente, é auditora fiscal federal agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. No MAPA, foi ponto focal do Programa Nacional de Controle da Raiva e Prevenção da Encefalopatia espongiforme bovina - EEB pelo Serviço de Saúde Animal da SFA-SP, de bem-estar animal e responsável pela investigação de avisos de violação por presença de resíduos em produtos de origem animal. Membro fundadora da Comissão de Educação Sanitária da SFA-SP/MAPA, participando de sua coordenação desde 2017. Esta Comissão foi premiada em 2º lugar no Concurso Pecuária Saudável em 2021. Foi chefe do Serviço de Operações Especiais da Divisão de Fiscalização e Coerção ao trânsito e comércio irregulares da Coordenação Geral do Vigiagro. Atualmente, é Chefe do Serviço de Educação Sanitária – SEDUC – do Departamento de Serviços Técnicos da Secretaria de Defesa Agropecuária do Mapa.

---

**“Um sistema de legislação é sempre impotente se, paralelamente, não se criar um sistema de educação”.**

**Jules Michelet**

---

Juliana inicia sua fala defendendo que educação é tão importante quanto a fiscalização, é medida preventiva e corretiva, e por essa razão ambas devem caminhar juntas para alcance de maior efetividade: “Muitas vezes a pessoa comete uma infração por falta de conhecimento e informação sobre aquele assunto, então, é muito importante estar junto, fazendo a educação sanitária”.

Lembra que nesse sentido foi instituído o Decreto 5.741 de 2006, que cria o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), traz expresso, já em seu artigo primeiro a educação como um elemento desse Sistema. O artigo 14<sup>a</sup> atribui competência à instância central e superior, o MAPA, pela educação sanitária, nas três instâncias do SUASA, razão pela qual este órgão promoveu o evento em tela.

Explica que a instância central representa o governo federal, papel atribuído ao MAPA, a instância intermediária representa os governos estaduais e a instância local é representada pelos estados e municípios. Fazem parte do SUASA todo o sistema produtivo: indústrias, estabelecimentos, associações, sindicatos, representações de produtores, etc.

O art. 39 (Decreto 5.741/2006) reafirma a importância da educação sanitária na Defesa Agropecuária: “ educação sanitária é atividade estratégica e instrumento de defesa agropecuária no SUASA, para garantir o comprometimento dos integrantes da cadeia produtiva agropecuária e da sociedade em geral”. A seção IV desse Decreto versa sobre a educação sanitária, onde se reforça o papel do MAPA, a importância de desenvolver, de forma continuada, ações articuladas com todos os setores e as três instâncias apoiarem atividades de educação sanitária.

Avançando nos marcos legais, em 2008, foi criado o Proesa, que está inserido no SUASA e, por isso, cabe ao MAPA instituir, regulamentar, coordenar e avaliar o Proesa. Dentre as diretrizes estabelecidas para o Proesa estão incluídos a promoção de intercâmbio de experiências, o que estão fazendo nessa Oficina. Em 2022, foi publicado o Decreto 11.231, que aprova a estrutura regimental do MAPA, e atribui ao Departamento de Serviços Técnicos a competência em coordenar as estratégias e os meios de comunicação de risco e de educação sanitária (Art. 30, item II. C). Dentro do Departamento de Serviços Técnicos, criou-se o Serviço de Educação Sanitária (SE-DUC), da qual Juliana é a atual chefe.

O SEDUC criou o Grupo Técnico de Trabalho (GTT), com representantes de todos os departamentos da Secretaria de Defesa Agropecuária e do Departamento de Gestão Corporativa (DEGES), cuja meta é a proposta de revisão da IN 28 e a elaboração do Plano Nacional de Edu-

cação e Comunicação em Defesa Agropecuária. Essa Oficina é um meio para se avançar rumo a esse objetivos.

O MAPA está criando um projeto no Strategic Adviser (programa de gerenciamento de projetos), que está contribuindo para construir a estratégia do Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária. Seu objetivo, portanto, é estabelecer a estratégia do PROESA, e como produto o estabelecimento da estratégia de planejamento, coordenação, execução e monitoramento do Proesa. Nele estarão descritos as metas, ações, os resultados, prazos e mais o que for necessário.

Por fim, cita a realização dessa Oficina para construírem, de forma coletiva e articulada com as três instâncias do SUASA, as propostas de atualização e viabilidade do Proesa, com destaque para a gestão em nível federal.

Juliana volta a frisar os resultados esperados na Oficina:

- (i) Atualização e harmonização do conceito de educação sanitária;
- (ii) Propor as diretrizes do Proesa com principais linhas de atuação e prioridades para os próximos 5 anos;
- (iii) Construir uma Rede Colaborativa Multi-institucional e multidisciplinar; e
- (iv) Propor uma estrutura mínima para implementação do Proesa.

Juliana cita como exemplo de mecanismo permanente de articulação multi-institucional e multidisciplinar a Comissão de Educação Sanitária, criada pela Superintendência Federal de Agricultura, em São Paulo, em 2010, e ainda atuante. Na Portaria constam 20 instituições, que se articulam para incentivar e fomentar estratégias de educação em saúde visando a promoção de saúde única no setor agropecuário. Com uma participação colaborativa consegue maior engajamento das pessoas.

A Comissão trabalha com 5 objetivos principais:

1. Desenvolver projetos educativos, com o conceito de uma só saúde;
2. Capacitar pedagogicamente os educadores - formação de multiplicadores;
3. Realizar capacitação técnica;
4. Realizar intercâmbios de experiência; e
5. Elaborar materiais educativos.



## **Princípios e conceitos da educação sanitária em defesa agropecuária no Brasil.**

### **Dr. Clovis Improtta**

Médico Veterinário pela Universidade Federal da Bahia. Especialista em Educação Sanitária e Comunicação em Saúde, pela Organização Pan-Americana da Saúde-OPAS. Mestre em Agroecossistemas, pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atuou como Médico Veterinário Responsável pela empresa Suisa – Matadouro Frigorífico da Bahia, em Vitória da Conquista, em 1974. Médico Veterinário do Serviço de Defesa Sanitária de Santa Catarina/CIDASC, de 1975 a 2009. Coordenou o Programa de Educação Sanitária/CIDASC, em Santa Catarina, de 1985 a 2009. Criou, implantou e difundiu programas educativos sanitários nas escolas, como também para os agentes de saúde agropecuária e para estruturas comunitárias de apoio à Defesa Sanitária. Foi Consultor temporário de Educação Sanitária e Comunicação em Saúde Animal, pela OPAS, para o Projeto de Erradicação da Febre Aftosa na Bacia do Rio da Prata (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), 1992 e 1993, e para implantação do SENASAG – Bolívia 1997 a 2000. Como professor foi: Professor de Educação Sanitária e Comunicação em Saúde Agropecuária no Curso de pós-graduação em Defesa Sanitária Agropecuária, Inspeção de Produtos de Origem Animal (Especialização) coordenado pela Sociedade de Medicina Veterinária da Bahia, em convênio com a UNIME. Professor dos Cursos de mestrado e doutorado profissional em Defesa Sanitária Animal, pela Universidade Estadual do Maranhão. Professor convidado nos cursos de pós-graduação em Ciências Animal, da UNESP – ARAÇATUBA – SP. Professor Colaborador do Curso de Especialização em Defesa Sanitária Animal da Universidade Federal da Amazônia. Professor Colaborador do Curso de Especialização em Educação Sanitária e Comunicação em Saúde do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul. Criador e professor de cursos-treinamento de Educação Sanitária e Comunicação em Saúde Agropecuária. Com atuação nos países do MERCOSUL. É autor de compêndios e manuais sobre Educação Sanitária e Comunicação em Saúde Agropecuária, editados no Brasil e em outros países do Mercosul. É Membro do Grupo de Trabalho para a elaboração do PROESA, dentro da proposta do SUASA. Membro do Grupo de Estudos Paulo Freire da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina. Membro do Fórum Catarinense de Combate aos Impactos de Agrotóxicos e Transgênicos, do Ministério Público de Santa Catarina, representando o Sindicato dos Médicos Veterinários de Santa Catarina. Foi Conselheiro Estadual de Saúde de 2009 – 2019. E, atualmente, atua como consultor autônomo em Educação Sanitária e Comunicação em Saúde, palestrante em seminários, oficinas e congressos, tanto no país como no exterior, sobre o tema. Recebeu o Diploma do Mérito de Educação Ambiental – no Estado de Santa Catarina, em 1991, 1992, 1993. Recebeu a Grande Homenagem do CONESCO em 1996 e a Grande Homenagem do CONESCO Seção Minas Gerais em 1997. Recebeu a Menção Honrosa por 25 anos de serviços prestados à Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina CIDASC em 2005. Recebeu a Menção Honrosa pelos anos de trabalhos prestados à CIDASC. Recebeu a Comenda da Ordem do Mérito Médico Veterinário, concedida pelo Supremo Conselho da Ordem, da Sociedade Brasileira de Medicina.

---

**“Um povo que desconhece sua história está condenado a repeti-la”**  
**Edward Burke**

---

Dr. Clóvis inicia agradecendo e dizendo sobre a satisfação de rever colegas de trabalho na área da educação sanitária.

Ao apresentar uma citação de Edward Burke, Dr. Clóvis convida os participantes a relembrem a história da educação sanitária. No início, em 1934, a ideia de educação sanitária equivalia a distribuição de informativos, panfletos, prospectos, cartazes e outros. Essa ideia não foi completamente superada e, até os dias atuais, cobram-se dos técnicos a quantidade de informativos distribuídos.

Em 1984, ocorre uma reviravolta com a oferta do curso de comunicação social, ofertado pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) para capacitar profissionais de diversas áreas a atuarem como multiplicadores dos conhecimentos em projetos educativos, com base em diagnósticos. Viu-se, portanto, ocorrer uma mudança de paradigma, onde a educação ganha uma dimensão mais robusta e menos restrita à divulgação de informações. Este curso foi a base para construir, no Brasil, os cursos de Educação Sanitária e Comunicação em Saúde, que começaram em Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Os cursos de Educação Sanitária e Comunicação em Saúde foram sendo aprimorados, novas metodologias foram sendo incorporadas, mas a base permaneceu a mesma, porque manteve-se o entendimento de que projetos educativos só são possíveis serem efetivos se antes for construído um diagnóstico educativo, para dar as bases o que depois receberá o nome de Projetos Educativos Específicos.

Esse processo foi implementado, pioneiramente, em Santa Catarina, em 1985 com o Projeto Educativos Específicos - resultante de um diagnóstico educativo, depois, em 1988, com o Projeto de Formação de Estruturas de Apoio Comunitário, na sequência, em 1989, com o Projeto de Educação Sanitária nas Escolas, em 1990, com o Projeto de Formação de Vacinadores Comunitários e, em 1995, com o Projeto de Formação de Agentes de Saúde Agropecuária.

Dentro do Projeto de Formação de Estruturas de Apoio Comunitário estavam os Comitês Comunitários de Saúde Agropecuária, que reunia comunitários treinados. O Projeto de Educação Sanitária nas Escolas atualmente recebe o nome de Sanitarista Júnior e Acadêmicos Sanitaristas. O Projeto de Formação de Vacinadores Comunitários ocorreu em meio a suspensão da venda de vacinas no Estado, diante da necessidade de capacitar algumas pessoas na aplicação das vacinas. O resultado desse projeto levou Santa Catarina a ser o primeiro estado brasileiro a estar livre da febre aftosa. O Projeto de Formação de Vacinadores Comunitários trabalhou a saúde animal e

vegetal.

Dr. Clóvis ressalta o papel que os vacinadores comunitários adquiriram em tornarem-se interlocutores entre a comunidade e a equipe técnica, compartilhando informações em ambas as direções.

Em 2006, houve uma Oficina em que elaboraram um documento que se tornou a base para a IN nº 28, que instituiu o Proesa.

O palestrante levanta a questão sobre onde se encaixa a educação sanitária em um modelo sanitarista. Encontraram a resposta montando um desenho esquemático (lâmina 8 da apresentação do ANEXO 4) em que a epidemiologia aparece no ápice, porque é ela quem dá as informações para montarem a legislação e para trabalharem a educação sanitária. A legislação aparece de modo que possam trabalhar consoante com a epidemiologia e sendo alimentada pelo trabalho educativo. Por sua vez, o trabalho educativo precisa receber informações da epidemiologia, consoante com o que a legislação prega. Um bom sanitarista deve dominar esses três campos.

Saúde agropecuária é uma questão de saúde pública, que não se restringe a fiscalizar se as pessoas estão agindo certo ou não.

Dr. Clóvis trabalha o entendimento de educação, iniciando com uma citação de Paulo Freire: “Educar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Assim, conclui que:

**“Educação Sanitária ou Educação em Saúde é um processo educativo que leva um determinado público, conhecido em seus aspectos psicossociais, a praticar mudanças cognitivas, afetivas e psicomotoras frente aos problemas de ordem sanitária, num processo de construção, desconstrução e reconstrução de saberes, visando a resolução desses problemas, a partir de soluções indicadas e executadas, junto com a própria comunidade, ou, voluntariamente, por ela mesma”.**

Ao falar sobre comunicação, dr. Clóvis afirma que essa não deve ser apenas informativa, deve ser reflexiva, de modo a fazer as partes pensarem e construírem caminhos. Com relação aos princípios do trabalho educativo sanitário, segundo Briceño-León, é preciso conhecer o indivíduo. Esse conhecer deve ser despido de imposição valorativa do investigador, como orienta Paulo Freire.

O palestrante apresenta as sete teses de Briceño-León aplicadas a educação sanitária e participação comunitária::

- (i) Não há um que sabe e o outro que não sabe, mas dois que sabem coisas distintas;
- (ii) A educação não é somente o que se coloca nos programas educativos, mas a ação sanitária como um todo (inclusive a fiscalização. Quando bem conduzida!);
- (iii) A ignorância não é um oco a ser preenchido mas um conteúdo a ser transformado;
- (iv) A educação deve ser dialógica e participativa (passiva, ativa e PROPOSITIVA);
- (v) A educação deve reforçar a confiança das pessoas em si mesmas;
- (vi) A educação deve reforçar o modelo de conhecimento: esforço – alcance.; e

(vii) A educação deve fomentar a responsabilidade individual e a cooperação coletiva.

Em sua fala, o Dr. Clóvis reforça a todo tempo a importância de um trabalho com a comunidade que seja integrado, dialógico, reflexivo e desprovido de superioridade técnica.

Finalizando sua fala defende que a educação sanitária se faz por meio de projetos educativos, que por sua vez são elaborados a partir de diagnósticos que levam conhecimentos qualificados sobre o público com o qual se trabalhará e seus conhecimentos sobre o problema sanitário que será tratado. Para viabilizar esse empreendimento é preciso: (a) capacitar a equipe, por meio de cursos de Educação Sanitária e Comunicação em Saúde; (b) viabilizar a implantação de projetos educativos em escolas do ensino fundamental e do ensino médio; (c) implantar estruturas municipais e comunitárias de apoio às ações de defesa sanitária e ambiental; (d) formar grupos de agentes de saúde agropecuária e ambiental nas comunidades urbanas e rurais; e (e) trabalhar com projetos educativos específicos, para atender as necessidades específicas locais.

Defende ainda que é preciso ter investimento em educação para se ter direito de punir e moral para punir.

Finaliza agradecendo.



---

## **Educação sanitária e comunicação de risco**

### **Dra. Maria Thereza Dubugras**

Doutora e Mestre em Ciências pela Escola Paulista de Medicina (EPM/UNIFESP). Especialista em Divulgação Científica pela Universidade de São Paulo- USP. Especialista em Comunicação em Saúde pela (EPM/ UNIFESP). Especialista em Design Instrucional de cursos on-line pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), graduada em Medicina Veterinária (FMVZ-USP). Atualmente é pesquisadora científica do Instituto de Saúde (IS-SES/SP), realizando estudos na área de comunicação em saúde sobre doenças infecciosas e sobre segurança alimentar. É docente do Programa de Pós-graduação e do Curso de Especialização em Saúde Coletiva do Instituto de Saúde. É editora científica do Boletim do Instituto Científico (BIS) e organizadora de livros da coleção Temas em Saúde Coletiva.

Dra. Maria Thereza inicia agradecendo à Juliana Moreira e à comissão organizadora, em seguida diz que apresentará algumas ideias da comunicação de risco que podem contribuir com os projetos educativos.. Essas ideias estão no livro “Aplicação da Análise de Risco na Gestão Pública da Saúde”, publicado pelo Instituto de São Paulo, em 2021, que traz uma seção sobre comunicação de risco<sup>2</sup>.

O conceito de comunicação de risco em que se pautam é o utilizado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), que a define como um processo de troca de informações sobre as ameaças à saúde, à segurança ou ao meio ambiente, ou seja, não pode ser uma comunicação impositiva. Nela é preciso que estejam presentes todos os envolvidos com o risco: o gestor, o produtor, toda cadeia produtiva, a sociedade exposta ao risco. O que se espera com essa comunicação é ampliar o conhecimento dos envolvidos sobre a natureza e os efeitos de riscos e promover um trabalho colaborativo em busca das soluções.

Para ilustrar a importância da comunicação de risco, Maria Thereza recorda o caso encefalopatia espongiforme bovina (BSE) no Reino Unido, em 1996. Uma preocupação da comunicação é com a escolha das palavras utilizadas. Neste exemplo, os tabloides popularizaram a BSE como doença da Vaca Louca. O nome se tornou a expressão da doença e passou a ser utilizado, inclusive, em trabalhos científicos. Outros exemplos são os termos “gripe suína” e “varíola dos macacos”, neste último resultando em ataques aos macacos.

No caso da BSE, o Reino Unido se deparava com uma doença nova, para a qual não se tinha muita informação, não se havia difusão da internet, a estratégia adotada pelo governo foi o silêncio e quando se pronunciavam diziam não haver riscos. A fala do governo, depois pesquisas revelaram, se diferenciava quando ocorria internamente ou para o público. No primeiro caso, reconheciam haver um problema para o qual não se tinham todas as informações necessárias e, no segundo, afirmavam não haver riscos. Como consequência, o Ministério da Agricultura, que vinha afirmando a ausência do risco, ficou desacreditado.

Continuando, a palestrante apresenta o conceito de “percepção de risco”, o qual define como a avaliação, feita pela população, de uma situação com potencial dano à saúde. As pessoas são influenciadas por vários fatores como os conhecimentos que se têm, as crenças, a personalidade, experiências de vida, comunidade, meios de comunicação. Na era atual a velocidade da propagação da informação é muito grande, com uma multiplicidade de meios de informação e uma absorção fragmentada da informação, causada pela manipulação dos algoritmos. Observa que os serviços oficiais são apenas uma das vozes que influenciam a sociedade em geral.

Maria Thereza chama a atenção para o fato de que o risco também pode gerar prazer e essa percepção entra no cálculo de custo x benefícios que a população faz ao decidir por qual medida adotar. Também é levado em conta o nível aceitável de exposição ao risco.

---

<sup>2</sup> Este livro está disponível em formato físico e digital, podendo ser baixado gratuitamente através do endereço: <https://www.saude.sp.gov.br/resources/instituto-de-saude/homepage/destaques/aplicacaodaanalisederisconagestaopublicadasaude.pdf>

A avaliação de risco pode ser científica ou emotiva. Ela tem uma dimensão que pode se estender a toda população ou apenas à sua comunidade ou família. Sofre influência quando a manifestação sobre o tema é probabilística ou quando é totalitária, ou seja, quando assume incertezas ou quando afirma não haver outras possibilidades.

A palestrante entra no tema da importância de se falar sobre incerteza científica para proteger o referencial, que é a ciência, usando como exemplo uma capa da revista Veja onde se lê que após idas e vindas da ciência, agora sabe-se que o ovo faz bem. Essa manchete descredibiliza a ciência e apresenta a última informação como incontestável e imutável. A comunicação de risco contribuiu nesse diálogo.

Uma comunicação de risco bem sucedida, que serve para inspirar, é a campanha antitabagista, que transformou a imagem do fumante de uma pessoa atraente e interessante para alguém com mau cheiro e com potencial para desenvolver diversas doenças.

## PERGUNTAS E RESPOSTAS

Nesse momento foi dado aos participantes, presenciais e remotos, a oportunidade de fazer duas perguntas, para cada categoria, aos palestrantes do Módulo I. A seguir, estão descritas as perguntas e respostas.

**Alexander Dornelles, corroborando com a fala do Dr. Clóvis, diz que no Brasil se tem uma cultura de fiscalização forte e completa, refletindo que o esperado nessa prática é que as normas sejam efetivamente implementadas. Em 2013/2014, em um curso de gestão pública na ENAP (Escola Nacional de Administração Pública), uma tese demonstrou que os melhores resultados obtidos, sob o ponto de vista de implementação de política pública, são obtidos quando há o consorciamento entre fiscalização e gestão. Esse dado traz à reflexão de que o padrão mental hegemônico que eleva a fiscalização como o caminho perca de vista o resultado necessário à entregar para a sociedade. Diante disso, como lidar com essa mudança cultural de obtenção de resultado para a sociedade, entendendo que é preciso trabalhar os dois aspectos (fiscalização e educação).**

Dr Clóvis diz ser preciso lembrar que as leis “que pegam” são aquelas que são discutidas com a comunidade, que passam a compreender as razões de sua existência. Precisamos explicar o porquê da lei e o que a sociedade vai ganhar com ela, assim as pessoas tendem a mudar sua percepção da lei.

**Cristina Sabbo, direcionando sua fala à Maria Thereza, comenta, primeiramente, que as campanhas públicas enfatizam o que não é**

**desejável. Observa que o resultado da conquista dessas campanhas passa pela instituição de decisões legais, a exemplo da determinação da obrigatoriedade do uso de cinto de segurança em automóveis. Reflete que quando essas leis são forjadas a partir de reflexões técnicas, ainda que não deixe de ter um caráter punitivo, se torna mais acessível. Sendo assim, é possível que a parceria entre fiscalização e educação se dê a partir da conceitualização e definições sobre educação sanitária.**

Maria Thereza diz concordar que a legislação deve considerar a participação coletiva em sua construção e apropriação, por outro lado, tomando como exemplo a situação da pandemia do COVID-19, quando precisamos mobilizar a sociedade para o uso de máscara, com rapidez, o uso do rigor se faz necessário, afinal a mudança de hábito através da educação leva tempo. Com essa fala, reforça a importância da fiscalização e da legislação.

**Allany Maria Melo de Medeiros, do Serviço Municipal de Inspeção de Mossoró/RN, sugere ao MAPA publicar um modelo básico de projeto de educação sanitária na prática, com possibilidade de adequação, para servir de base para implementação nos Estados e Municípios.**

Dr Clóvis diz que não existe forma pronta que dê conta de se adequar às realidades

particulares, especialmente em um contexto como o brasileiro, com dimensões continentais e realidades muito distintas. Sempre será necessário fazer um estudo prévio para cada local onde se pretende trabalhar. É importante que os profissionais aprendam a fazer e executar o projeto.

**Francine Castro, do IDAF/ES, o equilíbrio entre o alarde e a omissão é o grande desafio da comunicação. As expressões “garantidoras de resultados” devem ser pensadas**

**de forma cautelosa para não haver perda de credibilidade das Instituições.**

Maria Thereza diz que o silenciamento não é o caminho. É importante haver uma contínua, em que se atualize o público sobre o que se sabe a cada momento, se fale sobre as incertezas e o que está sendo feito para superá-las. Algo que funciona é apresentar à sociedade ações que elas podem adotar para reduzir os riscos, isso faz com que se sintam partes do processo.

Encerrando este módulo o Sr. José Luís Ravagnani Vargas diz que dentro do Departamento de Serviços Técnicos há oito áreas de competências diferentes, dentre elas a educação sanitária e também a produção orgânica, onde se trabalha com educação e com fiscalização. O participante observa que a educação traz resultados e é importante.

Em sua fala, Sr. José Luís Ravagnani traz à reflexão o fato de alguns profissionais não compreenderem a importância da educação e, em contrapartida, tomarem como central o papel da fiscalização. Avalia que, por essa razão, é importante haver um trabalho para dentro dos órgãos que trabalham com a Defesa Agropecuária.

Encerrando, reforça que gostaria que fossem trabalhados o Plano Nacional de Educação Sanitária e também a comunicação. Avalia ser pertinente a compreensão esquemática que insere a avaliação de risco, a comunicação de risco e a gestão de risco dentro da análise de risco. Como encaminhamento sugere ser definido outro momento para trabalharem um Plano de Comunicação de Risco.

# APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS - TEMA 1: HARMONIZAÇÃO DO CONCEITO DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA

## • GRUPO AMARELO

Para construir o conceito de Educação Sanitária, o grupo discutiu quais seriam essenciais estarem presentes e chegaram a versão:

**“Entende-se por Educação (Sanitária) em Defesa Agropecuária o processo dinâmico e participativo, com estratégia e critérios mensuráveis, em prol da saúde única, gerando consciência crítica na sociedade.”**

O uso do termo “sanitária” para nomear essa educação não é tido como o enquadramento mais adequado, inclusive porque remonta a política sanitária do início do século XX, que promovia a chamada “higienização social”, valendo-se de práticas não dialógicas. Por isso, entende que no cenário ideal este termo “sanitária” deveria ser excluído do conceito e em seu lugar entrar Defesa Agropecuária.

Outra sugestão foi a substituição da palavra ativa por dinâmico, porque expressa melhor o caráter contínuo e de trocas, que a prática ideal da educação exige. Junto a esta palavra sugerem incluir o adjetivo participativo para evidenciar a necessidade dessa educação não ser feita “para”, mas “com” o público-alvo, que pode-se, inclusive, tornar-se multiplicadores dos conhecimentos.

Sobre o público-alvo, o grupo advertiu para o cuidado em não restringir a Educação Sanitária a uma categoria específica, mas, ao contrário disso, voltar-se para toda a sociedade, uma vez que mesmo quem não é produtor rural, ou consumidor, está exposto aos riscos sanitários.

Inspirando-se no método SOMA, o grupo evidenciou a necessidade de construir parâmetros para mensurar o desempenho das atividades, como forma de indicar que envolve uma construção técnica que respalde a continuidade e reformulação das estratégias adotadas.

Finalizando o conceito, registraram a finalidade desejada com a Educação Sanitária, que entendem ser o desenvolvimento da consciência crítica na sociedade.

Nota-se que o grupo amarelo construiu um conceito sucinto que aponta para um modelo de atuação, com uso de rigor técnico, voltado para uma finalidade que, ainda que dotada de uma dimensão subjetiva, tem o potencial de mudar comportamentos.

## • GRUPO VERMELHO

Avaliando ser mais adequado chamar a educação que exercem de Educação em Defesa Agropecuária, retiraram do conceito o termo sanitária. Esse grupo achou importante dar evidência às características que definem a prática educativa, para que não seja confundida com qualquer ação de difusão de informação.

Outro aspecto que merece destaque foi a decisão de incluir o termo saúde única no conceito, trazendo uma abordagem holística e integrativa da saúde. Com isso, estreitando o diálogo com as áreas que se relacionam com a saúde animal, vegetal, humana e ambiental.

**“Educação em Defesa Agropecuária é um processo estratégico, contínuo, participativo, de diagnóstico, construção, disseminação, e apropriação de conhecimentos para a mudança de comportamentos da sociedade para promover a agropecuária sustentável e seus serviços, visando a saúde única”.**

Em síntese, o Grupo Vermelho construiu um conceito com palavras-chave que reforçam o caráter pedagógico e dialógico da educação, suas etapas (construção, disseminação e apropriação) e o objetivo final (mudança de comportamento).

#### • GRUPO ONLINE

A dinâmica adotada pelo Grupo Online foi de, utilizando a ferramenta Miro, montar um painel com as contribuições dos participantes. Após, foram refletindo sobre as contribuições e consolidaram alguns entendimentos a respeito da Educação Sanitária, a saber.

- Através de estratégias de comunicação que contemplem as questões técnicas sobre a Defesa Agropecuária, com abordagens simples e acessíveis, visando atingir a todos os públicos, estimulando as práticas educativas que promovam o conhecimento, visando mudanças de atitudes e o fortalecimento de conceitos participativos relacionados à Defesa Agropecuária. E ainda, respeitando as características, individualidades e peculiaridades locais.
- A educação sanitária é como um instrumento de apoio às ações de fiscalização preventiva, tornando as equipes que operacionalizam essas ações em agentes de promoção desse conhecimento, nos diferentes territórios onde atuam, fomentando discussões na educação básica de ensino, utilizando-se da transversalidade para a abordagem e promovendo a formação continuada no tema.

Como proposta de conceito elaboraram:

**“Processo contínuo de intercâmbio de conhecimentos entre educando e educador para promover soluções de ordem sanitária com a participação da comunidade”.**

Com esse conceito enxuto o grupo destacou o fato da educação ser um processo contínuo, ou seja, não se conclui em curto tempo, tampouco com ações pontuais, e ser relacional, necessitando haver trocas entre os atores envolvidos.

- **GRUPO AZUL**

O grupo adotou a estratégia de incluir as informações que achavam essenciais na definição de Educação Sanitária, buscando fugir de um conceito extenso, mas sem perder os elementos estruturantes.

Sendo assim, um aspecto que frisaram foi o potencial dessa atividade na defesa agropecuária, registrado sob a rubrica de “estratégica”. Com esse adjetivo, ressalta-se que não se trata de uma atividade menos relevante, e sim fundamental no apoio para o alcance do objetivo dos mais diversos serviços agropecuários.

Avaliaram ser necessário incluir as formas e as etapas, assim como frisar que o público-alvo se estende à sociedade em geral. Além disso, incluíram o termo saúde única, como forma de estabelecer uma relação com esta perspectiva e colaborar com sua difusão.

**“A Educação Sanitária é uma atividade estratégica na Defesa Sanitária, organizada e executada em um processo dinâmico e contínuo de construção, apropriação e de disseminação de conhecimento de forma participativa e integrada dos setores públicos e privados e população em geral, contribuindo para a saúde única”.**

Cabe destacar que houve dissenso quanto a manter o termo Educação Sanitária. A defesa em tirá-lo se justifica pelo que remonta das interpretações sanitaristas e, conseqüentemente, das práticas que seguem a partir dessa ideia ultrapassada. Além disso, consideram que esse conceito é restritivo, datado e não expressa toda a dimensão dessa educação que estão discutindo. Em contrapartida, parte do grupo entende que esse é um conceito consolidado e considerado nos instrumentos jurídicos.

- **GRUPO VERDE**

Este grupo se inspirou no método SOMA para construir o conceito que, portanto, incluiu a descrição de que trata-se de um processo de construção, que deve ser dialógico e próprio à cada localidade onde trabalharão, fato que exige uma pesquisa antecipatória para construção do diagnóstico e, a partir dele, a definição das ações que serão empregadas em cada projeto educativo específico.

Reiteraram a necessidade de estabelecerem métricas e realizarem medições periodicamente para avaliar o desempenho das ações adotadas. Esses dados servem tanto para recalculas as estratégias adotadas, quanto para demonstrar aos stakeholders os resultados possíveis com a Educação Sanitária.

O grupo decidiu por incluir atributos que revelam a abrangência da Educação Sanitária e o seu caráter dialógico e participativo. Como uma ação educativa dialógica é um processo e nele estão envolvidas a construção, desconstrução e reconstrução de saberes.

Com relação a nomenclatura, mantiveram a corrente, Educação Sanitária, optando por registrar no texto que essa se alinha ao conceito de saúde única. Outro ponto que merece destaque foi a definição dos resultados esperados, que incluiu a mudança afetiva, além da cognitiva e comportamental.

**“Entende-se por Educação Sanitária: o processo de construção coletiva, inclusiva, transversal, multidisciplinar e interinstitucional, atendendo o conceito de saúde única, por meio das ações de construção, desconstrução e reconstrução de saberes, com base em diagnósticos e projetos educativos, visando o desenvolvimento da consciência crítica da sociedade, a fim de produzir mudanças cognitivas, afetivas e psicomotoras, servindo-se de métodos e meios adequados ao público-alvo, avaliado periodicamente, preparando a sociedade para ações preventivas”.**

#### • DEBATE FINAL

No debate final, mediado por Cristina Sabbo, Juliana Moreira e Alexander Dornelles, foi questionada a necessidade de conceitualizar alguns termos utilizados, a exemplo de consciência crítica e saúde única para evidenciar sobre o que se entende.

Ainda sobre a consciência crítica, houve uma colocação de que esta pode ser positiva ou negativa. Em resposta a essa observação, foi ressaltado que exercer a consciência crítica é necessário.

Já em relação ao termo saúde única, foi dada sugestão de que ele fosse explicado em outra parte do instrumento que apresentará o conceito proposto. Houve falas lembrando que o termo saúde única é consagrado desde 2021, sendo reconhecido pela Organização Mundial de Saúde, pela Organização Mundial de Saúde Animal e pelo PNUMA, tendendo a ser popularizado nos próximos anos. Outras falas lembraram que apesar deste conceito estar sedimentado por essas agências, ele não é conhecido em determinados espaços, como exemplo, junto a população que não trabalha com saúde.

Foi majoritária a opinião de que o termo educação sanitária não é o mais apropriado, no entanto, entendendo que é ele o presente no ordenamento jurídico, é imperativo utilizá-lo, ainda que possam trabalhar para modificar a nomenclatura, a curto ou médio prazo.

Houve ponderação sobre a substituição do termo Sanitária, sob argumento de que é preciso avaliar a repercussão dessa retirada junto ao universo de profissionais que atuam na defesa agropecuária.

Por outro lado, o termo saúde única foi adotado por todos os grupos. O entendimento é que a Educação em Defesa Sanitária deve assumir a perspectiva da saúde única, superando uma visão compartimentada, dissociada e restritiva.

Muito se falou que a Educação em Defesa Agropecuária/Sanitária não pode ser feita de forma “depositária/bancária”, o que significa dizer que ela é uma construção, um exercício dinâmico e um processo. Por essa razão a necessidade de inserir expressões que reflitam essa caracte-

rística no texto do instrumento. Esse entendimento também expressa que essa educação tem uma função pedagógica e, portanto, deve ser dialógica e prever trocas entre os diversos atores sociais envolvidos, especialmente com o público-alvo.

Outro entendimento sobre o qual convergiram foi a importância de orientar que haja construção de métricas para mensurável os resultados das ações desenvolvidas. Alguns participantes manifestaram suas opiniões de que, de forma similar ao método SOMA, seja feita uma pesquisa prévia para traçar o “marco zero”, que contribuirá com a análise das métricas após a realização das atividades. Carlos Albuquerque lembra que os resultados existem e que podem ser mensurados desde o início do processo de educação.

O diagnóstico, defendido em alguns grupos, servirá também como base para a formulação de projetos específicos a cada realidade com a qual se pretende trabalhar.

Convergindo para esse tema, Dornelles ressaltou o fator de associar o resultado esperado, “consciência crítica”, com o método, o uso de critérios que sejam mensuráveis e científicos.

Cristina Sabbo avaliou que os conceitos têm pontos comuns e que os mais enxutos conseguiram garantir que estivesse presente os elementos essenciais.

Por sua vez, Lúcia Maia avalia que os conceitos se complementam e trazem contribuições valiosas. Concorde que a conceitualização de saúde única é imperiosa, porque cada um entende de um jeito diferente

No ambiente foi dada a sugestão de que após a palavra processo fosse registrada a palavra educativo, para não deixar margem para outra interpretação, uma vez que processo pode ter relação com a área jurídica.

Andressa avalia que o conceito tem de ser simples, fácil de memorizar e de explicar. O conceito não precisa resolver todas as demandas relacionadas ao tema, como diretrizes e objetivos, esses conteúdos podem estar presentes em outras partes do instrumento que será criado.

Indo ao encontro da opinião de Andressa, algumas pessoas manifestaram a opinião de que o conceito formulado pelo grupo verde é longo demais e parte poderia compor outros trechos da legislação, sem necessidade de estar no conceito.

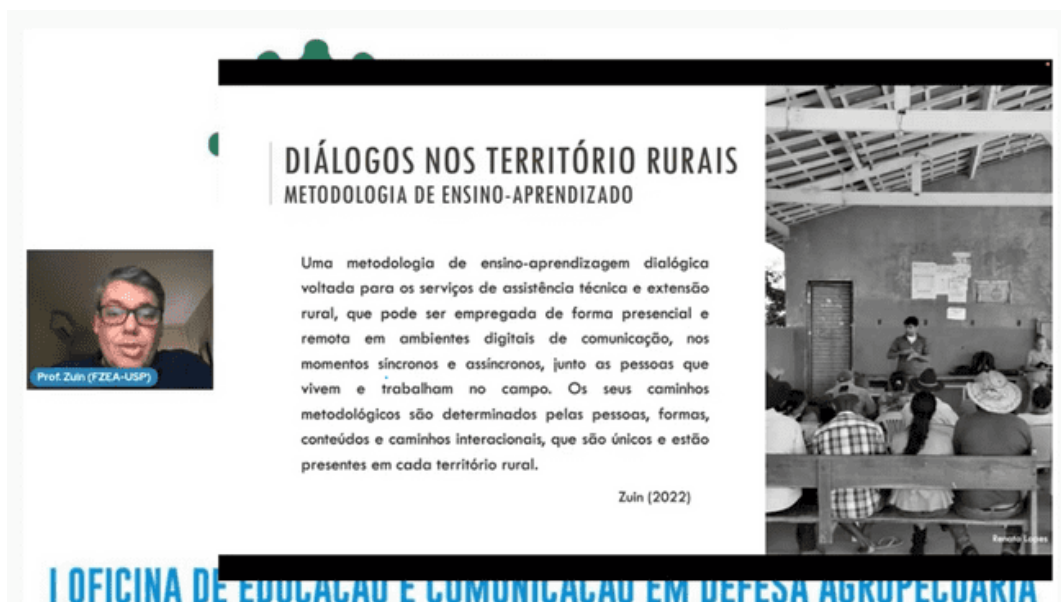
Os facilitadores do debate, junto à Lúcia Maia, explicaram que o momento é de contribuir para a construção do conceito e que a versão final não será concluída neste espaço.

# MÓDULO 2 - EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E REDE

---

## APRESENTAÇÕES





## **A importância da educação e comunicação dialógicas, experiência na formação de Rede Aurora, e a metodologia do livro DIÁLOGOS**

**Luís Fernando Soares Zuin**

Docente do Departamento de Engenharia de Biossistemas da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da Universidade de São Paulo (FZEA-USP). Coordenador do grupo de pesquisa Horizonte Rural (Metodologias de Assistência Técnica e Extensão Rural Digital) e da Rede Aurora de Diálogos em Ater Digital. Zootecnista (UNESP-FCAV) com doutorado em Engenharia de Produção (DEP-UFSCar). Apresenta linhas de pesquisas e extensão universitária voltadas para o desenvolvimento de metodologias de ensino e aprendizado nos territórios rurais nos ambientes digitais de comunicação.

Sua fala se centra em dois temas, o primeiro sobre a metodologia de ensino-aprendizado “Diálogos nos territórios rurais” para os ambientes digitais de comunicação, em seguida sobre a Rede Aurora de diálogos em Ater Digital para a América Latina. Os referenciais teóricos que fundamentam essas iniciativas são Paulo Freire e Michael Bakhtin, pensadores que trabalham a educação e a linguística a partir de um olhar dialógico .

Nesses projetos o técnico de campo é compreendido como um educador, e todo encontro do técnico de campo com o produtor rural, no território rural, é um processo de ensino-aprendizado, onde o técnico ensina e também aprende.

Uma das formas em que está ocorrendo essa troca é por meio dos ambientes digitais de comunicação. De acordo com uma pesquisa divulgada pelo Comitê Gestor de Internet no Brasil, em 2022, nos dois últimos anos houve um *boom* de acesso de internet nos territórios rurais, que resultou em um cenário de 91% dos domicílios rurais com posse de celulares e 71% com acesso a internet. Ainda segundo essa pesquisa, 90% das pessoas nos territórios rurais acessam a internet todos os dias para enviar e receber mensagens, usando, principalmente, o WhatsApp. Considerando essa população, 82% dela já navegaram na internet. O uso de envio de mensagem eletrônicas é alto também entre os analfabetos, do campo e da cidade, alcançando 78% desse grupo social.

Zuim segue explicando os motivos pelo qual utilizam a Ater digital, que incluem: baixo custo do serviço; aumento da abrangência; agilidade; fomento a biossegurança no campo, uma vez que diminuiu o trânsito das pessoas nos territórios rurais; e pelo elevado potencial para ser um ambiente de educação continuada entre jovens e adultos.

Sua experiência lhe faz crer que um programa de educação, independente do campo a que se dirija, só terá sucesso se for feito um trabalho em rede e forem utilizados os meios de comunicação digital.

Neste ponto Zuim oferece alguns caminhos possíveis para a comunicação no ambiente digital, utilizáveis em atividades remotas e presenciais, e as consorciando. Como exemplo, cita a possibilidade de se utilizar o ambiente digital em atividades presenciais, como apresentar um filme durante uma visita técnica, o envio remoto de uma mensagem de voz e, ainda, a realização de um evento presencial com transmissão virtual em momento síncrono.

Diante do exposto, a metodologia de ensino-aprendizagem utilizada no projeto Diálogos nos Territórios Rurais é definida como:

**“Uma metodologia de ensino-aprendizagem dialógica voltada para os serviços de assistência técnica e extensão rural, que pode ser empregada de forma presencial e remota em ambientes digitais de comunicação, nos momentos síncronos e assíncronos, junto às pessoas que vivem e trabalham no campo. Os seus caminhos metodológicos são determinados pelas pessoas, formas, conteúdos e caminhos interacionais, que são únicos e estão presentes em cada território rural”.**

Esta metodologia vem sendo desenvolvida desde 2020, por meio da produção de 17 livros, em versões em português e espanhol, sobre temas diversos, tais como, saúde única, direito, cidadania, finanças pessoais, sustentabilidade ambiental e metodologia de educação continuada. Ao longo desse tempo de construção da metodologia, foram produzidas 981 mídias, incluindo mensagens de voz, textos, infográficos, cartazes e vídeos, nas quais participaram 89 autores e 22 organizações.

Zuim explica os 4 elementos que constituem essa metodologia:

- (i) As **pessoas** que se comunicam - que incluem os técnicos de campo e os produtores rurais e suas famílias.
- (ii) As **formas** para a comunicação - todas aquelas que podem ser compartilhadas pelos dispositivos digitais, como voz, texto, figuras, vídeos e *emojicons*<sup>3</sup>.
- (iii) Os **conteúdos** das comunicações; e
- (iv) Os **caminhos** comunicacionais.

Uma ação que avalia ter sido assertiva foi a construção de um quadro com indicação do tema dos livros e as mídias associadas à ele, fornecendo aos técnicos uma sugestão de uso. Neste quadro os materiais são apresentados em hiperlink, com os conteúdos salvos na nuvem possibilitando o envio em tamanho leve.

A forma como trabalham é criando grupos de WhatsApp, onde os conteúdos são disponibilizados, no geral, um áudio acompanhado de um cartaz. Esses grupos funcionam como uma sala de aula aberta, onde o interlocutor e o locutor correspondem a uma relação dialógica, horizontal e equipotente.

Uma das experiências acumuladas foi no Vale da Ribeira (SP), em parceria com o MAPA, em que após ciclos de palestras eram recolhidos os contatos de WhatsApp, fornecidos voluntariamente. Na ocasião, formou-se um grupo com 215 pessoas, entre técnicos e produtores, que permanece ativo até hoje.

A extensão rural e participativa é integrada por quatro dimensões, a interacional, a pedagógica, a tecnológica e a inclusiva. Para cada uma dessas, o técnico de campo precisa responder algumas perguntas, de modo a diagnosticar a realidade com a qual está lidando.

Zuim informa que esta metodologia vem sendo adotada em políticas públicas de diferentes esferas de governo e para temas igualmente diversos.

A forma de compartilhamento das informações não segue o formato clássico, hierárquico e unidirecional, sistematizado no esquema de Van Den Ban & Hawkins, 1996. Se observa uma mudança, na qual as informações estão sendo co-produzidas e co-partilhadas nos territórios rurais, por meio desse ambiente virtual, em que se destaca o WhatsApp.

---

<sup>3</sup> - Aos 8'35 do vídeo da tarde do dia 16.11.2022, Zuim socializa um dos áudios produzidos. Seu conteúdo está disponível no endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=zeOOYWcwFC0&t=4s>



**Foto 8:** Livros que deram origem a metodologia apresentada.

Entrando no tema da Rede Aurora, Zuim informa que este é um projeto de extensão universitária, da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos, da Universidade de São Paulo (USP). Compõem a Rede, atualmente, 131 participantes de 45 instituições do Brasil, América Latina e Europa. Trata-se de um grupo de WhatsApp que se comunica, compartilhar experiências e, com frequência, realiza palestras<sup>4</sup>.

Um aspecto destacado é a capacidade de reunir as produções dispersas em um único local, facilitando o acesso e o compartilhamento. Podcasts, vídeos, divulgação de eventos são compartilhados na Rede Aurora.

A Rede vem sistematizando essa experiência e o conteúdo destas constam em três livros lançados: (i) Diálogos em Ater Digital na Rede Aurora; (ii) Rede Aurora Apresenta; e (iii) Experiências em Ater Digital da Emater-DF na Pandemia. Estas resultaram de uma coprodução que envolveu academia e técnicos de campo.

Zuim encerra sua apresentação convidando todos a conhecerem as redes sociais da Rede Aurora, divulgando seus contatos e agradecendo a comissão organizadora pelo convite a participar da Oficina

<sup>4</sup> - Aos 20'00 do vídeo da tarde do dia 16.11.2022, Zuim socializa um vídeo sobre a Rede Aurora. Seu conteúdo está disponível no endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=zeOOYWcwFC0&t=4s>



## Plano Nacional da Funasa na educação em saúde

**Roberta Pereira de Barros**

Graduada em Pedagogia pela Universidade Paulista – UNIP (Brasília); tem MBA de Perícia, Auditoria e Gestão Ambiental pela Universidade Federal do Tocantins – UFT; é Especialista em Saúde Ambiental e Saneamento em Áreas Rurais pela Universidade Vale do São Francisco – UNIVASF e tem Aprimoramento das Políticas Públicas para de Saneamento pelo Instituto de Ciências Jurídico - Políticas e da Faculdade de Direito de Lisboa. Já foi assessora técnica do Coordenação de Educação em Saúde Ambiental na Fundação Nacional de Saúde – Funasa; Chefe de Divisão do Departamento de Regularização Urbana na Secretaria de Desenvolvimento Agrário e Regularização Fundiária do Estado do Tocantins; Assessora de Planejamento, Orçamento e Convênios da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC; Participou da Coordenação de Geral de Planejamento e Avaliação da Funasa; Consultora da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS). Atualmente, é Diretora Substituta do Departamento de Saúde Ambiental e Coordenadora de Educação em Saúde Ambiental da Funasa.

Roberta inicia sugerindo aos participantes que comecem a incorporar a discussão sobre saúde única, porque há muitos pontos de convergência, e diante do fato de estarem reestruturando o Proesa esse tema pode lançar luz à esta construção.

Seu tema se refere à saúde ambiental, executada pela Funasa, órgão que trabalha com saneamento básico e saúde ambiental, tendo a missão de promover a saúde pública. Este órgão compreende a educação em saúde ambiental como um campo de atuação estratégico, porque é transversal e consegue apresentar resultados mensuráveis. Portanto, sua prática implica, necessariamente, em promover avaliações e revisões dos processos de trabalho, aprimorando as estratégias e, com isso, sendo capaz de produzir melhores resultados à sociedade.

Também na Funasa ocorrem algumas tendências a ações punitivistas por parte de alguns técnicos, que, avalia, precisam ser superadas com diálogo e educação. Buscando superar esse desafio, trabalham mais voltados à orientação e acompanhamento, este substituindo a ideia de fiscalização.

Em termos estruturais, a educação em saúde ambiental está no Departamento de Saúde Ambiental, com representação nos vinte e seis Estados, através das unidades estaduais de Serviço de Educação em Saúde Ambiental, submetidas à Coordenação de Educação em Saúde Ambiental. Possuem ainda um Programa que define linha de financiamento, com ação orçamentária definida, de modo a estruturar os projetos executados. Para 2023, estimam criar Núcleos de Educação em Saúde Ambiental nos municípios onde se tem ações de saneamento e saúde ambiental.

São competências da Educação em Saúde Ambiental da Funasa:

- I - Formular diretrizes e implementar ações de educação em saúde ambiental, visando à promoção da saúde, participação e controle social, em consonância com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Promoção da Saúde;
- II - Atuar de forma integrada com áreas afins, na proposição e execução de ações de educação em saúde ambiental articuladas com as políticas públicas de inclusão social, tendo em vista a produção e promoção da saúde, considerando os determinantes socioambientais e sanitários dos territórios;
- III - coordenar, acompanhar e avaliar planos, programas e projetos de educação em saúde ambiental;
- IV - fomentar planos e projetos de educação em saúde ambiental, em municípios, comunidades e grupos populacionais em estado de vulnerabilidade socioambiental;
- V - Criar e implementar o processo de organização de redes sociais, estruturação de núcleos de práticas alternativas e de gestão participativa em educação em saúde ambiental em articulação com as demais esferas do Sistema Único de Saúde (SUS); e
- VI - executar outras atividades inerentes às suas atribuições, determinadas pelo Diretor do Departamento de Saúde Ambiental.

Conceitualmente, opera-se com o entendimento de que a Educação em Saúde Ambiental é um conjunto de práticas pedagógicas e sociais, de conteúdo técnico, político e científico, que visa a promoção da saúde e a qualidade de vida da população, tornando-os agentes transformadores de suas realidades.

Atualmente, trabalham com 3 projetos institucionalizados: (i) Programa de Fomento às ações de Educação em Saúde Ambiental; (ii) Projeto Sustentar; e (iii) Educação em Saúde Ambiental no âmbito do Programa Saneamento Brasil Rural. Para que os projetos ganhem maior segurança, ficando menos susceptíveis a mudanças no órgão, e sofrerem descontinuidades, buscam institucionalizá-los.

O Programa de Fomento às ações de Educação em Saúde Ambiental foi instituído por meio da Portaria nº 560, de 2012, e tem objetivo de apoiar técnica e financeiramente as ações de educação em saúde ambiental. As ações apoiadas por este Programa são voltadas para o desenvolvimento da consciência crítica da coletividade sobre determinantes e condicionantes socioambientais e sanitários que afetam a saúde humana e sua qualidade de vida. Por meio de editais de chamamento público, TED ou cooperação técnica realizam o apoio financeiro aos Estados, Municípios, DF, comunidades especiais e comunidades rurais.

O Projeto Sustentar corresponde ao processo educativo da população das áreas que receberam obras e tecnologias. Esse processo é importante porque nem sempre a população aceitou a intervenção, não compreende a importância dela e, conseqüentemente, não se apropria, permanecendo em uma situação de risco à saúde humana. Algumas razões para que esse problema ocorra são características culturais dos beneficiários e erro técnico ao calcular o melhor local ou características do serviço.

Roberta explica que é adequado realizar esse projeto antes da intervenção de saneamento, porque realizam um diagnóstico e iniciam o processo educativo, que favorece o resultado final.

O Programa Saneamento Brasil Rural se assemelha ao Projeto Sustentar, focando nas áreas rurais, onde são trabalhados três eixos: a tecnologia, a educação e a gestão. Sua criação se deu em razão da nova Lei de Saneamento não prever as áreas rurais, criando um vazio no atendimento das concessionárias, por essa razão o saneamento dessas áreas está com a Funasa.



---

## **Programas Nacionais de Educação Ambiental e Capacitação em Recursos Hídricos.**

**Renata Maranhão**

Especialista em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico da ANA, onde atua como Coordenadora de Capacitação do Singreh e do Setor do Saneamento. Mestre em Ciências Florestais, Especialista em Gestão Pública e Graduada em Engenharia Florestal. Tem 18 anos de experiência na elaboração e implementação de políticas públicas de educação e capacitação em meio ambiente e recursos hídricos.

Após parabenizar Juliana e a comissão organizadora, Renata diz que a educação ambiental tem um campo institucionalizado que se aproxima da educação sanitária e outras nomenclaturas que, em comum, considera as realidades locais e busca transformar essas realidades.

Introduzindo o tema, Renata comenta que vivemos uma crise socioambiental e política, que cria oportunidades para olharmos esse cenário e buscarmos novos caminhos para superar a crise.

Renata lembra a diferença entre Política, Plano, Programa e Projeto. Em síntese, a Política assegura institucionalmente a proposta, os Planos e Programas indicam o rumo para implementação da política, indicando a estrutura organizacional, os objetivos, público, etc. No caso dos Recursos Hídricos, foram construídos Planos e a partir desses os Programas, inclusive, no atual Plano Nacional de Recursos Hídricos tem um subprograma específico que trata de educação, comunicação e gestão de recursos hídricos. Os Projetos, por sua vez, se desdobram dos Programas, trazendo maior escopo para orientar a implementação do Programa.

Sobre o Programa Nacional de Educação Ambiental (Pronea), Renata avalia que alguns aspectos podem inspirar a proposta a ser construída nesta Oficina. Ao apresentar a última versão, a 5ª edição, publicada em 2018, Renata explica que sua elaboração se deu em parceria com a Rede Brasileira de Educação Ambiental, a partir de um processo participativo, que envolveu duas consultas públicas e também consulta às Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental.

Como este é um Programa que está em constante revisão entenderam que não cabia institucionalizá-lo. Mais recentemente reconheceram que é importante essa institucionalização para torná-lo citável em artigos científicos, referência em publicações e, inclusive, em tomadas de decisão, como, por exemplo, em escritas de condicionantes do licenciamento ambiental.

Este é um Programa Nacional, e não Federal, que conta com seis diretrizes. Sua visão é educação ambiental contribuindo para a construção de sociedades sustentáveis com pessoas atuantes e felizes em todo o Brasil. Nesse ponto, informa que na revisão do Pronea entenderam que deveriam utilizar o termo “sociedades sustentáveis”, no plural, ao invés de “desenvolvimento sustentável”, ressaltando a existência de uma diversidade de sociedades sustentáveis. Também a presença do termo “pessoas atuantes e felizes” é um diferencial na política pública e foi assumido para expressar a importância da participação da sociedade e do compromisso com o resultado.

As Linhas de Ação e Estratégias do Pronea são:

- (i) Gestão e planejamento da EA - esta é a linha que assume um protagonismo na mobilização, juntar e animar as pessoas para que se sintam interessadas em engajar-se nas ações de EA.
- (ii) Formação de Gestores e Educadores - cujo objetivo é trazer alimento instrumental para esse público.
- (iii) Comunicação para EA - onde se busca incorporar a educação na comunicação, e a comunicação na educação.
- (iv) EA nas instituições de ensino - visando os diferentes níveis de ensino.
- (v) Monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos de EA

Com relação aos Planos e Programas de Capacitação da Agência Nacional de Águas (ANA), Renata inicia explicando que a ANA desenvolve suas ações a partir de três Macro Programas: Sistema Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos (SINGREH), que trabalha a partir de uma participação descentralizada; Segurança de Barragens, lançando em 2019 o Programa de Educação e Comunicação em Segurança de Barragens; e Regulação de Saneamento, lançando em 2020 um Plano de Capacitação em Regulação de Saneamento. Para cada Programa constroem uma “Trilha de Aprendizado”, que sugere os macrotemas que o Programa deve abordar.

A título de conhecimento, o SINGREH é integrado em nível nacional pela ANA, como instância executora, e pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, como instância colegiada e deliberativa. Em âmbito estadual os órgãos estaduais gestores dos recursos hídricos, que muitas vezes são as secretarias estaduais de meio ambiente, integram como instância executiva, e os conselhos estaduais, como instância colegiada e deliberativa. Por fim, a bacia hidrográfica entra por meio da Agência de Água, como executora, e o Conselho da Bacia Hidrográfica, como instância colegiada.

Além disso, a Lei de Recursos Hídricos define instrumentos que estabelecem o planejamento e garantem recursos para execução das ações.

Neste ponto, Renata apresenta como exemplo metodológico uma ação de educação que executam com a comunidade, o Projeto Político Pedagógico (PPP), semelhante ao modelo construído em escolas. Com isso, planejam coletivamente as ações educativas que irão executar junto à comunidade. No PPP harmonizam o conceito de educação, para que trabalhem dentro do mesmo entendimento. Constroem um diagnóstico da realidade, para entendê-la, estabelecer redes, construir projetos específicos e poder realizar a avaliação, no futuro. E definem o marco operacional, no qual estabelecem as diretrizes que orientarão as ações.

Na perspectiva apresentada, o papel do educador é de facilitador do conhecimento em resposta à complexidade, e também como o de fomentar a conexão entre a teoria e a prática, influenciando a forma que os educandos interpretam e atuam no mundo.

Fornecendo exemplos de processos educativos, Renata diz ser indicado trabalhar com formação de educadores ambientais, com educomunicação socioambiental, com estruturas e ações educadoras, onde a escola é uma das possibilidades, e com fomento à participação em fóruns colegiados.

Se encaminhando para encerrar, a palestrante convida os interessados a conhecer o MonitorEA, um sistema de indicadores de políticas públicas em EA, que leva em consideração diversas dimensões.

Finalizando, aponta como desafios e oportunidades. Como desafios cita o desenho institucional do órgão executor da política pública, os instrumentos disponíveis para executá-la, os arranjos institucionais possíveis, a conciliação entre as demandas por educação sanitária dos gestores e da sociedade e, em último, a falta de recursos para assegurar a manutenção, continuidade e ca-

pilaridade das ações educativas. Como oportunidades sugere a realização de cursos na ENAP e a vinculação de conteúdos no currículo do ensino médio, haja visto que os currículos estaduais estão recebendo proposições, com a reformulação recente.

Conclui sua fala reiterando a importância de “tecer” Redes e agradece.



---

## **A Experiência da Secretaria de Agricultura Familiar na Formação de Rede de Comunicação Interagências e na Educação Digital.**

**Sílvia Satiko Onoyama Mori**

Graduada em Engenharia de Alimentos pela Universidade Federal de Viçosa com sanduíche pela Rutgers University. Tem especialização em marketing pela Fundação Dom Cabral. Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Doutorado em Administração pela Universidade de Brasília. É pesquisadora A da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária na área de gestão de negócios tecnológicos. Atualmente, é coordenadora de Programas de Ater do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). E coordena o programa Ater Digital.

Sílvia comunica que apresentará o Programa Ater Digital, que tem consonância com o interesse dessa Oficina, e inicia explicando as razões pelas quais o MAPA começou a trabalhar com Ater Digital.

De acordo com o Censo de 2017, somente 1 em cada 5 (18,2%) agricultores familiares brasileiros têm algum acesso aos serviços de assistência técnica e esse dado é mais crítico nas regiões Norte (9%) e Nordeste (7%). Soma-se a isso o fato do atendimento nos moldes tradicionais ser inviável, dado o alto custo e a complexa logística para atuar em certas partes do país. Esse desafio se acentua pelo fato de haver pouco mais de 10 mil extensionistas na rede oficial, não sendo possível cobrir toda a demanda.

Em outubro de 2020, o MAPA começa a trabalhar com Ater Digital, provocado pela realidade descrita e pela chegada da pandemia do COVID-19, quando houve restrições para se trabalhar presencialmente.

Trabalham, atualmente, com quatro Programas estratégicos. Um deles é o de Modernização da Infraestrutura de TI, sistemas de App e capacitação das instituições estaduais oficiais de Ater, cuja primeira ação feita, em 2020, foi a abertura de uma chamada pública que resultou em 24 convênios contratados, relacionados aos eixos infraestrutura, sistemas/aplicativos e capacitação. Foram aprovados ainda 3 projetos adicionais para aumentar a prestação de serviços de Ater de forma remota.

Citou ainda o Programa Piloto de Ater Digital, a partir do qual lançaram um edital para realizar um estudo piloto para validar a metodologia de Ater remota no Brasil, lembrando a importância de se ter métricas para balizar as futuras chamadas da ANATER. O público-alvo deste Programa são 12 mil agricultores, beneficiários ou potenciais beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário, que estejam localizados na região Nordeste.

Outro é o Programa Estratégico de Estruturação do Núcleo de Capacitação, firmaram parceria com a Embrapa para a elaboração de um Plano Estratégico de Capacitação para Ater focado, principalmente na agricultura familiar. Adicionalmente, buscam desenvolver novos cursos e disponibilizar os já existentes.

O quarto Programa Estratégico é o Núcleo Piloto de Informação e Gestão Tecnológica que engloba o Projeto Hub TechFamiliar, criado diante da dificuldade do extensionista em garimpar as informações que necessita. Desse modo, foi pensado este Projeto para trabalhar a agregação e curadoria de informações para difundir e catalisar esforços de instituições públicas, privadas, e organizações não-governamentais, com vistas ao desenvolvimento tecnológico e de gestão da agricultura familiar, melhorando o acesso de agricultores à informações, inovações e conhecimentos tecnológicos.

Começaram em parceria com a Embrapa para criar o Hubs Virtuais, mas a intenção é estabelecer parceria, também, com outras instituições. A previsão é lançar este Projeto no site do MAPA até o final do primeiro trimestre de 2023. Seu escopo prevê a produção, moderação e recebimento de conteúdo; organização e sistematização da informação; disponibilização dos conteúdos;

identificação das demandas junto aos beneficiários; e apoio à implementação e/ou divulgação de treinamentos e capacitações.

Os materiais que estarão disponíveis nesse espaço, organizados por cadeia produtiva ou temática demandada, deverão passar por um tratamento de comunicação para chegar de forma mais assertiva e palatável aos produtores rurais. Observa-se, portanto, que o Hubs trabalhará tanto a organização, quanto a difusão da informação.



**Foto 9:** Proposta de modelo do Hubs Virtual.



**Foto 10:** Tipos de conteúdos possíveis para o Hubs.

Sílvia encerra sua fala compartilhando alguns resultados do projeto piloto, desenvolvido no início de 2022, com foco na apicultura, no Estado do Piauí, através do qual foram obtidos dados variados, incluindo socioeconômico dos produtores rurais, sobre a coletividade e sobre formas de manejo.

## PERGUNTAS E RESPOSTAS

Nesse momento foi dado aos participantes, presenciais e remotos, a oportunidade de fazer perguntas<sup>5</sup> aos palestrantes do Módulo II. A seguir, estão descritas as perguntas, respostas e comentários que surgiram nesse momento.

**Zuim, os grupos de WhatsApp são grupos com mensagens moderadas apenas pelos administradores dos grupos ou se são interativos? Em sendo interativos, como fazem para controlar as publicações para que não fujam do objetivo proposto?**

Todos os grupos criados são compactuadas regras com os participantes. Adicionalmente, os administradores têm o poder de apagar eventuais mensagens que fujam ao objetivo do grupo. Um desafio encontrado foi a demanda dos produtores rurais por respostas dos técnicos a qualquer dia e horário. Nesse caso, voltaram a repactuar regras. Sugerimos a criação de dois grupos de WhatsApp, um livre e interativo, e outro restrito aos administradores, cuja função se equivaleria a uma biblioteca digital, onde seriam armazenadas as produções. Zuim conclui sua fala reforçando que a intenção com o investimento em Ater digital não é retirar o técnico do campo. Esse é um trabalho que reconhece uma dinâmica que já existe e tenta organizá-la, para que seja mais verticalizada, dialógica e eficaz.

**Marcondes, da Secretaria de Agricultura de Brasília, compartilhou sua experiência exitosa com o uso do aplicativo Promote Route, que permite envio de mensagens instantâneas aos produtores rurais, mas formar gru-**

**pos. Os produtores podem responder as mensagens, mantendo uma troca dialógica entre as partes. O índice de vacinação da brucelose saltou da ordem de 60 para 90% após o uso desse aplicativo.**

**Maximiliano, da Emater-DF, comenta que a comunicação é um elemento integrante do trabalho do extensionista, que está em permanente contato com os produtores rurais. Por isso, sugere que considerem na Oficina um trabalho de divulgação da importância da Ater no meio acadêmico e outros. A profissão do extensionista precisa ser valorizado para conseguir, inclusive, capilarizar o serviço.**

Renata diz que construir uma Rede de Extensionistas é uma estratégia muito rica.

**Cristian, fiscal do Mapa no Estado do Amazonas, comenta que chamou sua atenção a informação dada por Sílvia sobre o percentual de produtores rurais atendidos por serviços Ater nos Estados do Norte e Nordeste. Pede informações sobre a fonte e comenta ter lhe parecido que os dados foram utilizados para justificar a Ater Digital. Segundo sua leitura, são as regiões que mais têm acesso a extensão rural onde se deve ter maior investimento, porque são as áreas on-**

<sup>5</sup> - Em razão do palestrante Luís Fernando Zuim estar participando remotamente, ao final de sua fala foi aberto um momento para realização de duas perguntas. Por essa razão, foram feitas mais perguntas nesse Módulo. Por uma questão de organização textual, as perguntas e respostas estão descritas fora da ordem cronológica.

**de os resultados são melhores. Conclui dizendo que a Ater Digital deve se somar à presencial, e não substituí-la.**

Sílvia responde que os dados citados por Cristian foram retirados do Censo Agropecuário de 2017, o mais recente, até o momento. Com relação ao Ater Digital, ele não veio para acabar com o serviço presencial, mas sim para somar, aumentando a capilaridade do serviço. Ideal seria ter extensionista suficiente para atender a todos os produtores, mas essa não é a realidade. O uso da Ater Digital permite otimizar o serviço e manter uma constância na informação, mas não deve ser usada como substituta do serviço presencial.

Renata comenta que as tecnologias digitais estão à serviço do desenvolvimento laboral e devem ser utilizadas. Esses recursos permitem amplificar a capilaridade de alcance, co-

mo dito por Sílvia, fazendo com que a política pública alcance a demanda dessas pessoas. Um exemplo é a Oficina de Educação e Comunicação em Defesa Agropecuária, que acontecendo de forma híbrida permite a participação de mais pessoas.

**Francine Castro, do IDAF/ES, pergunta como mensurar resultados, uma vez que a comunicação é uma ferramenta tão subjetiva.**

Sílvia responde à Francine que estão no processo de construir as métricas para poder avaliar e mensurar os resultados.

Renata, quanto a mensurar resultados, diz que em primeiro lugar é preciso lembrarmos que a educação é um processo e a associação direta com alguns indicadores de resultado não é possível, razão pela qual é importante construir indicadores intermediários.

# APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS - TEMA 2: FORMAÇÃO DE REDE NACIONAL INTERAGÊNCIAS PARA INTERCÂMBIO

- **GRUPO AMARELO**

**Rede de Cooperação** - O grupo discutiu a necessidade de criar um **Colegiado Nacional**, definindo antecipadamente quais instituições parceiras comporiam este Colegiado. Avaliaram ser importante estarem presentes representantes do MAPA, do Ministério da Saúde, do Ministério da Justiça, do Ministério da Defesa, do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Educação, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério das Comunicações. Além desses Ministérios, deveriam estar presentes representantes da Asbraer, da Fonesa, da CNA, da ABPA e de entidades da sociedade civil. Além do Colegiado Nacional seria importante fomentar a criação de **Comissões Estaduais Interagências**.

**Avanços** - Destacaram ter sido um avanço o amadurecimento do entendimento sobre a importância de se criar um Colegiado Nacional Interagências.

**Desafios** - Muitos são os desafios da criação desse colegiado, a começar pela **composição** dele. A construção de seu **regulamento** também será um desafio, assim como definir sua **estrutura** de funcionamento e estabelecer as **prioridades** e **metas**. Como de praxe em colegiados, um desafio será manter o **engajamento** dos representantes e suas instituições. Esse foi um ponto que mereceu destaque do grupo, que levantou a questão de que criar um colegiado não é difícil, mas mantê-lo ativo sim. Outro desafio é a **produção de conteúdo** para a **rede digital**, lembrando que para essa tarefa é melhor que haja profissionais da área de comunicação. Também a **divulgação** dos trabalhos e conteúdos tende a ser um desafio. Por fim, identificaram o desafio de construir a **valorização** da **Educação Sanitária** junto aos Estados.

- **GRUPO VERMELHO**

**Rede de Cooperação** - O grupo discutiu formas de realizar uma aproximação com os Estados e sobre a importância de se criar uma Rede de Cooperação nos **Estados**, afinal são eles que tem entrada nos municípios. Assim, o grupo sugere que sejam identificadas lideranças regionais/estaduais, que possam compor **Núcleos Temáticos** e fazer a articulação com atores envolvidos na agropecuária nacional. Essa seria uma forma de ampliar a participação dos atores sociais que compõem toda cadeia produtiva. Outra sugestão manifestada pelo grupo foi de serem realizados

**eventos periódicos** para promover a interação entre as instituições e fomentar cooperações e *networking*.

**Avanços** - O grupo destacou como avanço a **execução de projetos e ações** de Educação em Defesa Agropecuária. No entanto, avaliou que esses projetos e ações acontecem por iniciativas individuais, geralmente isoladas e sem articulação entre as instâncias. A Educação em Defesa Agropecuária representa uma área institucionalmente pouco valorizada. Uma das consequências é a tendência de restringirem suas ações a responder demandas do MAPA, como Qualisv, SISBI, Febre Aftosa.

**Desafios** - Os desafios começam já na constituição da Rede, porque é preciso **identificar as pessoas**, as lideranças, com perfil e capacidade para contribuir. Uma vez constituída a Rede, o desafio se torna **manter as pessoas engajadas e motivadas**. Soma-se a isso os desafios de manter a **Rede ativa** e de **assegurar sua continuidade**. O grupo discutiu sobre a necessidade de se criar meios para garantir a execução das atividades da Rede e sua continuidade. Uma solução possível é criar um **Plano de Educação Sanitária**. É preciso assegurar as condições materiais para o exercício da Rede e das ações de Educação em Defesa Agropecuária, lembrando que a importância desta nem sempre é compreendida, assim como também é comum profissionais e superiores desconhecerem o caráter transversal do tema. Nesse sentido, **sensibilizar superiores**, que têm o poder de decisão, é importante e estratégico. O grupo observou ser comum algumas pessoas atuarem no campo da defesa agropecuária mesmo não estando numa pasta diretamente relacionada e o entendimento da transversalidade poderá colaborar com o trabalho dessas pessoas. Outro aspecto discutido pelo grupo foi o desafio de ampliar investimentos em trabalhos de **prevenção**.

#### • GRUPO ONLINE

**Rede De Cooperação: como construir a Rede** - Por meio da criação de um **grupo nacional**, para melhorar a comunicação e a troca de experiências. Este grupo deverá ser coordenado pelo MAPA, ficando esta instituição responsável por **promover Encontros** e **elaborar materiais** para nortear as ações regionais e estaduais. Pode-se seguir **exemplos** como o da CES-SFA/SP, na questão da multi-institucionalidade, e da CIDASC, do IMA e do INEA, nas ações de educação, como modelo para um formato nacional. Outra sugestão é a criação de um **Sistema de Educação Sanitária**, a exemplo do SISBRAVET.

**Rede De Cooperação: como seria essa Rede** - O grupo levantou a necessidade de se reestruturar as agências, uma vez que muitas não possuem efetivo para colocar em prática as ações de educação. Foi considerado que a parceria poderia se dar por meio da **celebração de Termos de Cooperação Técnica** entre as instituições, sob a **coordenação de um Grupo Técnico Nacional**.

Importante ter uma rede de colaboração **multidisciplinar**, com a participação de **pedagogos** e profissionais da área de **marketing nas equipes**. Necessário, ainda, criar um **Fundo** para prover os recursos financeiros para as ações. Além disso, o grupo sugere que as atividades devem ser **planejadas e executadas**, de forma concatenada com um planejamento maior, que considere quantificações, cronogramas, responsáveis, parcerias, etc.

**Rede De Cooperação: parcerias** - Devem compor a Rede o MEC, as secretarias de educação e de saúde, a iniciativa privada, universidades, a Secretaria de Agricultura Familiar, o SENAR e o SENAC, que sempre trazem ótimos resultados no trabalho de cooperação. No entanto, recomenda-se que antes seja feito um diagnóstico do problema ou questão a ser trabalhada, para identificar todas as instituições que poderão ser convidadas a participar/estabelecer parcerias. Outras instituições que poderiam integrar a Rede Nacional: Embrapa, Abras, MP, Secretaria de Economia e Conselhos de Classe. Importante destacar a colaboração com os Estados, inclusive para trocar experiências. Outras áreas e profissionais fora de setores de educação em defesa agropecuária, como exemplo os agentes de saúde e agentes comunitários, podem vir a realizar as ações conjuntas de educação e comunicação. Também é recomendado englobar os Conselhos Municipais de Sanidade Agropecuária e os educadores em educação sanitária, que utilizam uma linguagem mais acessível para a população.

- **GRUPO AZUL**

**Avanços** - Os avanços destacados pelo grupo se referem ao amadurecimento institucional da Educação Sanitária. Dentre eles, destacaram a criação do **SUASA** e do setor **Serviço de Educação Sanitária**, no MAPA. Outro citado foi a realização da **I Oficina de Educação e Comunicação em Defesa Agropecuária** e o **envolvimento da alta cúpula** da Secretaria de Defesa Agropecuária na Oficina.

**Desafios** - **Aumentar o diálogo** entre as **partes envolvidas**, incluindo setores da sociedade menos tratados como público-alvo; O desafio de aumentar o diálogo passa também pela realização de Encontros sobre Educação Sanitária, sendo uma sugestão realizar um **Congresso** sobre o tema. Outro aspecto discutido diz respeito a levantar informações atuais sobre as realidades com as quais se pretende trabalhar e construir um **olhar diferenciado, próprio**, para as **realidades regionais**. Para ajudar a avançar nessa direção, as Organizações Estaduais de Sanidade Agropecuária (**OESAs**) poderiam **realizar Diagnósticos**. Realizar **prospecções de experiências locais** é outro desafio, e no qual as OESAs podem apoiar. No entanto, as **OESAs** carecem de estrutura própria, para a Educação Sanitária, tornando necessário **estruturar a educação Sanitária** dentro dessas organizações. Os conflitos fazem parte das relações sociais, mas identificá-los e geri-los é uma dificuldade, a começar pelo fato de existir uma cultura de negação dos conflitos. Avançar na **identifi-**

**cação e gestão dos conflitos** é, portanto, um desafio a ser superado. Outro aspecto discutido foi a necessidade de **fomentar políticas públicas de Defesa Agropecuária** e a Rede poderia agir nesse sentido, inclusive fornecendo argumentos que sustentem essa demanda.

**Proposta** - O grupo avaliou ser importante compreender a situação das OESA's, que fazem educação Sanitária, o que fazem e como estão estruturados, então, sugere que construam uma **Lista sobre as OESAs**, contendo informações. Os participantes sugeriram organizar **documentos com estudos de caso de sucesso** feitos no Brasil. Entenderam que a formação da Rede não depende da criação de meios para isso e que a Rede pode promover muitos benefícios, então propõem que **formem a Rede**. Propõem também que iniciem trabalhando com **projetos pilotos**, monitorando e avaliando-os. Como dito anteriormente, a Educação Sanitária tem um caráter multidisciplinar e precisam **envolver equipe multidisciplinar** na sua execução, não devendo faltar pedagogo e comunicador social.

**Articulação** - O grupo considerou que criar uma Rede verticalizada é mais arriscado, porque passa a depender de uma organização principal. Para evitar os riscos que essa verticalização impõem sugeriram que fosse adotado uma **estrutura horizontal**. Sua composição não deve ser impositiva, as instituições que não demonstram interesse não devem integrar a Rede. O espaço deve ser ocupado por **quem tem interesse**, do contrário corre-se o risco de desmotivar a Rede.

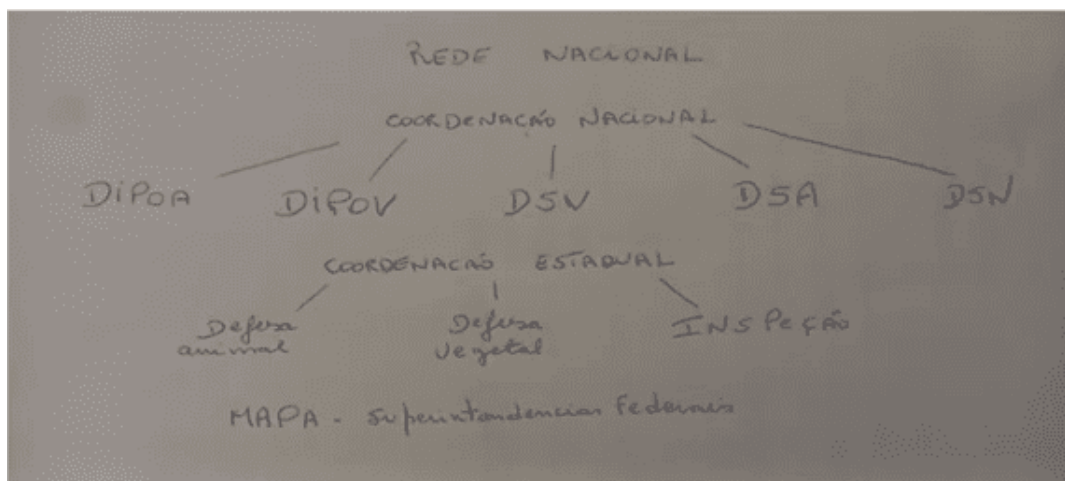
**Indicadores** - Para educação sanitária propuseram os seguintes indicadores: Envolvidos nas Redes; N° de Estados que realizam Diagnóstico; Quantidade de produtores regularizados; Sistema Informatizado em funcionamento; e Quantidade de Conflitos resolvidos.

**Prazo** - Entenderam que tem ações que podem ser realizadas de **imediato**, como a criação de uma **Rede**; outras serão a **curto** prazo; outras a **médio**; estão inseridos nesse caso a produção de **Diagnósticos**; e outras de **longo prazo**, a exemplo de retirar o termo Sanitária da **expressão vigente**.

**Responsáveis** - Deve-se criar uma estrutura horizontalizada para compartilhar deveres e poderes. Pode-se criar uma **Coordenação da Rede**. Será preciso que **definam objetivos** para as partes. É importante que tenham **técnicos**, mas que também componham esse coletivo pessoas com **perfil articulador (político, mas não partidário)**, com habilidades para dar visibilidade e captar apoios para a Educação em Defesa Agropecuária.

- **GRUPO VERDE**

**Estrutura** - Ao refletir sobre o Tema 2, o Grupo Verde considerou uma Rede formal, institucionalizada. Avaliaram a necessidade de **criar estruturas institucionais** nos **níveis nacional e estadual** e buscaram inspiração no modelo do SUASA.



**Foto 11:** Sugestão de estrutura da Rede Nacional.

Para essa estrutura, o grupo definiu que ocorresse em duas instâncias, federal e estadual. O **MAPA** assumiria a **coordenação central**, onde estariam todas as diretorias da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA e também representantes das Superintendências Federais. A seguir, teria uma **coordenação estadual**, e dela participariam representantes de serviços de **inspeção, da defesa animal e da defesa vegetal**.

A participação ser limitada às áreas mais diretamente relacionadas com defesa agropecuária foi um ponto de dissenso, com alguns participantes defendendo esse foco e outros argumentando a favor da transversalidade. Um ponto usado na defesa dessa abertura foi a contribuição possível no sentido de desconstruir a interpretação de que essa é uma pauta que cabe somente a um determinado grupo técnico.

Juliana explicou que, recentemente, foi criado o Serviço de Educação Sanitária, que está ligado ao Departamento de Serviços Técnicos, por sua vez ligado a Secretaria de Defesa Agropecuária.

**Avanço** - A **institucionalização do PROESA** no MAPA e o movimento para a criação de uma **Rede Nacional**.

**Desafio** - Dois aspectos receberam destaque junto ao Grupo Verde. Um deles foi a ausência de condições materiais para operacionalizar os trabalhos, notadamente a **falta de recursos humanos e orçamentários**. Desafios relacionados, portanto, são trabalhar nessas condições e

transformar essa realidade. O segundo aspecto diz respeito à necessidade de **sensibilizarem os gestores e técnicos** para investirem na Educação em Defesa Agropecuária.;

**Ações necessárias** - Definiram como necessárias a elaboração de **Planos Estaduais de Educação sanitária** e **celebrar cooperação entre o MAPA** e os Órgãos Estaduais de Defesa (**OEDs**), porque avaliaram que esses órgão podem contribuir com a realização das ações.

**Indicadores** - O grupo sugeriu: (a) número de produtores cadastrados; (b) percentagem de melhoria da qualidade dos cadastros (mais completos); (c) número de projetos educacionais específicos (demandas locais e regionais) implementados; (d) número de agentes de saúde agropecuária capacitados; e (e) projetos educativos implementados em instituições educacionais.

**Propostas de melhorias** - Criar espaços multi-institucionais de apoio, como Fórum; Conselho ou GT. Poderia ser criado um **GT de Educação Sanitária** dentro do **FONESA** e **Fóruns** de Secretários Estaduais de Agricultura.

**Prazo** - Avaliaram ser possível estabelecer as condições para a Rede em até dois anos.

#### • **DEBATE FINAL**

Alexander complementa a explicação dada por Juliana, sobre a educação sanitária dentro da estrutura do MAPA, informando que o Serviço é a menor estrutura de postos de chefia no MAPA. Na base vem Serviços, depois Divisão, Coordenação, Coordenação Geral, Departamento e, por fim, Secretaria.

Com relação à estrutura da Rede, Dornelles recorda que em 2006, sugeriram que a coordenação da Rede ficasse ligada ao Secretário, porque a educação sanitária lida com temas transversais e também porque estariam submetidos diretamente à hierarquia mais alta, que toma as decisões finais.

Dornelles observou que a importância que o MAPA dá a determinado tema, tem reflexões no modo como os Estados lidam com o tema, por isso, também, a importância em delegar ao MAPA a função central e superior.

Cristina Sabbo compartilha a informação que os Comitês de Mobilização e Ação Educativa, da área da Saúde, que deram certo no início e funcionavam bem, mas começaram a esvaziar. Manter o engajamento é um desafio que merece atenção desde o início da consolidação da Rede. Abrir para participação de outras áreas pode gerar resultados positivos, mas também deve-se ter atenção para que seja dada a atenção devida a Rede, podendo gerar descontinuidade dos encontros, caso não o seja.

Dornelles, que está na coordenação do SUASA, comenta que contrataram uma consultoria em políticas públicas para identificar experiências exitosas em outros países e os resultados estão sendo reveladores sobre a importância da transversalidade. A ação nessa direção passa pela mudança de perspectiva que os técnicos e chefes têm a esse respeito.

Outro relato foi feito por um participante, sobre uma experiência no Nordeste, onde iniciaram com um Diagnóstico, identificaram os atores-chave, levantaram os desafios e as potencialidades, para então construir as estratégias de trabalho.

Carlos Albuquerque diz que não está claro para ele como as ações pensadas e criadas desde o nível nacional chegarão até “a ponta”, até os agentes de campo que trabalham nos municípios, e como esses resultados serão mensurados por eles. Advertiu para o fato de, talvez, “na ponta”, esses profissionais não estarem discutindo as mesmas questões discutidas pelo MAPA, por exemplo. Por fim, Albuquerque sugere que seja criada uma ferramenta para medir os resultados de experiências diversas.

Beatris Kuchenbecker lembra que em 2019 foram criados no MAPA dois Departamentos para tratar de temas transversais, de modo que a sugestão de criação de uma Coordenação Geral vai de encontro com o que se fez em 2019. Estabelecer a transversalidade é uma forma de fazer com que os atores sociais que dialogam pouco, estreitem relações.

Clóvis Imbrota volta a explicar sua fala sobre a estrutura organizativa, dizendo que se tratava de defender a horizontalidade, quando disse que deveriam ter representantes de diversos departamentos e interlocução com eles. Em Santa Catarina criaram, por regional, um consultor da área animal e outro da área vegetal, muitas vezes eles trabalham juntos.

Carolina reforça a necessidade de participação de representantes das comunidades tradicionais, tema que surgiu em diversos momentos, trazendo-as para compor o debate. Ressalta a importância em se respeitar os saberes dessas populações e dialogar com eles. Sugere que na próxima oficina, representantes das categorias de povos e comunidades tradicionais sejam convidados.

Outra participante conta que quando trabalhou com Câmaras Setoriais Temáticas descobriu que dentro das instituições os profissionais não sabem o que o outro setor está executando. Isso é uma realidade comum e que desencadeia problemas, desperdícios e menor eficiência. Ocorrem, por exemplo, ações em duplicata e ações que poderiam estar sendo otimizadas. Quando avançaram no diálogo tiveram um avanço no desenvolvimento das atividades, inclusive conseguindo acessar linhas de crédito para fomentar alguns projetos.

# MÓDULO 3 - RELATOS DE EXPERIÊNCIAS

---

## APRESENTAÇÕES





---

## **A Experiência em Comunicação de Risco na Tragédia de Brumadinho**

### **Major Josias Soares de Freitas Júnior**

Possui o Curso de Formação de Oficiais - Academia de Polícia Militar de Minas Gerais; Curso de Especialização em Gestão de Defesa Civil - Fundação João Pinheiro. Atuou no Exército Brasileiro, no Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. Foi Subcomandante do 8º Batalhão de Bombeiros Militar com atuação na Operação Brumadinho; Integrou a Missão humanitária à República de Moçambique em decorrência do Desastre natural após a passagem do ciclone Idai e Kenneth. Atualmente é Major - Subchefe da Quinta Seção do Estado-Maior do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.

O Major Josias compartilha a experiência obtida com a tragédia de Brumadinho, que completa 1.393 dias de operação, na busca das pessoas ainda não encontradas.

Uma das maiores dificuldades relacionadas à Comunicação de Risco na operação Brumadinho foi o volume de informações divergentes vinculadas. Já no primeiro dia de operação muitas informações desencontradas e inverídicas foram propagadas, até mesmo imagens de outras localidades, incluindo a Síria, circulavam como sendo de Brumadinho.

O quantitativo de vítimas foi um exemplo de informação infundada, apontando que haviam aproximadamente 700 mil vítima quando, se soube mais tarde, eram 272 vítimas<sup>6</sup>. Como a sociedade estava buscando por informações sobre o acontecimento, toda qualidade de notícia circulou com rapidez e essas, consequentemente, atrapalharam o trabalho dos oficiais.

Outro dificultador foi a complexidade em controlar a quantidade de voluntários que se juntam aos oficiais nas buscas. A área crítica, onde havia lama, apresentava muitos riscos, e constantemente recebiam chamados para socorrer os voluntários que ficaram preso nela.

Houve um momento em que ocorreu um alarme falso noticiado, anunciando que a barragem B6 havia se rompido, causando um caos na região. Com alguma frequência os oficiais responsáveis pela operação eram informados, com notícias falsas, que outra barragem havia sido rompida.

Esses são exemplos da importância em se organizar as informações e suas difusões para que flua de uma forma mais organizada e sem maiores problemas. Nesse contexto, estabelecer a Comunicação Institucional foi de extrema importância para a operação.

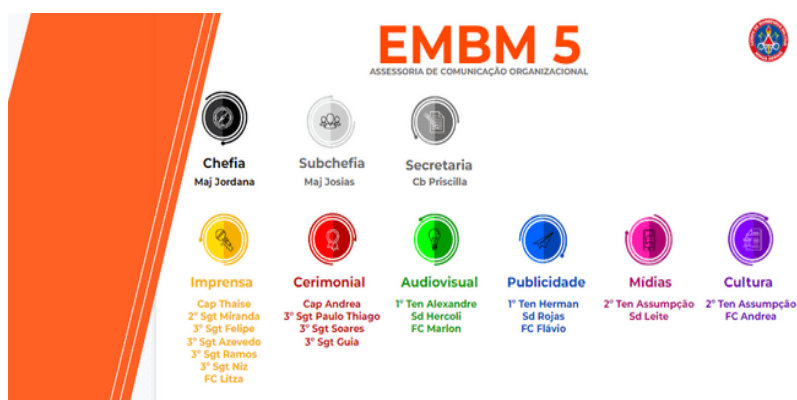
Em determinado momento, chegou a ter 55 agências envolvidas na operação. Para otimizar o gerenciamento dessas agências, foi implementado o Sistema de Comando de Operações (SCO), ferramenta gerencial cujo objetivo é garantir agilidade nas operações. Dentro dessa ferramenta cada agência tem poder de fala dentro da sua especificidade.

A Defesa Civil e a Polícia Militar assumiram a segurança do perímetro, que só em termos aéreos sofria com a presença diária de cerca de 100 a 150 voos clandestinos de drones, mesmo com o espaço aéreo fechado. Essa foi uma situação que impôs alto risco, em razão da quantidade de aeronaves que sobrevoavam a região fazendo as buscas, que em determinado momento chegou a superar o trânsito aéreo do aeroporto de Guarulhos.

---

<sup>6</sup> - Juridicamente, são computadas 270 vítimas, no entendimento dos familiares, são 272, porque duas mulheres estavam grávidas.

Nessa Comunicação Institucional para estabelecidas adjuntorias de imprensa, cerimonial, audiovisual, publicidade, mídias e cultura, onde os assuntos são preparados e os porta-vozes pré-definidos têm a responsabilidade de os anunciar.



**Foto 12:** Esquema da comunicação institucional adotada.

O Fluxo com a imprensa seguia em duas direções, o da comunicação factual e as demandas programadas. O factual eram as demandas de informações instantâneas e/ou mais urgentes e para essas eram feitos plantões específicos e controlados por responsáveis específicos.

É importante que se leve em consideração alguns cuidados ao noticiar uma informação, como, por exemplo, definir o que será anunciado, como será anunciado e o momento certo do anúncio. Além disso, faziam a produção de *release* para subsidiar a imprensa.

Investir na Comunicação de Risco traz uma série de vantagens, dentre as quais, conquistar a confiança e a participação dos envolvidos, aumentar o envolvimento das comunidades, diminuir ruídos na transmissão de mensagens e fortalecer a cultura de segurança.

Encerra sua fala informando que o Corpo de Bombeiros utiliza mídias sociais para informar, sensibilizar e conscientizar a população.



## **A aplicação do método SOMA na educação em defesa agropecuária**

**Carlos Roberto de Albuquerque Lima**

Graduado em Agronomia pela Universidade de São Paulo (USP). Mestrado em Tecnologia da Educação, pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE-SP). Trabalhou na Embrapa em Brasília, na Embrater como Extensionista Rural. Foi um dos criadores do programa Globo Rural, em 1979. Foi chefe de dois projetos da Organização das Nações Unidas (ONU) treinando dirigentes do governo e extensionistas rurais para o desenvolvimento rural, em Moçambique, na África. Trabalhou no Ministério da Agricultura, em Goiânia, desenvolvendo projetos de educação sanitária e ambiental, em 18 estados brasileiros e em 17 municípios de Goiás. Criou o Método SOMA para capacitação de agricultores e escreveu 3 livros, mostrando os resultados alcançados, em termos de aprendizagem e mudança de comportamento dos agricultores. Com o projeto “Educação sanitária- agrotóxicos, saúde humana e meio ambiente” ganhou 8 prêmios: um internacional, dois nacionais e cinco em Goiás. O mais importante foi o 1º lugar no 10º concurso oficial sobre Inovação na gestão pública federal, em 2005. Pertence a 5 Academias de Letras e Artes. Como artista plástico tem participado de concursos nacionais e internacionais em pintura e escultura e já ganhou vários prêmios. Publicou 6 livros, sendo 3 sobre Caldas Novas: Caldas Novas além das águas quentes; Caldas Novas ecológica; Caldas novas cidade das esculturas. Outros 3 livros: “Método SOMA- capacitação de agricultores, saúde humana e meio ambiente”; “ Educação Sanitária- agrotóxicos, saúde humana e meio ambiente”; e “Educação Sanitária- planejamento, avaliação de resultados e Método SOMA”. Recebeu o título de cidadão caldasnovense, em 2014. Desenvolveu ações em 26 dos 27 estados brasileiros; visitou 35 países, a trabalho ou turismo, num total de 47 vezes.

Albuquerque inicia sua fala explicando que o método SOMA, criado há 50 anos, é uma ferramenta que pode ser utilizada em diversas situações, incluindo em serviço da defesa sanitária. Apesar de ter sido gerado na década de 1970, o termo foi definido no último ano da década de 1990.

O termo SOMA traduz a ideia das características que definem a ferramenta, que são: ser **Sistêmico**, ter **Objetivos** claramente definidos, garantir **Monitoramento** da evolução das pessoas e realizar **Avaliação** constante e aperfeiçoamento do processo.

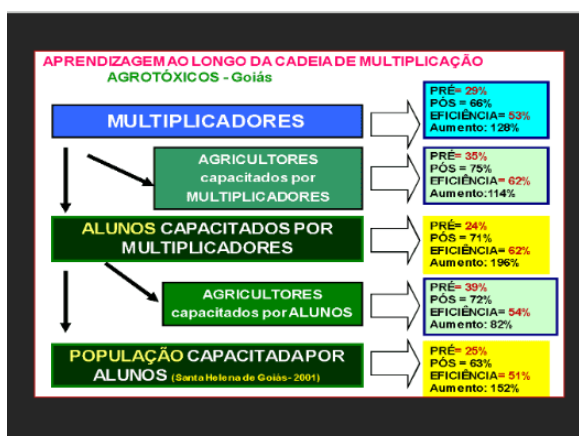
O foco do método SOMA é melhorar a qualidade do aprendizado, aumentar a abrangência, a quantidade de pessoas capacitadas, e executar um trabalho a custo baixo, que possa ser facilmente replicado.

Para aplicar o SOMA é preciso ser feito um planejamento cuidadoso, a definição clara dos objetivos e a identificação do que se espera do agricultor. Esse último não implica o uso de imposição, apenas uma projeção da mudança de comportamento.

No processo é preciso validar o material didático, ou seja, verificar se estão gerando os resultados esperados, e realizar avaliação por objetivo. Para contribuir na avaliação, Albuquerque desenvolveu uma fórmula para mensurar a eficiência da aprendizagem, que quando menor do que 50% indica não está satisfatória.

Para aumentar a abrangência, utilizam meios de comunicação (televisão, rádio e outros), acionam multiplicadores e estabelecem parcerias.

Nos cursos e capacitações utilizam material impresso, incentivam que os participantes leiam e discutam, assim, garante maior apropriação do conteúdo. Os resultados obtidos são sempre satisfatórios, no início (pré-teste) menor do que 50% e depois superando os 50%.



**Foto 13:** Apresentação dos resultados objetivos em um dos trabalhos desenvolvidos com o método SOMA.



**Foto 14:** Último livro de autoria de Albuquerque publicado sobre o método SOMA.

A execução deste método segue alguns passos, que tem início com o pré-teste, com o qual se estabelece o “marco zero” do trabalho e dá indicativos sobre os campos em que há maior fragilidade, que se tornarão o alvo do trabalho. O monitoramento e, quando necessária, a reformulação das estratégias são pontos fundamentais para obtenção dos resultados esperados.

Como se viu, o SOMA é uma ferramenta simples, fácil de replicar, barata, que trabalha com parcerias e multiplicadores, aproveita os meios de comunicação de massa e com isso obtém resultados quantitativos e qualitativos em pouco tempo e junto a várias camadas sociais. Sua eficácia pode ser percebida pelos diversos prêmios concedidos em reconhecimento aos resultados alcançados.



## **A experiência da região Sudeste na educação sanitária.**

**Rosa Maria Antunes**

Graduada em Medicina Veterinária pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Mestre em Ciências pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Área de Concentração em Educação Agrícola e Mestre em Higiene Veterinária e Processamento Tecnológico de Produtos de Origem Animal pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é Coordenadora de Educação Sanitária da Defesa Animal - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, desenvolvendo projetos educativos na área de Medicina Veterinária, com ênfase em Defesa Agropecuária e Educação Sanitária.

Rosa Maria inicia sua fala apresentando a experiência em educação sanitária desenvolvida pelo Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA). O principal projeto desse órgão, relacionado ao tema em questão, é o Projeto Sanitaristas Mirins (PSM), que vem sendo desenvolvido desde 2006 e já levou novos conhecimentos sobre a saúde humana, dos rebanhos e das lavouras a cerca de 120 mil pessoas, em todo o Estado, servindo de exemplo para que outros Estados implementassem um similar.

Outra experiência destacada foi o Programa de Apoio à Saúde Agropecuária (PASA), que treinou mais de 2.500 vacinadores para atuarem em regiões com escassez de médicos veterinários.

Os trabalhos desenvolvidos envolvem, por exemplo, ciclos de palestras sobre defesa sanitária animal, que foram construídos após consulta aos escritórios locais e identificaram as fragilidades relacionadas à sanidade e, de posse dessas informações, construíram o conteúdo dessas palestras. Outras iniciativas são o Projeto “O legal merece um brinde” Cachaça e o Projeto “É legal? Então é seguro” Mel e produtos de abelhas.

Com relação às dificuldades enfrentadas, destaca a escassez de profissionais e os salários pouco atrativos.

A realidade do Espírito Santo é diferente em termos de equipe. A Gerência de Educação Sanitária e Ambiental do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (IDAF) conta com uma equipe multidisciplinar que inclui médico-veterinário, pedagogo, geógrafo e biólogo. Neste Estado existe uma Comissão de Educação Sanitária e Ambiental, que inclui a equipe da GEDUC, a Assessoria de Comunicação e mais 14 servidores do IDAF que atuam nos municípios.

A GEDUC possui um Plano de Educação Sanitária e Ambiental, que levou a instituição a ficar em 1º lugar na categoria entidades públicas, do “Prêmio Pecuária Saudável – Educação e Comunicação para a Defesa Sanitária” (2021). Este Plano tem linhas de ação junto à educação formal (educação básica e ensino superior), à educação não formal, que envolve comunicação social, *Lives* e eventos agropecuários, e em processos formativos, por meio de cursos para servidores e público externo.



**Foto 15:** Exemplos de inserções dos projetos do IMA em mídias.



**Foto 16:** Atividades desenvolvidas pela GEDUC/ES.

O Estado do Rio de Janeiro possui uma Superintendência de Defesa Agropecuária, nesta uma Coordenadoria de Defesa Sanitária Animal, onde por sua vez está submetida à Coordenação Setorial de Educação Sanitária. Rosa Maria informa que além da Coordenadoria de Defesa Sanitária Animal, existe uma de Defesa Vegetal e outra de Inspeção.

Na área de Defesa Animal desenvolveram 3 projetos principais: (i) Projeto Educação Sanitária nas Escolas Rurais; (ii) Projeto Formação de Agentes em Sanidade Animal; e, este ano, iniciaram o (iii) Projeto Educação Sanitária nas Escolas de Ensino Médio. Sobre o último projeto citado Rosa Maria explica que cerca de 1000 alunos têm respondido a um pré e a um pós teste, com resultados excelentes. As futuras professoras estão auxiliando a equipe técnica com materiais didáticos e planos de aula.

Ainda sobre o Rio de Janeiro cita o Curso de Formação de Agentes em Sanidade Animal, realizado em parceria com as Secretarias Municipais de Agricultura, que além de trabalhar algumas doenças animais, difunde informações sobre as formas adequadas de proceder a vacinação. A partir da pandemia iniciaram cursos em formato híbrido. Desde 2018, quando iniciaram, realizaram esse curso em mais de 20 municípios, atendendo mais de 600 produtores rurais.

Trazendo experiências do Estado de São Paulo, Rosa Maria inicia contextualizando a estrutura institucional. Neste Estado existe a Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA), onde está vinculado o Departamento de Capacitação e Educação em Saúde Única.

Deste Departamento destaca o Projeto de Defesa Agropecuária nas Universidades Ações do Médico Veterinário em Defesa Agropecuária; os Circuitos de Capacitação Sanitária dos Controladores de Javali do Estado de São Paulo, com realização de 25 eventos e capacitados 2.381 controladores; as Ações Educativas relacionadas ao Programa Estadual de Sanidade das Abelhas, envolvendo 2.477 participantes, dentre apicultores, empresas de celulose, Responsáveis Técnicos de entrepostos de mel e associações;



**Foto 17:** Exemplos de materiais didáticos e mascotes desenvolvidos pelo Estado do Rio de Janeiro.



**Foto 18:** Atividades educativas sobre sanidade das abelhas, desenvolvidas no Estado de São Paulo.



---

## **A experiência da região Sul na educação sanitária.**

**Diego Medeiros Gindri**

Engenheiro Agrônomo formado pela Universidade Federal de Santa Maria, mestre e doutor em Produção Vegetal pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Atualmente é colaborador da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC.

Diego Gindri traz ao conhecimento do público a experiência do Estado de Santa Catarina. Inicialmente, destaca os esforços empreendidos para estabelecer e ampliar conexões para que o tema defesa da agropecuária se faça, cada vez mais, presente na sociedade e para que consigam aumentar a quantidade de multiplicadores. Este é um exercício necessário, uma vez que parte da sociedade ainda desconhece o que faz a Defesa Agropecuária e qual sua importância.

Em Santa Catarina, estão realizando um projeto nas escolas, trabalham diretamente com os produtores rurais, também com ensino a distância (EAD), na academia e, por fim, cita a aproximação com a educação ambiental.

O trabalho desenvolvido nas escolas, chamado de Sanitarista Júnior, existe há 9 anos e já atingiu 18 mil alunos, ao longo desse tempo. No pós pandemia a adesão das escolas superou as expectativas e aumentou consideravelmente. A intenção é no próximo ano, quando o Projeto completa 10 anos, realizarem uma análise de resultados e publicarem um livro.

A estratégia adotada neste Projeto é de trabalhar em parceria com os professores. Essa condução é importante porque, em primeiro lugar, o quadro técnico é limitado e com ele não seria possível ter o alcance que conseguem e, depois, porque os docentes detêm a pedagogia para melhor aproveitarem os recursos instrumentais que são fornecidos à ele. Os materiais produzidos são mídias diversas, incluindo livros, quadrinhos, vídeos<sup>7</sup>. A metodologia SOMA é empregada nesse projeto, com a aplicação de um pré, no início do ano, e um pós teste, no final do ano escolar, para mensurar os resultados obtidos.

Observando a prática de alguns profissionais do setor agro, reconheceram falhas na formação acadêmica desses e, para tentar reduzir a ocorrência de uma atuação profissional anti-Defesa Agropecuária, criaram o Projeto Sanitarista Acadêmico, em parceria da Universidade Federal de Santa Catarina. Neste, a práxis da sanidade pecuária se estende até a universidade. No Termo de Cooperação firmado com a Universidade estabelecem uma correlação pautada em trocas, que podem ser das mais variadas formas, desde apoio na realização de eventos, curadoria de conteúdos, dentre outras.

Por ano, são formados no Estado de Santa Catarina mais de 16 mil profissionais de áreas com potencial para trabalhar no setor agro. Considerando o EAD, esse número pode superar a faixa dos 4 milhões. Ao focar nesse público, o Sanitarista Acadêmico busca amplificar o volume de multiplicadores em Defesa Agropecuária.

Com relação ao EAD, oferecem 19 cursos, sendo 13 sobre inspeção, 4 sobre saúde animal e 2 sobre sanidade vegetal. Esses cursos estão disponíveis na página da ENA - Fundação Escola de Governo de Santa Catarina.

Como exemplo de conexão, sua importância, e investimento na formação profissional, Diego cita a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Santa Catarina, onde tem assento. Em determinado momento, a Secretaria de Educação decidiu fazer um curso de pós-graduação em Educação Ambiental para 400 professores da rede estadual. Como integrava a Comissão,

---

<sup>7</sup> - Esses materiais estão disponíveis no endereço eletrônico: <https://www.cidasc.sc.gov.br/educacao-sanitaria/sanitarista-junior/>

pode defender a ideia de que a sanidade agropecuária precisava integrar o conteúdo programático porque faz parte da saúde única e, portanto, se relaciona com a educação ambiental. Como resultado, atualmente, em 10 cursos de graduação no Estado de Santa Catarina formando professores e um desses módulos trata da defesa agropecuária.

A produção de conteúdo é feita também para outras iniciativas, além das instituições de ensino. Em 2020, Ano Internacional da Sanidade Vegetal, mais de vinte organizações organizaram e publicaram um livro sobre essa temática.

Sobre o Estado do Paraná, explica que a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR) vem investindo nos programas de monitoramento e vigilância de pragas, fazendo orientações sobre a importância de identificarmos precocemente os problemas fitossanitários, com foco em pragas quarentenárias, surtos de pragas e pragas resistentes aos agrotóxicos.

Na área de fiscalização de agrotóxicos, realizam palestras e sensibilização focadas nas derivas de agrotóxicos que causam danos na viticultura, apicultura, sericicultura e resíduos na cultura de feijão. Outro investimento tem sido na organização e mobilização dos Conselhos Municipais de Sanidade Agropecuária, que envolvem, em média, 3 municípios cada.

Sobre as experiências do Rio Grande do Sul, Diego explica que neste estado foi estruturado um Programa de Educação Ambiental, localizado dentro do Departamento de Vigilância e Defesa Sanitária Animal, da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural.

Ainda sobre esse Estado, desde 2009, contam com a Política Estadual de Educação Sanitária Animal (Lei nº 13.192, de 30 de junho de 2009).

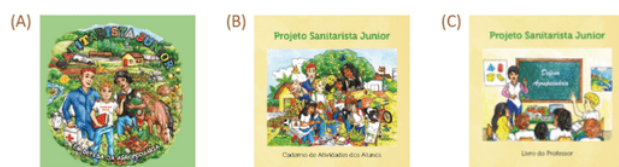


Figura 1 - (A) Livro Texto Sanitarista Junior em Defesa Agropecuária, 3ª edição revisada e ampliada, (B) Caderno de Atividades, (C) Livro do Professor.

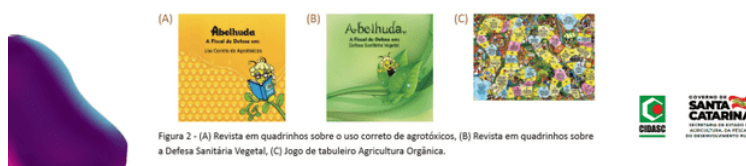


Figura 2 - (A) Revista em quadrinhos sobre o uso correto de agrotóxicos, (B) Revista em quadrinhos sobre a Defesa Sanitária Vegetal, (C) Jogo de tabuleiro Agricultura Orgânica.

**Foto :** Materiais didáticos produzidos para o Projeto Sanitarista Júnior.



---

## **A experiência da região Centro-Oeste na educação sanitária**

**Ana Beatriz Barbosa de Castilho**

Graduada em Medicina Veterinária pela Universidade Federal de Goiás - Faculdade Unyleya. Especialista em Higiene e Inspeção de Produtos de Origem Animal – Faculdade Unyleya e Especialista em Defesa Sanitária Animal. Atualmente, atua na Coordenadoria de Defesa Sanitária Animal do Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso.

Iniciando pelo Estado de Goiás, que conta com a Agência Goiana de Defesa Agropecuária (Agrodefesa), Ana Beatriz explica que as ações educativas estão pulverizadas dentro da Agência, que ainda não conta com uma gestão central ou unificada. Portanto, as ações ficam sob iniciativa e responsabilidade dos profissionais das Coordenadorias Técnicas da Agrodefesa.

Outra iniciativa foi a constituição de um Grupo de Trabalho, que visa a construção da legislação do Programa de Educação Sanitária. Além desse esforço em termos de constituição de instrumentos legais normativos, o Estado conta ainda com a IN 03/2019, que dispõe sobre a normatização do Sistema de Inteligência e Gestão Estadual de Agrotóxicos - SIGEA e das normas para o comércio de agrotóxicos e afins. A partir disso, foi criado o Agroativo, uma ferramenta que identifica propriedades e estabelecimentos que empregam boas práticas. A forma como operam a ferramenta ocorre com o preenchimento de algumas respostas, em uma visita de campo feita pela equipe de fiscalização, e no retorno dessa equipe, cerca de dois meses depois, volta-se a aplicar as perguntas para verificar as respostas. Ana Beatriz destaca que essa experiência otimiza custos e provoca na equipe de fiscalização uma ação em educação sanitária.

A IN 03/2022, que instituiu o Programa Estadual de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária (PEESDA), prevê em seu Artigo 4º a criação de uma Comissão Permanente composta por servidores da Agrodefesa. Outra determinação destacada no Programa é a indicação das Unidades Administrativas elaborarem, anualmente, um Plano de Metas em Educação Sanitária (Art. 6º).

Apresentando a experiência do Mato Grosso do Sul, Ana Beatriz diz que a Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (IAGRO) instituiu a Divisão de Educação Sanitária, inserida na Gerência de Controle e Operações. Esta Divisão é subdividida em dois núcleos, de defesa animal e de defesa vegetal, além da comunicação e o conselho. Nas onze Regionais têm profissionais responsáveis para trabalhar com educação sanitária.



**Foto 19:** Esquema da organização da Divisão de Educação Sanitária.



**Foto 20:** Demonstrativos de experiências da IAGRO sendo executadas.

Parte da responsabilidade sobre a Educação Sanitária cabe à coordenação, e parte aos educadores sanitários. À coordenação cabe a realização dos processos formativos e informativos, que incluem as capacitações, as oficinas pedagógicas, os seminários, a elaboração de materiais educativos, o treinamento dos agentes de saúde ambiental, os quatro Programas da área animal e os dois da área vegetal. Para a área animal, a IAGRO trabalha com uma lei que garante desconto ao infrator que voluntariamente se capacitar para adotar boas práticas. Para a área vegetal a lei é similar, com a diferença de que se aplica somente aos produtores que ainda não possuem cadastro.

Aos educadores sanitários cabe a mobilização do público beneficiário, a realização de palestras e trabalho com as universidades. Sobre a parceria com universidades, foi destacado o Termo de Cooperação firmado com o Instituto Federal do Mato Grosso do Sul, a partir do qual foi instituído um curso de pós-graduação em educação sanitária, que atende o quadro de profissionais da IAGRO. Este ano 40 pessoas se formarão na primeira turma deste curso de pós-graduação.

Passando para a experiência do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado do Mato Grosso (INDEA), Ana Beatriz explica que dentro da Diretoria Técnica há a Coordenadoria de Defesa de Sanitária Animal e nela a Atividade de Educação Sanitária e Comunicação Social. O INDEA já trabalhava com ações educativas e nesse ano de 2022, publicaram o Plano Saúde e Bem Estar Únicos nos Serviços Veterinários do MT.

Ana Beatriz ressalta a conexão que este Plano tem com outras experiências e preocupações que destacam a saúde única e o meio ambiente. Isso porque este Plano tem como objetivo fortalecer os serviços veterinários do MT, visando promover e proteger a saúde e bem-estar animal, a saúde pública e a preservação ambiental. Destaca ainda que fazem parte da Comissão de Educação Sanitária.

Instituíram uma agenda de “Diálogos” para trabalhar determinados temas. O primeiro, Diálogo para Boas Práticas no Uso de Produtos Veterinários na Produção Animal, durou 19 semanas e o segundo, Diálogos para Prevenção da Peste Suína Africana, 11 semanas. Foram selecionados um conjunto de conteúdos para cada Diálogos, que era encaminhado via WhatsApp ou e-mail para os participantes e organizações que representam o público de interesse. O aspecto dificultador dessa experiência é o fato de ainda não possuírem celulares institucionais para poderem organizar os grupos de WhatsApp.

Em parceria com outras organizações estão construindo o livro Diálogos para incentivar a vigilância passiva em saúde animal, que deve estar com o conjunto de informações organizados até dezembro, para poderem dar início.

Estão realizando ainda Campanha da Vigilância para a Febre Aftosa, em atendimento ao Programa Nacional de Vigilância em Febre Aftosa. Nessa, compartilham por e-mail o material para ser trabalhado.

Um aspecto importante trazido por Ana Beatriz diz respeito aos resultados que alcançaram com a contratação de uma agência para impulsionar o conteúdo das mídias, cujo número de visualizações e de pessoas alcançadas foi extremamente maior para os meses em que houve contratação do serviço. O momento investido nessa ação implicou em resultados diferentes, tendo sido observado que quanto mais se investiu, maior foram os resultados alcançados.

Sobre o registro das atividades agropecuárias, Ana Beatriz explica que utilizam o sistema informatizado do Indea, que conta com uma parte direcionada às atividades educativas e outra para registro do material gráfico distribuído.

**Campanha Vigilância para a Febre Aftosa**

Relatório mídia digital	Julho	Agosto	Setembro	Total
Investimento para Impulsionamento	R\$ 5.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.200,00	R\$ 6.200,00
Número de Vezes que o post apareceu na tela do usuário	5.704.776		655.790	6.360.566
Pessoas Alcançadas	528.001	7.741	387.515	923.257
Reprodução de Vídeo	61.473	588		62.061
Engajamento com a Publicação (curtiu, compartilhou, baixou)	63.738	309	867	64.914
Cliques em links	2020	0	747	2767



**Foto 21:** Resultado da contratação de agência para impulsionar conteúdo de mídia digital.

**Foto 22:** Ação educativa executada no Estado do MT.



---

## **A experiência da região Nordeste na educação sanitária.**

### **Francisco Ives Tavares Pereira**

Médico Veterinário. Trabalha com Inspeção de produtos de origem animal e defesa sanitária animal há 15 anos, e nos últimos 9 anos com auditoria do sistema de inspeção de POA, ligado ao DIPOA. Atua na parte de educação sanitária à população junto do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Ceará; como representante da Superintendência Federal de Agricultura do Ceará, ajudando na coordenação e execução de atividades ligadas ao combate à clandestinidade de POA, bem como na sensibilização de gestores públicos e privados que atuam no setor de alimentos e, especialmente, consumidores. Membro da Comissão Nacional de Tecnologia e Higiene Alimentar (CONTHA) do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

Francisco inicia sua apresentação com a informação sobre a estrutura organizacional dos Estados nordestinos para trabalharem com educação sanitária. Comunica que os Estados do Maranhão e do Piauí possuem uma coordenação específica de Educação Sanitária, que conta com uma equipe multidisciplinar e uma estrutura específica de comunicação, respectivamente, a Coordenadoria de Educação Sanitária Agropecuária e Comunicação Social e a Coordenação Estadual de Educação Sanitária. Nos demais Estados não há coordenação específica, nem um cronograma próprio para as atividades de educação sanitária.

As atividades desenvolvidas pelos Estados envolvem atendimento ao público, campanhas de rádio - que avaliam ser muito importantes, especialmente para alcançar determinada faixa etária - atividades em escolas e universidades, elaboração de materiais educativos (cartilhas, cartazes, manuais, etc.), criação de mídias sociais, realização de palestras técnicas e educativas e de programas de combate à clandestinidade. Corroborando a fala de Ana Beatriz, Francisco ressalta a importância de investirem nas mídias sociais como forma de alcançarem mais pessoas.

Francisco começa a apresentar as experiências de cada Estado. Nesse ponto algumas particularidades foram:

- (i) No Estado de Pernambuco o destaque vai para a capacitação dos servidores;
- (ii) No Rio Grande do Norte cabe destaque as Lives feitas em datas comemorativas relacionadas ao setor agropecuário;
- (iii) Em Alagoas, a prática de dar entrevistas aos canais televisivos foi um aspecto que mereceu destaque, haja visto que, como enfatizado por Francisco, essa é uma habilidade que nem todos os profissionais têm e que precisa ser desenvolvida/aprimorada. Outro fator que merece atenção é o fato do trabalho desenvolvido na área que trata da sanidade vegetal atuar com a produção orgânica;
- (iv) Na Coordenadoria de Educação Sanitária Agropecuária e Comunicação Social do Maranhão há uma jornalista na equipe, que resulta numa comunicação mais assertiva, por se tratar de uma profissional com formação apropriada para este fim;
- (v) No Ceará, uma das estratégias bem sucedidas é a comunicação em programas de rádio, TV e redes sociais para fazer campanhas e informar a população. O combate à clandestinidade na área animal foi uma ação destacada por Francisco que informou não haver no Estado abatedouros federais e estaduais de bovinos, de médio e grande porte. Todos os abatedouros são municipais. Entendendo que agir apenas para fechar os estabelecimentos clandestinos não adiantaria, começaram a trabalhar com o público consumidor. Além disso, criaram o Programa de Proteção e Defesa do Consumidor de Produtos de Origem Animal.



**Foto 23:** Ações educativas executadas na Estado da Paraíba.



**Foto 24:** Ações de combate a clandestinidade na área animal, no Estado do Ceará.

Caminhando para finalizar sua fala, Francisco informa que o Programa de Proteção e Defesa do Consumidor de Produtos de Origem Animal realizou 4 palestras mensais ao longo de 12 meses, 2 em Fortaleza, 1 na Região Metropolitana e 1 no interior, finalizando o período com 48 palestras realizadas. Alguns dos resultados foram o aumento de denúncias no Setor de Fiscalização, a inutilização de produtos após denúncias, interposições de Ações Civil Pública contra empresas clandestinas e obtenção de informações relevantes por parte da população e agentes públicos.

Encerrando este bloco, foi dito que Mossoró, no Rio Grande do Norte, foi o primeiro município do Nordeste que conseguiu equivalência no Sistema Brasileiro de Inspeção. Além disso, em 2021, foi criado o Comitê Técnico de Educação Sanitária no município, no qual faz parte representantes da Ordem dos Advogados do Brasil.



---

### **A experiência da região Norte na educação sanitária.**

**Sandra Tereza Teixeira**

Engenheira Agrônoma pela Universidade Estadual Paulista, UNESP. Mestrado e Doutorado em Produção Vegetal pela mesma instituição. Consultora ad hoc da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Tutora e instrutora do SENAR; Consultora Técnica junto ao Banco Mundial e Banco Interamericano (BID); Professora Visitante na Universidade Federal do Acre; Bolsista DCR do CNPq realizando trabalhos na Embrapa/Acre; Foi Coordenadora na área de assistência técnica para agricultura familiar na Amazônia; Professora de Bioquímica, química orgânica e microbiologia na UNIMETA; Orientadora de equipe no sistema ALI/SEBRAE/CNPq. Atualmente é Engenheira Agrônoma do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Acre IDAF/Acre, atuando como Coordenadora de Educação Sanitária Vegetal.

Abrindo sua apresentação, Sandra faz algumas considerações sobre a Região do Norte, que se diferencia das demais em muitos aspectos, que a tornam singular. Essa é a Região com maior área territorial, ocupada com uma baixa densidade populacional, que refletem em vastas porções ocupadas por florestas.

O perfil dos produtores rurais da Região Norte também é diferenciado, sendo expressiva a quantidade de etnias indígenas, extrativistas artesanais, ribeirinhos e de projetos de assentamentos tradicionais, além dos produtores rurais fora dos assentamentos.

Sandra explica que, em razão dos produtores dos assentamentos terem pouco acesso à insumos para desenvolvimento da agropecuária, essas populações utilizam tecnologias sociais pautadas nos princípios agroecológicos. Com relação aos indígenas, por se tratarem de etnias em que a língua materna é a nativa, não havendo apropriação da língua portuguesa por todos, a comunicação é um desafio. Para conseguirem estabelecer um diálogo menos restritivo, precisam ter fiscais e agentes sanitaristas que falem a língua da etnia em questão. Por sua vez, os produtores rurais fora de assentamentos são um público que foge do perfil dos anteriores, trabalhando, inclusive, com *commodities*.

Em termos de estrutura, os sete Estados possuem uma agência própria para trabalhar a defesa agropecuária.



**Foto 25:** Relação das agências de Defesa Agropecuária da Região Norte.

Sandra avisa que apresentará experiências do conjunto de agência que reuniu informações, dando destaque para as ações mais citadas, evitando repetir muitas experiências, haja visto que as agências seguem objetivos e formas de executar as atividades muito similares. Sendo assim, será dado destaque ao PNEFA, ao Programa de Agrotóxicos, ao programa de combate às moscas da carambola, ao PNCEBT e à soja.

A educação sanitária é trabalhada de forma transversal, preventiva, com dificuldades de recursos, equipe reduzida e desafios no acesso, especialmente no período das chuvas.

Citando exemplos de ações desenvolvidas pelas agências da Região Norte, Sandra explica que o curso de formação de agentes de saúde animal indígena, realizada pela ADERR, junto a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, prioriza a prática como método. Essa atividade é realizada em parceria com outras instituições e recebe aporte financeiro de uma agência internacional.

Impulsionada pela pandemia do COVID-19, o Estado do Amazonas disponibilizou aos órgãos e secretarias que trabalham a educação o Centro de Mídias de Educação do Amazonas (CEMEAM) ampliando a comunicação com público em geral em temas relacionados à Defesa Agropecuária. Ainda sobre o Estado do Amazonas, em 2022, a ADAF criou o Núcleo de Educação Sanitária, que conta com representantes de cada gerência técnica, defesa animal, inspeção de produtos de origem animal, defesa vegetal e fiscalização de agrotóxicos.

Em Rondônia, a IDARON está usando uma plataforma de coleta de dados móvel (EPICOLLECT), também um canal digital, criaram uma rede integrada de vigilância veterinária, estabeleceram parcerias com instituições das Secretarias de Saúde Municipais para trabalhar a saúde do homem e mulher do campo de forma ampla, realizam oficinas teórico/práticas, produzem material gráfico educativo e brindes, desenvolvem projeto educativo na escola e gravam entrevistas para rádio, TV mídias digitais.

Por fim, Sandra traz a experiência do Acre, onde o IDAF atua na área animal e vegetal, executando serviços de fiscalização, monitoramento e educação sanitária. A partir de 2021, se depararam com um sério problema causado pela monilíase que atacou o cacau e o cupuaçu e investiram na educação sanitária para combatê-la. Assim, realizaram o curso de multiplicadores com técnicos e agentes de saúde. Como a equipe do IDAF é pequena, os responsáveis pela fiscalização também realizam educação sanitária. Lançam mão também de spots nos aeroportos; trabalhos em escolas; barreiras fitossanitárias; reunião com produtores; e elaboraram o Plano Estadual de Prevenção e Erradicação da Monilíase.

# APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS - TEMA 3: DIRETRIZES DO PROESA

- **GRUPO AMARELO**

**Avanços** - O principal avanço foi a **criação do Proesa**, que permitiu os avanços que se seguiram. A **I Oficina de Educação e Comunicação em Defesa Agropecuária**, junto aos Produtos que resultarão dela, foi outra conquista derivada do Proesa, registrada pelo Grupo Amarelo. Também citaram a criação de **Grupos de Trabalho** por meio das **mídias digitais**, a exemplo do que foi feito na I Oficina de Educação e Comunicação em Defesa Agropecuária. O grupo avaliou ter havido uma maior **aproximação entre os profissionais** que atuam com educação em defesa agropecuária. Identificaram também a importância do papel disseminador de conteúdo que a **Enagro** exerce, tornando mais acessível cursos e ofertando Workshops.

**Desafios** - Um dos maiores desafios é **fortalecer o serviço de educação em defesa agropecuária**. Isso, avaliam, que pode se tornar mais assegurado se institucionalizarem uma **Coordenação Nacional**; Fazer uma **comunicação mais assertiva e estratégica** é outro ponto que precisa ser trabalhado, assim como incorporar profissionais da área de comunicação e marketing é fundamental. Eles teriam como uma das funções **dar mais visibilidade à legislação agropecuária e às ações em Defesa Agropecuária**. Há de se olhar também para os municípios, **implementar e valorizar as ações educativas locais**. As áreas de fronteiras são outro desafio que deve ser trabalhado, porque esse é um ambiente por onde circulam os riscos de contaminação, de modo que devem ser feitas **ações conjuntas de educação em países fronteiriços**.

Um dos participantes contou sua experiência de combate à mosca da carambola, na fronteira com a Guiana, onde trabalharam em parceria com aquele país e fizeram ações educativas com a população local. Nas fronteiras, a população costuma transitar entre os países, um exemplo são alguns povos indígenas, alguns dos quais com aldeias em outros países.

**Melhorias possíveis/necessárias** - **Atualizar da legislação do PROESA**, tomando como base as contribuições da I Oficina; Implementar um **Sistema de Informação Central**, para registrar todas as atividades de educação sanitária em território nacional; **Otimizar o setor de comunicação do MAPA**, de modo que fique mais ágil e possa responder às demandas em tempo hábil, a exemplo de avaliar os materiais que elaboram (cartilhas e outros). Lembram que perdem oportunidade de usar materiais porque este setor demora em responder; Realizar **convênios os Estados e Municípios** desenvolverem o PROESA, fornecendo, por exemplo, treinamentos, veículos e diárias. Entendem ser necessário haver alguém que domine o tema da educação sanitária no grupo que

formaliza os convênios para que essa parte não fique esquecida; Promover **integração com HUBs virtuais**, a exemplo do que faz a Senar.

- **GRUPO VERMELHO**

**Sugestão** - (a) **Definir no início da norma os atores envolvidos**, dessa forma pode-se retirar essa informação do conceito, deixando-o mais leve; (b) Manter sem alteração os Itens II, V, VII e VII do Artigo 7º (IN 28/2008); (c) mudar o texto do **item III do Artigo 7º** (IN 28/2008), **retirando** a destinação da capacitação aos **profissionais da educação das três instâncias**. Isso porque entendem que com o texto como está a capacitação é restrita aos profissionais das três instâncias, deixando de fora todo o público que precisa ser contemplado. O texto ficaria:

**III - promoção de cursos de educação sanitária para capacitar os profissionais das três instâncias do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária e dos Sistemas Brasileiros de Inspeção de Produtos e Insumos Agropecuários quanto às técnicas, meios e métodos para se desenvolver atividades de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária junto ao público-alvo;**

No **item IV do artigo 7º da IN 28/2008 retirar** terminar a frase com ponto, após “defesa agropecuária”, suprimindo as explicações **(a) e (b)**, que descrevem quais profissionais seriam atendidos, porque deve-se dar amplitude ao espectro de beneficiados. O texto ficaria: “formação de multiplicadores e técnicos educadores para atuarem junto ao público-alvo quanto a orientações e procedimentos sanitários básicos relacionados a temas específicos da defesa agropecuária.”

O grupo travou vasta discussão para harmonizar entre eles o conceito de multiplicador e de técnico educador. Ao final, interpretaram que multiplicador é quem espalha a informação e técnico educador quem forma os multiplicadores.

Por fim, ainda sobre o Art. 7º, no item VII sugeriram a seguinte inclusão no texto (em negrito):

**“utilização dos meios de comunicação e inovações tecnológicas como instrumentos e avaliação de informação e de educação, em auxílio da prática das atividades educativo-sanitárias e da difusão de informações de caráter educativo sobre defesa agropecuária.**

- **GRUPO ONLINE**



**Foto 26:** Contribuições feitas pelo Grupo Online, no Miro.

Esse grupo avaliou que a IN 28/2008 está bem completa, em especial o artigo 7º, mas ainda **falta estabelecer** um **Sistema de Informação** e uma **coordenação do MAPA** para ter uma programação mais assertiva.

Discutiram a dificuldade de definir indicadores para questões mais subjetivas, como “consciência crítica” e perguntam quais seriam os mais apropriados.

**Sugestão - Realizar um diagnóstico** educativo para avaliar a região, inspirado no método SO-MA, tendo **atenção especial às minorias**, com **ações inclusivas**. Muito importante **estabelecer indicadores**, exemplo: situação dos aplicadores de calda, se o produtor tem um curso, % de treinadas, quais as melhores ferramentas, o total de eventos de educação sanitária realizados por período, criar mensuração de educação digital (lives, webnários e produção de conteúdo...), quantas contas alcançadas. Sugeriram também **aplicar formulários de percepção**, promover mais **interação com a comunidade** e dar **desconto em infrações** lavradas quando houver capacitação voluntária dos envolvidos. Sugeriram ainda congregar **todas as instâncias** dentro de uma **Comissão Estadual ou Regional**, para possibilitar agregar ideias e ações semelhantes, trocar experiências e otimizar ações regionais. A educação sanitária deve participar de todas as diretrizes do órgão de defesa e **incentivar os técnicos a serem educadores**, inclusive a ter uma **equipe multidisciplinar**, com pedagogos, profissionais de comunicação social (jornalista, relações públicas e publicidade), dentre outros, além de buscar o **apoio dos agentes de saúde**, que podem atuar como multiplicadores no caso de Zoonoses e DTA, com otimização do efetivo, de custo/tempo para as agências.

Mais contribuições foram feitas: Novamente, reforçaram a sugestão de incentivar a criação, e apoiar a manutenção das **Comissões de Educação Sanitária Estaduais**, ou Regionais, e **reativar os Comitês**. Realizar **capacitação continuada** para a formação dos multiplicadores (técnicos educadores) por meio de sistema de informação robusto sob coordenação do MAPA. Colocar sempre a educação sanitária em todas as áreas e programas sanitários como base. Incentivar entidades educacionais a colocar como disciplina a **educação sanitária nos currículos**. Na questão de

**recursos financeiros**, o ministério da agricultura poderia defender um **orçamento para repasse aos órgãos estaduais** especificamente para ações de educação sanitária. É fundamental **melhorar a comunicação entre órgãos** de fiscalização agropecuária e os de fomento e extensão rural.

- **GRUPO AZUL**

Diferentemente de outros grupos, este considerou os direcionamentos que o programa deve seguir, a saber:

- Estudar e **estabelecer orçamento e financiamento** para a Educação Sanitária no MAPA e nos OESA's
- **Orientar a elaboração de novas normas e legislações** de assuntos diversos da defesa agropecuária que abordam Educação Sanitária. Ou seja, estar atenta às legislações e normativas que estão sendo criadas para garantir a Educação Sanitária nelas;
- Realizar uma **comunicação digital inclusiva, objetiva e concisa**;
- Proporcionar **recursos humanos suficientes e adequados**. O grupo entende que o Programa não tem esse poder para garantir esse recurso, mas pode trabalhar com essa diretriz;
- Estabelecer uma **rede de parceiros** permanentes comprometidos com Educação Sanitária;
- **Estabelecer uma cultura** da alta relevância da Educação Sanitária na defesa agropecuária, destacando grande impacto positivo para a economia, segurança alimentar e Saúde Única; e
- Registrar que a Educação Sanitária deve ser planejada, executada, avaliada e reformulada de forma participativa, inclusiva e interdisciplinar, considerando seu contexto e sua diversidade.

- **GRUPO VERDE**

**Avanços** - Consideraram como avanços as iniciativas realizadas, apesar de avaliarem que se tratam de iniciativas individuais, sem uma ação coordenada.

**Desafios** - Institucionalizar a educação sanitária nas estruturas estaduais de defesa agropecuária e viabilizar sua execução. O Grupo chama atenção para o fato de que muitos estados têm regulamentação para a Educação Sanitária, mas há um hiato entre ter esse instrumento e executá-lo.

**Propostas de melhorias** - Incluir a elaboração de um **Plano Estadual de Educação Sanitária** no âmbito das etapas/metaprioritárias dos convênios entre o MAPA e os OED.

**Ações necessárias** - Inserir as ações de educação sanitária nas legislações pertinentes à Defesa Agropecuária.

## Indicadores

- Normativa de educação sanitária inserida na legislação da DSA;
- Nº de instituições de ensino com conteúdos de educação sanitária implementados;
- Nº de multiplicadores/agentes formados e atuantes;
- Nº de capacitados e dispersão geográfica atingida;
- Nº de estruturas comunitárias de apoio implementadas)
- Nº de atividade relacionadas aos meios de comunicação social
- Nº de comitês Regionais/estaduais/nacionais em funcionamento (modelo programa orgânico).

O grupo recorda que para a produção orgânica existe a Comissão Nacional de Produção Orgânica, as Comissões Estaduais e as Regiões, sendo duas para a região Nordeste, em razão do número de Estados. Por estarem asseguradas por legislação, mesmo com a mudança de governo, essas comissões se mantiveram.

Clóvis reforça que as Comissões e os Comitês de Saúde Agropecuária são fundamentais para dar agilidade e capilarizar as ações que precisam ser feitas.

A Relatora do grupo fala sobre os agentes de desenvolvimento rural, ligado ao Banco do Nordeste, e avalia que essa experiência mostra a importância de se criar uma Comissão com outras instituições com interesse na Defesa Agropecuária.

Clóvis explica que em Santa Catarina utilizaram muitas vezes o agente de saúde da família, do PSF, e agente comunitário de saúde para apoiar ações de educação em defesa Agropecuária. O professor lembra o fato desses profissionais visitarem todas as casas mensalmente, construindo elevado grau de confiança com as famílias atendidas por ele.

## • DEBATE FINAL

Cristina lembra que os participantes não dominam as categorias que precisaram construir, o que explica certa fluidez e inconsistência das respostas. Fizeram um exercício de pontuar elementos e ações que avaliaram ser imprescindível desenvolver, seja no instrumento que será criado e/ou no exercício da função de educador em defesa agropecuária. O rigor técnico será preciso quando o texto do instrumento for redigido.

Dornelles explica que as decisões finais serão tomadas pelos gestores, mas as propostas servem para orientar essa tomada de decisão, subsidiando o tomador de decisão e demonstrando que trata-se de opiniões coletivas.

Juliana cita que tem a ideia de instituir a figura do técnico educador, porque na IN só é citado o multiplicador. A ideia é reforçar que todo técnico é educador. Esse termo (técnico educador) foi uma contribuição do professor Zuim, que se inspirou em Paulo Freire, que no livro Comunica-

ção e Extensão fala do agrônomo educador. Multiplicadores, por sua vez, é a sociedade em geral, aquelas pessoas que foram educadas e a partir disso se tornam multiplicadores, sem o compromisso de fazer essa tarefa. O técnico educador será capacitado dentro do sistema do PROESA, por uma formação continuada. Será criado também o Banco de Técnicos Educadores e quando forem realizar uma atividade em determinado local, poderão convidar os técnicos educadores cadastrados daquela localidade ou região.

# APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS - TEMA 4: LINHAS DE ATUAÇÃO E PRIORIDADES DO PROESA

## • GRUPO AMARELO

**Linhas de Atuação** - O grupo opinou que apesar de ser transversal a educação em defesa agropecuária aborda temas específicos, relacionados a determinadas áreas. Pelo teor do debate, o grupo parece ter intenção de registrar que dentro de determinado tema, haverá conteúdos específicos, particulares, a determinadas áreas. Destacaram duas Linhas de Atuação, a animal e a vegetal. Específico à área de saúde animal deve ser trabalhado o bem-estar animal e a resistência antimicrobiana. Especificamente à área de Sanidade Vegetal é preciso trabalhar a resistência aos agrotóxicos e outros aspectos relacionados ao uso dos agrotóxicos. Boas práticas é um tema que deve ser trabalhado nas duas áreas, assim como também o desenvolvimento da consciência crítica dos consumidores. O grupo entende que precisam buscar resolver a linha final, o consumidor, por isso avaliaram ser necessário desenvolver a consciência desses atores-sociais.



Foto 27: Ilustração das Principais Linhas de Ação.

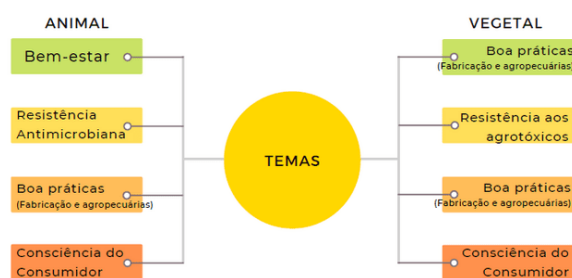


Foto 28: Esquema das Principais Linhas de Ação.

**Metodologia** - Podem ser variadas: oficinas, reuniões e palestras, rodas de conversa, veículos de comunicação em massa; blitz educativas, materiais educativos e de divulgação (físicos e digitais); materiais de apoio didático; e cursos.

## • GRUPO VERMELHO

**Linhas de Atuação** - O grupo desenvolveu sua contribuição focando em duas Linhas de Atuação centrais: (a) Combate à produtos ilegais e (b) Boas práticas Agropecuárias.

### A) Combate à produtos ilegais

**Prioridades** - Para essa Linha identificaram ser prioritário trabalhar o combate dos **produtos de origem animal clandestinos**, problema extremamente comum. **O contrabando de agrotóxicos e de insumos veterinários** também devem receber atenção especial.

A Relatora do grupo, reiterando uma fala recorrente entre os participantes, diz que a ação de fiscalização também é (ou pode ser) uma ação de educação. Essa fala aponta para a necessidade de mudar a percepção que os profissionais da fiscalização tem de seu papel e, também, de apoiar com os recursos necessários para que realize ação educativa durante a fiscalização.

A Relatora reforçou a importância da fiscalização lembrando que quando um produtor regularizado, que se preocupa em seguir as regras, se depara com produtos irregulares sendo comercializado livremente, isso o desestimula a investir para se manter regularizado.

Ainda sobre a fiscalização e seu potencial de ação educativa, foi dito que a cobertura da mídia sobre casos irregulares não punidos, ganha atenção dos telespectadores e cria uma imagem ruim dos fiscais. Nesse momento precisam aproveitar o espaço midiático e explicar aos telespectadores sobre os riscos daquela irregularidade.

Ocorre ainda que há disseminado no país uma cultura de valorização do produtor artesanal, o que é bom, mas arriscado, porque também os produtos artesanais precisam atender às regras sanitárias. Portanto, é preciso trabalhar nesse nicho e, novamente, reforçam a importância de trabalhar com o consumidor para que ele esteja informado e atento à legalidade.

**Metodologia** - Realizar **ações de educação em conjunto com ações de fiscalização**; Realizar **campanhas de informação em massa**: TV, rádio, mídias digitais, jornais e em escolas. O grupo recordou os resultados positivos com a redução do consumo de cigarros que ocorreu após serem adotadas campanhas anti tabagismo.

**Desafios** - A escolha por determinados produtos passa pela influência cultural, socioeconômica e o acesso das pessoas. Não se trata, portanto, apenas de falta de conhecimento, mas de uma decisão motivada por múltiplos fatores. Assim, **sensibilizar os consumidores, os profissionais, e, até mesmo, os gestores** para assumirem para tomarem decisões de não aceitar produtos clandestinos é um dos maiores desafios. Um ponto levantado pelo grupo não foi exatamente um desafio, mas um encaminhamento que pode auxiliar a superar o desafio supracitado, foi esclarecer os conceitos em processados x artesanais x clandestinos. A **fiscalização carrega uma imagem negativa** e para aproveitá-la no exercício da educação é preciso desconstruir essa imagem. Os recursos disponíveis para o exercício da função é insuficiente para atender toda demanda, assim, alcançar a **sustentabilidade financeira do serviço veterinário oficial** é outro desafio. O grupo apontou também a **falta de vontade política**, como um desafio, reforçando a importância de exercerem uma atuação de articulação e convencimento junto aos cargos de tomada de decisão. Por fim, registraram a necessidade de estabelecerem uma **comunicação interinstitucional**, fazerem articulações e promoverem o debate entre as agências. Como exemplo, citaram o FONESA;

## B) Boas práticas agropecuárias

Um aspecto discutido pelo grupo é o fato de não deveriam trabalhar voltados apenas a atender as exigências do mercado, restringindo as ações a uma agenda produtivista. Concordam que as boas práticas precisam ser boas para todos os envolvidos, o que implica pensar a relação com o meio ambiente, a sustentabilidade e a saúde. Sendo assim, as boas práticas precisam ser trabalhadas na perspectiva da saúde única e da sustentabilidade.

Liziê lembra que segundo a Lei 8.171 de 1991, de Política Agrícola, a produção agropecuária deve exercer sua função econômica e sua função social, com cuidado ao meio ambiente.

**Prioridades** - Para trabalhar boas práticas nos moldes propostos é preciso que sejam realizadas **formações dos técnicos educadores** para boas práticas com foco em **saúde única, sustentabilidade e medicina veterinária preventiva**.

**Metodologia** - O grupo avaliou ser importante construir um repertório de **material de qualidade** e perene para ser utilizado pelos técnicos. Esses materiais podem ser, por exemplo, manuais técnicos com foco em saúde única, sustentabilidade e práticas preventivas. Outra sugestão foi a realização de **cursos periódicos** e com formato **híbrido**, para permitir maior participação. Um aspecto pelo grupo, foi a necessidade de se **aproximarem com os conselhos de classe**, das áreas que atuam no setor agro, e envolvê-los no debate e nas ações. Uma **parceria com o Ministério da Educação** também foi avaliada como fundamental, uma vez que a educação é seu domínio, poderão contribuir com metodologias e formações. Além disso, devem buscar inserir **conteúdos programáticos nas escolas e universidades**, como temas sobre biossegurança, BEA, resistência a antimicrobianos e estratégias conservacionistas. Também foi citado pelo grupo buscar estabelecer Acordos de Cooperação Internacional. Liziê lembra que o Brasil compartilha biomas com outros países, que temos Estratégias, recebemos financiamento de Fundos Internacionais, portanto, temos experiência e somos de interesse internacional. É preciso aproveitar essa condição. Liziê sugere dois projetos como inspiração: (a) Projeto aplicador legal (DSV) e (b) Projeto “na moral” (MPDFT)

**Desafios** - A função educativa requer certa habilidade, por isso é preciso **identificar as lideranças**, as pessoas que têm o perfil, interesse e disponibilidade; Muitas ações visam a reparação de danos e correção dos erros, mas é preciso dar maior atenção, **priorizar ações preventivas**, com destaque para as que incidem sobre a saúde e o bem-estar animal. Muito se falou em como os profissionais se formam sem um entendimento sobre questões relacionadas à educação em defesa agropecuária e o desafio que é mudar essa realidade, que passa por **alterar os currículos das escolas e dos cursos universitários** com atuação no setor agro.



A moderadora explicou que o grupo online avaliou a necessidade de superar a imagem dicotômica e antagônica entre a bem vista extensão rural e a má vista defesa sanitária. Com relação aos consumidores, e sociedade em geral, observou que estes são fiscais em potencial.

- **GRUPO AZUL**

**Temas** - Este grupo adotou como metodologia cada participante levantar 3 temas e após verificavam se havia, ou não, consenso sobre o tema. Observaram que em razão do Brasil ter um tamanho continental, com realidades muito distintas, é desafiador encontrar temas que se apliquem a todo país e, portanto, os temas podem variar muito.

Os temas que foram consenso entre o grupo foram:

- Importância da Educação Sanitária
- Agrotóxicos
  - Treinamento de aplicador
  - Resíduos de Agrotóxicos - Esse tema precisa ser trabalhado, também, com os consumidores, porque tem um apelo forte
- Boas Práticas de Produção Agropecuária
- Trânsito Agropecuário e seus Produtos
- Inocuidade e Qualidade de Alimentos
- Programas Fitossanitários
- Bem Estar Animal
- Programas Zoossanitários
- Combate à pirataria de agrotóxicos e produtos veterinários
- Boas Práticas de Fabricação (POA e POV) e Doenças Transmissíveis por Alimentos (DTAs)
- Consumo e comércio consciente de alimentos e combate à clandestinidade e fraude
- Produção Agropecuária Sustentável, Agricultura Orgânica e Manejo Ecológico de Pragas
- Riscos sanitários associados à cadeia Pet e plantas ornamentais

Com relação aos temas que não foram um consenso citaram:

- Resistência a Antimicrobianos
- Campanha de Atualização Cadastral e Novos Cadastros
- Treinamento para Emergência Sanitária
- Importância da Defesa Agropecuária para a segurança alimentar

**Metodologias** - O grupo destacou a importância de criarem métodos participativos e integrativos para aplicarem junto a diferentes saberes e culturas. Pode-se, e recomenda-se, que sejam conjugadas várias metodologias, sugerindo:

- Trabalho de campo, Workshops, oficinas, palestras, seminários, congressos, reuniões, cursos (EAD e Presencial)
- Abordagens lúdicas e criativas, tais como gamificação física e digital (jogo)
- Práticas pedagógicas didáticas
- Participação em eventos culturais nos municípios/comunidades
- Aplicação de diagnóstico norteador para as ações de Educação Sanitária
- Atuar na formação acadêmica de profissionais
- Atuar junto aos conselhos de classe
- Incentivar a pesquisa em Educação Sanitária
- Grupos de trabalhos multidisciplinares para ações transversais
- Trabalhar com ATER
- Valorizar e reconhecer as práticas sanitárias responsáveis, que pode ser feito com a criação de uma premiação. Isso pode trazer visibilidade e reconhecimento à Educação Sanitária.

O relator do grupo ressaltou que antes de executar as atividades é necessário conhecer o que a localidade domina e conhece sobre os temas, para a partir disso, trabalhar os conteúdos de forma a considerar os conhecimentos da população. Aqui cabe observar que mesmo as informações equivocadas são um elemento fértil para gerar conteúdos e direcionar para ações específicas.

Este reforçou a sugestão, também dada por outros, de dialogarem com o MEC no intuito de incluir nos conteúdos nos currículos de medicina veterinária, agronomia e zootecnia. Vale lembrar que outros participantes da Oficina frisaram que nesta oportunidade poderiam incorporar conteúdos em outros cursos afins, como de ciências biológicas, e no ensino médio, que está aberto para receber conteúdos.

**Ferramentas** - Sugeriram o uso de tecnologias da informação e mídias de massa, dentre as quais: (a) Rádio, TV, Sites, Jornais impressos, revistas, etc.; (b) Spots em aeroportos, portos, rodoviárias, etc. (c) Redes Sociais; (d) Base Digital Nacional de Conteúdos, Experiências e Resultados.

A última sugestão refere-se a um instrumento que sugere ser criado, cuja função seria similar ao que outros grupos chamam de Sistema de Informação.

## • GRUPO VERDE

**Temas** - O grupo apresentou sugestão de temas considerando quatro linhas: a saúde animal, a sanidade vegetal, inspeção e temas transversais. Voltado à **saúde animal**, sugeriram trabalhar os temas:

- Erradicação da febre aftosa (zona livre);
- Controle e erradicação da brucelose e tuberculose;
- Obtenção de Zona Livre de PSE e prevenção da PSA;
- Influenza aviária de alta patogenicidade;
- Resistência aos antibióticos;
- Zoonose (raiva e esporotricose), prevenção, controle e profilaxia;
- Introdução, disseminação e estabelecimento de pragas e doenças exóticas;

No que se refere à **sanidade vegetal** o grupo sugeriu como temas:

- Agrotóxicos e outros insumos agrícolas: o uso racional e origem do produto;
- Monitoramento, controle e erradicação do complexo das Moscas;
- Vazio e calendarização da soja em função da ferrugem asiática;
- Pragas quarentenárias presentes e ausentes;
- Introdução, disseminação e estabelecimento de pragas e doenças exóticas;
- Controle de resíduos e contaminantes;

Com relação à **inspeção** foram sugeridos:

- Abate clandestino. O grupo destacou que, especialmente no Nordeste, onde os abates são municipais, o problema é extenso;
- Segurança dos produtos de origem animal. Sobre isso discutiram a necessidade de criarem estratégias para que os produtores regularizem e formalizem seus produtos. Pode-se pensar em incentivos para que isso ocorra. A conscientização do consumidor sobre os riscos de um produto irregular também pode pressionar o produtor nessa direção.

Por fim, citaram **temas transversais**, passíveis de serem abordados na área de saúde animal e na sanidade vegetal:

- Desperdício de alimentos;
- Desastres ambientais - plano de contingência.

**Metodologia** - Estabelecer parcerias com as **instituições de ensino**, sendo possível, por exemplo, ofertar conteúdos e preparar os docentes para trabalhar com estes nas unidades de ensino. **Parcerias público-privadas** foram apontadas como uma possibilidade, lembrando que há campo para isso. Também sugeriram **metodologias participativas e integradoras**, como Roda de Conversa e Dinâmicas de Grupo. Criar espaços para **trocas de experiências** foi outro ponto levantado. Pode-se usar diversas estratégias, como Encontros e uso de plataforma para disseminação da informação. O uso de **mídias sociais e ferramentas lúdicas** foi apontado como

um caminho fértil e que desperta o interesse do público-alvo. Como exemplos, citaram vídeos e jogos educativos. O **trabalho de campo** foi lembrado como uma prática essencial e insubstituível na educação em defesa sanitária. Esse contato gera informações sobre o território trabalhado, permitindo maior alinhamento e assertividade das ações, e favorece que se estabeleçam relações de confiança, importantes na construção do elo educacional.

O grupo sugeriu ainda que fossem criadas **Unidades demonstrativas** para mostrar o funcionamento de uma prática exitosa e inspirar quem deseja executar uma atividade do gênero. O grupo deu o exemplo de horta orgânica feita em uma escola e as formas como as disciplinas trabalharam essa experiência: a matemática discutindo percentuais de diluição dos insumos; a química discutindo reação dos agentes; a biologia observando a morfologia das plantas em seus vários estágios, etc.

# APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS - TEMA 5: PAPÉIS, RESPONSABILIDADES E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

## • GRUPO AMARELO

**Papéis e Responsabilidades** - O grupo amarelo compreendeu que todas as partes devem estar listadas e com responsabilidades atribuídas. Assim, sugeriram as seguintes responsabilidades para cada parte envolvida:

- União - Deve **coordenar** em nível superior e central. Também caberá a ele **disponibilizar recursos** para que os Estados e Municípios executem a política em suas jurisdições. O grupo discutiu que a execução não seria papel da União.;
- Estados - Deve **coordenar** em nível estadual, **executar** as ações e **disponibilizar recursos** para os municípios;
- Municípios - Seu papel é **executar** as ações e **disponibilizar recursos** ao público-alvo, lembrando que recursos envolve as ferramentas utilizadas no processo educativo;
- Setor produtivo - Deve **executar** a política. Pode ainda **patrocinar** a política de defesa agropecuária, **multiplicar (difundir)** os conhecimentos sobre o tema e **disponibilizar informações**.
- Consumidores/ Sociedade - **Multiplicar (difundir)** os conhecimentos adquiridos sobre o tema e **disponibilizar informações**.

## **Estrutura Organizacional** -



Foto 30: Estrutura proposta pelo Grupo Amarelo.

O Grupo Amarelo representou a estrutura proposta destacando a conexão entre as partes envolvidas e a responsabilidade com a educação sanitária. Cabe observar que, embora a representação gráfica não expresse, há níveis distintos, hierárquicos e proporcionais de responsabilidades, estando no topo a União, em seguida os Estados, municípios, após setor privado e, por fim, a sociedade.

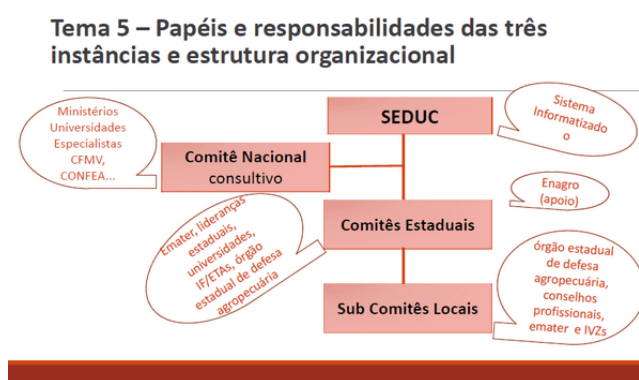
## • GRUPO VERMELHO

**Papéis e Responsabilidades** - Seguiram a linha do que está proposto no SUASA, mantendo a ideia de uma instância central (União), uma Instância Intermediária (Estados) e uma instância local (Municípios), cada qual com as seguintes responsabilidades:

- Instância Central (União): (a) Coordenar, capacitar e articular; (b) Estabelecer diretrizes; (c) Integrar, promover e diagnosticar; e (d) Monitorar, normatizar e auditar.
- Instância Intermediária (Estados): (a) Coordenar, capacitar, articular e **executar**; (b) Promover; diagnosticar; (c) Monitorar, normatizar e avaliar.
- Instância Local: (a) Capacitar, articular; (b) Diagnosticar.

Esse Grupo discutiu a Instância Central entendendo que seu papel não seria de execução, mas de coordenadora e harmonizadora das ações. O papel de executora caberia a Instância Intermediária, sem perder o papel de coordenar. O grupo discutiu se essa instância deveria ser Estadual ou Regional.

## Estrutura Organizacional -



**Foto 31:** Estrutura proposta pelo Grupo Amarelo.

O Grupo avaliou que a transversalidade é fundamental, mas que a educação sanitária precisa estar institucionalizada na estrutura, porque do contrário os técnicos passam a depender de uma série de condições para que possam desenvolver ações.

Dessa forma, propuseram estruturas específicas para a educação sanitária. Aproveitam a existência da **SEDUC**, representando a instância central. Teria ainda um **Comitê Nacional**, de carácter consultivo, composto por especialistas de Ministérios, Universidades, Conselhos Federais, e outros. Sugerem que este Comitê seja instituído por meio de uma **Portaria**. Também em nível Estadual haveria Comitê, composto por profissionais e especialistas de secretarias de governo de Estado, universidades, Escolas Técnicas, Institutos Federais de Educação, e outros. Em nível local, haveria ao **Sub-Comitê local**, com representantes que atuam no território.

A **Enagro** foi pensada como sendo um órgão de apoio, para servir de repositório dos materiais produzidos e espaços para formação e Encontros. Outro elemento proposto pelo grupo foi o

Sistema Informatizado, onde todas as instâncias deverão inserir as informações, como calendários, resultados, etc.

- **GRUPO ONLINE**

Este grupo concluiu ser necessário **integrar** os trabalhos entre **todas as instâncias e organizações públicas e privadas**, respeitando as diferenças regionais e compartilhando as experiências exitosas.

Sugere que haja um órgão central, papel assumido pelo **MAPA**, cujas responsabilidades seriam: (a) **Estabelecer normas e diretrizes gerais**, auxiliando as instâncias intermediárias no planejamento macro e micro; e (b) **Orientar quanto aos métodos educativos e a comunicação de risco**.

Os Estados seriam as instâncias intermediária, com responsabilidades de: (a) **Planejar as ações** levando em consideração as **particularidades regionais**; e (b) **Elaborar normas próprias**;

O grupo avaliou ser imprescindível que haja um **ponto focal de educação sanitária** nos **SVOs** e importante que se busque maior participação das instâncias locais, conforme define o SU-ASA, quanto às ações de educação e comunicação.

O setor privado pode ser incentivado a trabalhar a educação sanitária como contrapartida em algumas situações, como responsabilidade fiscal ou aquisição do selo/registro. Também chamar as instituições de ensino à participação e parceria.

- **GRUPO AZUL**

### Estrutura Organizacional -

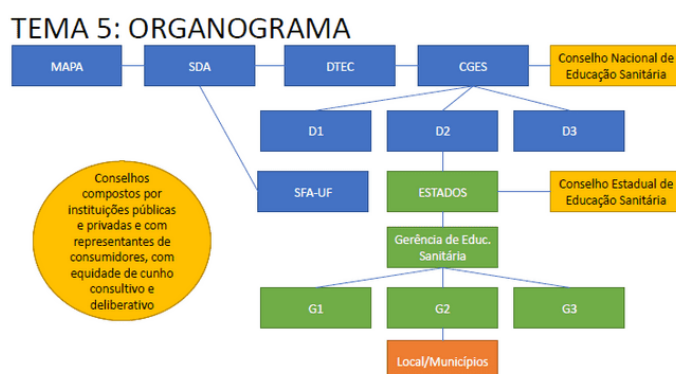


Foto 32: Estrutura proposta pelo Grupo Amarelo.

Como a Secretaria de Educação (**SEDUC**) do MAPA está dentro da DTEC, na atualidade, pensaram em colocar a Coordenação Geral dentro da DTEC, mas, após, avaliaram ser mais estratégico se esta ficasse na **SDA**, mais próxima do secretário.

A **Coordenação Geral** seria composta por 3 divisões: (i) **Animal**; (ii) **Vegetal**; e (iii) de **Apoio**. Sobre a **Divisão (ou Gerência) de Apoio**, essa foi pensada para dar um suporte geral, podendo ser pedagógica, na comunicação e outros tipos. Precisaria definir melhor as atribuições dela. Associada à Coordenação Geral deve ter um **Conselho Nacional de Educação Sanitária**, de caráter **consultivo e deliberativo e paritário**, com todos os entes.

Em **nível Estadual** também deve haver uma **Coordenação Geral específica para Educação Sanitária** e ligada à ela uma **Gerência Estadual**, que esteja na legislação estadual, constituída de calendário, equipe técnica e com orçamento próprio. Essa coordenação teria as mesmas divisões que a de nível federal e seria responsável, ainda, por fazer a política chegar aos municípios.

Também haveria um **Conselho Estadual de Educação Sanitária**, envolvendo os Estados, com paridade. O modelo do Conselho que atua na certificação da agricultura orgânica foi citado como exemplo de um modelo que funciona e que pode inspirar. Deixa a sugestão de que esses **modelos sejam trazidos ao conhecimento**, para inspirar na criação do Conselho de Educação Sanitária. No caso citado, existe um Núcleo, dentro da Superintendência, que é responsável por dar suporte aos Estados. Considerando a relevância das Superintendências, podia-se criar um **núcleo**, um serviço, **em nível nacional**, para dar suporte aos Estados, por meio das Superintendências.

**Papéis e Responsabilidades** - O grupo atribui responsabilidades para diversas partes envolvidas na defesa agropecuária:

- União/MAPA: Coordenar, normatizar, elaborar, planejar, financiar, **executar** e formalizar a nível nacional a **Política Nacional de Educação Sanitária**.
- Estados: Coordenar, normatizar, elaborar, planejar, financiar, executar e **formalizar a nível estadual a Política Nacional de Educação Sanitária**.
- Local/Municipal: Elaborar, financiar e executar a Política Nacional de Educação Sanitária.
- Setor Privado: **Coordenar**, elaborar, planejar, financiar e executar a Política Nacional de Educação Sanitária.
- Consumidores: Participar, elaborar, compartilhar conhecimento e consumir de forma consciente.

O grupo discutiu e concluiu que a **União deve executar**, os fiscais, por exemplo, devem fazer educação também. Contudo, sabem que para assumir uma atitude educativa e pedagógica é preciso uma postura que, em muitos casos, precisa ser fomentada. A União poderia realizar essa ação ou delegar para uma instituição essa tarefa.

Os participantes desse grupo entenderam que os municípios conseguem financiar ações, a partir de doações e, alguns, com recursos próprios.

Com relação à sociedade em geral, o grupo propõe que o trabalho deve-se voltar para todo o tipo de público, com o cuidado de considerar as especificidades de cada um. Chama a atenção para o fato de fazerem campanha quase exclusivamente para produtor rural, deixando os grupos pouco assistidos. Por isso é preciso olhar para a sociedade em geral, incluindo os consumidores.

- **GRUPO VERDE**

**Papéis e Responsabilidades** – Esse Grupo definiu papéis e responsabilidades para a União, os Estados, os Municípios, Setor Privado.

- **União:** (a) Estruturar e viabilizar o Proesa; (b) Atuar como Coordenador Nacional do Proesa; (c) Acompanhar a implementação, avaliação e execução nos Estados; (d) **Definir métricas e objetivos mínimos a serem avaliados**; e (e) Promover a articulação interinstitucional, com a criação de Comissão ou espaço similar.

O Grupo defende que o ente central garanta na **legislação** a constituição das condições para que os Estados possam trabalhar sem dependerem de vontades superiores e para que haja as condições financeiras para isso.

- **Estado:** (a) Atuar como Coordenador e Articulador Estadual; (b) Promover a articulação junto aos municípios; (c) Proceder à implementação do Proesa; (d) Adaptar o Proesa as características específicas do Estado; (e) Construir o **Plano Estadual**; (f) Estruturar e viabilizar o Proesa no Estado; e (g) Coordenar e avaliar a implementação e a execução utilizando as métricas e objetivos definidos na Instância Central.
- **Municípios:** (a) Atuar como Coordenador e Articulador no Município; (b) Colaborar com o programa Estadual; e (c) Executar o Proesa com recursos próprios ou por meio da parcerias institucionais.
- **Setor privado:** (a) Colaborar com o Proesa, apoiando financeiramente e com recursos materiais estruturantes; (b) Qualificar as demandas; e (c) Coparticipar das ações.
- **Consumidores:** (a) Beneficiários e coparticipantes do Proesa; (b) Agir de forma responsável, fazendo o controle social; e (c) Aplicar e Difundir os saberes adquiridos.

O Grupo compartilhou com os demais a informação de que o Ministério Público reverte parte da verba que arrecada com a aplicação de multas em algumas atividades. O professor Clóvis Improta conta que produziram uma cartilha com essa verba. Essa informação permite com que busquem esse recurso, mas também que destinem parte dos recursos arrecadados com multas em um Fundo que atenda à Educação Sanitária.

## • DEBATE FINAL

Dornelles ressalta que nesta Oficina, diferente daquela que ocorreu em 2006, os participantes estão com mais consciência quanto à importância do papel do consumidor no processo, sinal de que houve um amadurecimento, fruto de muita experiência. Reitera a importância de incluir o consumidor no foco das ações, porque eles têm potencial para fazer pressão e provocar mudanças.

Continua avaliando ser importante ter a participação do Conselho Federal de Engenharia e de Agronomia no processo, sem limitar a esses. O SUASA não se restringe aos serviços oficiais, mas ao contrário, parte está com os profissionais do setor privado, que dão assessoria no setor agropecuário.

Dornelles diz ainda que esta Oficina deixou evidente ser preciso investir no uso das mídias sociais. Para isso precisam se capacitar e ter profissionais da comunicação na equipe. Outra questão importante que, segundo avaliou, surgiu nesta Oficina foi a necessidade de empreender esforços (capacidades) de articulação política, no sentido de conseguirem de forma mais assertiva elaborar e apresentarem os argumentos para os tomadores de decisão, considerando que a educação sanitária pode não ser o campo de domínio dessas chefias.

Outra questão destacada foi o fato da Febre Aftosa ser uma entrada da educação sanitária nos territórios, portanto, esse pode ser um tema estratégico para, a partir dele, se executar outros serviços oficiais.

Wilda traz à reflexão o fato de muito ter se falado em sociedade em geral focando nos consumidores e produtores. No entanto, devem olhar para outras características da sociedade, incluindo para suas condições de agente de introdução e dispersão de pragas. Esse grupo societário se encontra, não exclusivamente, nas fronteiras entre países e Estados. É preciso construir uma metodologia para trabalhar com esse público.

Guilhermo sugere que deem atenção a Gestão de Projetos e suas ferramentas ágeis. Para tanto, podem realizar oficinas sobre essas ferramentas, a exemplo do Kanban. Encerra com uma frase atribuída a Kanban: “Nós temos que parar de começar e começar a acabar”.

Outro participante lembra que o MAPA tem as operações Ronda Agro, de combate aos ilegais. Essa é iniciativa que pode se tornar um exemplo de coexistência da ação fiscalizatória com a educativa.

Erivânia Câmelô avaliou que alguns conceitos, que discutiram timidamente há 16 anos, se fizeram presentes de forma mais firme, a exemplo “consciência crítica”, “construção de saberes”, “saúde única”, esse nem se quer falavam. Em sua avaliação, retirar o termo “Sanitária” será um avanço. Em sua fala registra, ainda, a necessidade de conhecerem com mais profundidade os atores envolvidos, devendo, para isso, realizarem diagnósticos.

Outra colaboração veio no sentido de propor que se invistam no diálogo com as instituições de ensino para introduzir nos currículos do ensino médio e universitários alguns temas que desenvolvam a compreensão sobre a importância da educação sanitária.

Corroborando com outras falas, defendeu a importância em se ter profissionais da área de comunicação na equipe. A ausência de alguém da área para compartilhar experiência e explicar as estratégias adotadas foi sentida pela médica veterinária.

Erivânia, ao explicar a organização dos Conselhos, no qual os Federais criam as normativas e os Estaduais executam e fiscalizam, sugeriu que buscasse trabalhar com os Conselhos Estaduais. São essas unidades que realizam os cursos para os profissionais. Atualmente, somam mais de 150 mil veterinários, mais de 100 mil agrônomos e 10 mil zootecnistas registrados. Uma ação programada pelo Conselho, e que pode gerar informações relevantes, é o cadastramento dos profissionais.

Disse, ainda, que os Conselhos possuem recursos para apoiar projetos. Orientou que apresentassem um projeto junto ao Conselho Regional, a uma das Comissões (ex. Saúde, educação sanitária). No caso do Conselho Federal, para apoiar eventos programados para o segundo semestre, recebe projetos até março ou abril, para os programados no primeiro semestre, recebem pedido de apoio até 30 de setembro. Os Conselhos Estaduais abrem chamamento público. Erivânia, em nome do Conselho Federal de Medicina Veterinária, oferece apoio financeiro para o próximo evento.

Clóvis Imbrota agradece e coloca seus cursos à disposição.

Carlos Albuquerque diz que essa foi a Oficina mais produtiva em que já esteve. Conta que, recentemente, deu assessoria para que enquadrassem um projeto no método SOMA e que em breve ele será iniciado. Defende popularizar o método SOMA e informa que deve lançar um curso EAD.

Reforça sua preocupação com os profissionais que trabalham na base, em campo, no sentido de que devem estar alinhados e preparados para trabalhar a educação sanitária e usar as metodologias propostas.

Sugeriu que inscrevessem seus projetos de educação sanitária em concursos, porque, avalia, que essa é uma forma de conquistar reconhecimento e de ampliar as chances de captar apoios.

Juliana Moreira encerra a Oficina agradecendo a todos e dizendo o quanto achou produtiva e importante as contribuições.

Para homenagear esses profissionais, foi produzido um vídeo com imagens das equipes de educação sanitária de diversas agências. O vídeo foi passado na abertura da Oficina, e em outros momentos de retorno dos trabalhos no auditório.



**Foto 34:** Trecho do vídeo em homenagem aos profissionais da educação sanitária.



**Foto 36:** Resultado das expectativas manifestadas.

Ao final, 78 expressaram suas expectativas com relação à Oficina. As palavras mais citadas, aquelas que aparecem em destaque na nuvem de palavras, foram: conhecimento, aprendizado, integração, resultado, fortalecimento, inovação, atualização, mudança, experiência, educação, participação e colaboração.

Após o registro das expectativas, a moderadora, sra. Mônica, convida os presentes a participarem de uma dinâmica de quebra-gelo. Nesse momento a transmissão para o YouTube foi interrompida.

A dinâmica consistia em, ao som de uma música (Viva La Vida, da banda Coldplay), as pessoas se movimentarem livremente pelo auditório. Quando a música era interrompida, as pessoas deveriam iniciar uma conversa em dupla, respondendo a uma pergunta feita pela moderadora. No total, foram utilizadas três perguntas motivadoras: (i) Qual seu nome? (ii) Qual seu *hobby*? (iii) Qual seu grande sonho?



**Foto 37:** Momento de movimentação livre no auditório.



**Foto 38:** Duplas sendo formadas.

A dinâmica recebeu alta adesão dos participantes que se dispuseram a realizá-la. Foi possível notar que a dinâmica surtiu bom resultado, com as pessoas interagindo, se conhecendo e iniciando um processo de articulação, que se ampliou nos momentos que se seguiram até o final da Oficina.

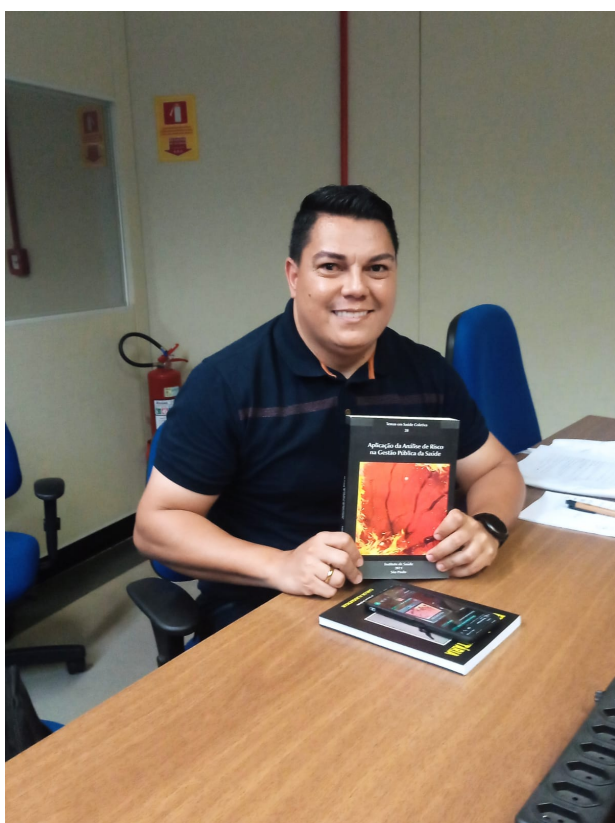
Nos dias que se seguiram, alguns participantes ofertaram materiais produzidos por si, ou por suas instituições, como livros e cartilhas. Aproveitando essas doações foi realizado um sorteio para presentear os participantes.



**Foto 39:** Participante contemplada no sorteio.



**Foto 40:** Participante contemplado no sorteio.



**Foto 41:** Participante contemplado no sorteio.



**Foto 42:** Doadora e participante contemplada no sorteio.

No encerramento, Cristina Sabbo conduziu duas dinâmicas. Na primeira delas, foi dado um desafio ao grupo, que teria de cumprir seguindo algumas regras, dentre elas, não soltar as mãos do colega ao seu lado, nem cruzar os braços. Essa dinâmica tinha como objetivo estimular a reso-

lução de um desafio de forma coletiva, o que exige além de criatividade, escuta e atenção aos demais.

Na dinâmica seguinte, Cristina leu um texto que narrava uma história com elementos do meio agropecuário e os participantes faziam movimentos simulando as ações narradas na história.



**Foto 43:** Dinâmica conduzida por Cristina Sabbo.



**Foto 44:** Doadora e participante contemplada no sorteio.

A Oficina foi encerrada com um *coffee break*, confraternização e trocas de contatos.



**Foto 45:** *Coffee Break* de encerramento da Oficina.



**Foto 46:** Confraternização no encerramento da Oficina.

Desde o primeiro dia, esteve fixado um quadro de *flip chart* onde os participantes puderam registrar suas opiniões sobre o que gostaram, o que não gostaram e as sugestões de melhorias para uma próxima Oficina (ou o ajuste desta). As seguintes contribuições foram dadas:

**Tabela: Avaliações dos Participantes**

QUE BOM	QUE PENA	QUE TAL
<p>Conexão</p> <p>Retornar atividades de ed. no MAPA</p> <p>Aumentei muito meu conhecimento em ed. sanitária</p> <p>Construir juntos a ed. Sanitária nacional</p> <p>Expansão da Rede de Contatos</p> <p>Só Gratidão! Volto mais forte!</p> <p>Amor, Reencontro, União, Felicidade</p> <p>Ouvir as opiniões dos colegas das diversas regiões do país</p> <p>Conhecer as realidades de outros Estados</p> <p>Troca de experiências</p> <p>Rever e conhecer amigos</p> <p>Por mais momentos assim</p> <p>Estar aqui com vocês</p> <p>Comunicação, conexão e Fortalecimento</p> <p>Conhecer novas pessoas</p> <p>Parabéns pelo local</p>	<p>Slides com muito texto e fonte pequena. Quem está atrás não enxerga.</p> <p>Sem pausa na programação.</p> <p>Mais tempo para o evento.</p> <p>As palestras foram cortadas</p> <p>Mais tempo e mais pessoas</p> <p>Mais pão de queijo</p> <p>Ficou com gosto de quero mais</p> <p>Que acabou</p> <p>Mais representantes das Câmaras Setoriais do MAPA</p> <p>Que outros servidores da SDI, SDA (Aquicultura) não estão presentes</p> <p>Faltou notebook e tela nas salas</p> <p>Palestrantes precisam adequar a palestra ao tempo</p>	<p>Uma palestra com especialistas em Marketing Digital</p> <p>Usar apenas a lista de presença física</p> <p>Mais encontros presenciais</p> <p>Nos próximos encontros dividir em GTs com um número menor de pessoas, para garantir uma melhor participação de todos.</p> <p>Outros encontros com técnicos educadores</p> <p>Outro encontro em breve</p> <p>Controle do tempo e respeitar o horário</p> <p>Novos encontros com participantes de (ilegível) grupos representantes</p> <p>Tirar fotos nos momentos das dinâmicas</p> <p>Apresentar fotos das dinâmicas no próximo evento</p>

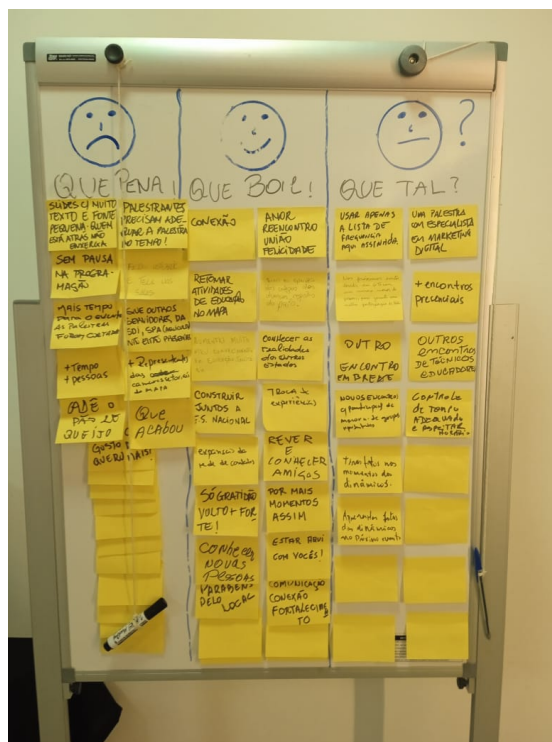


Foto 47: Mural para avaliação do evento

Também os participantes no ambiente online puderam manifestar suas opiniões, comentar, sugerir e fazer perguntas. Abaixo, inclui-se as manifestações feitas no chat do evento online, ao longo dos três dias de encontro.

## Perguntas

- Paulo Roberto de Albuquerque Melo Segundo - @José Ivo Souza Cruz Jr e a Aged entra na capacitação desses agentes comunitários de saúde ou na participação das palestras?
- José Ivo Jr - Não. A solicitação foi feita pela Secretaria Municipal de Saúde para ministrarmos aos ACS e ACE . Foi necessário uma adequação. Pois a AGED só ministra palestras de uso correto e seguro de agrotóxicos. Porém a apresentação teve uma grande repercussão. e possibilitou uma integração entre nosso trabalho junto ao povoados pois o ACS e AE atuam nos mais de 200 povoados do município.
- Fernanda Sillos Faganello - As palestras serão disponibilizadas?
- JB Silva - Alguém poderia perguntar ao Prof. Improta pelo Encontro Nacional de Educação Sanitária e Comunicação - ENESCO?
- Ilyne Dantas - Dra Ana Beatriz pode disponibilizar em PDF os formulários (form-educar e form-gráfico) do sistema deles para servir de modelo?
- Ana Karen de Mendonça Neves - Será feita uma lista com e-mail para compartilhar via drive para o grupo as atualizações sobre o Programa, as novidades?
- Desvegetal Iagro - Essa gerência "de apoio" seria a pedagógica? É que , em se tratando de uma estrutura voltada para a educação, me parece lógico ter profissional da área para orientar

as demais áreas.

## Comentários

- Allany Medeiros - O SIM/Mossoró instituiu o Comitê Técnico Municipal da Educação Sanitária, composto por várias instituições de apoio às ações de educação sanitária do Serviço.
- Luciano Fabrício - Empatia é fundamental no processo de educação sanitária para fomentar a fiscalização.
- Luciano Fabrício - Agora sim, Prof. Improta... Isso mesmo Dr Clóvis, na educação sanitária é preciso conscientizar o público-alvo.
- Marcelo Machado - Como também o público em geral
- Desvegetal lagro - Excelente explicação do prof. Improta. Não podemos esquecer que, embora fiscais, o nosso objetivo é a defesa agropecuária e não a arrecadação por meio de multas.
- Luciano Fabrício - O comportamento do produtor só será alterado quando ele se colocar no sistema. Comunicação está dentro da Educação. Não adianta comunicar, se ele não decodificar a educação.
- JB Silva - Nosso desafio é promover a saúde humana, animal e ambiental, além do aspecto econômico da Defesa Agropecuária.
- José Ivo Jr - Boa tarde. Aqui no Maranhão no município de Chapadinha está sendo desenvolvido o Vspea - Vigilância em Saúde de população exposta a agrotóxicos dentro do Programa de Saúde Ambiental.
- José Ivo Jr - Ministramos palestras de capacitação Agentes comunitários de saúde e de endemias municipais. No conhecimento do uso correto e seguro de agrotóxicos e prevenção de acidentes.
- Maristela B Vicente - Vejo que a ATER digital é uma ferramenta de apoio ao extensionista, não substitui a sua atividade, até mesmo porque não seria possível.
- Terezinha Feldens - No MS, no momento está sem pedagogo, mas tem o núcleo pedagógico.
- Elyne Dantas - Também tivemos trabalho da Gerência de Inspeção em parceria com o SEBRAE e outras instituições... por dois anos, antes do início da pandemia. Ambos foram coordenados pela Educação Sanitária aqui da ADAF.
- Desvegetal lagro - Porta folder foi ideia da pedagoga @Terezinha Feldens, para otimizar o espaço físico, organizar, dar visibilidade e disponibilizar os folders aos produtores que vão aos escritórios da lagro.
- Carolina Kamiyama - Excelente programa de combate à clandestinidade, pessoal do Ceará! Vou entrar em contato para saber mais!
- Karine Bordignon - Vale lembrar que alimentos, sejam de origem vegetal ou animal, são consumidos por TODA a população, o que ressalta a importância de incluir ações voltadas aos consumidores.
- Edi C. Paulino de Oliveira - Boaaaa, essas lives de Defesa agropecuária Nacional... temos que

unir as Defesas Agropecuária Estaduais.

- Paulo Roberto de Albuquerque Melo Segundo - Eu fiz duas lives no meu instagram para falar à população sobre o funcionamento da ADEPARÁ e IDIARN. foram excelentes. parei por motivos que não vem ao caso.
- Allany Medeiros - O PROPOA serviu de modelo para ações aqui do SIM Mossoró/RN.
- Alessandra d'Alencar - Nas instituições parceiras era importante inserir os órgãos de fiscalização ambiental (IBAMA, CPRH etc.).
- Paulo Roberto de Albuquerque Melo Segundo - Sistema "S" tb
- Catarina Mattos Sobrinho - Bom dia! Acompanho o entendimento do Prof. Improtá! Importante a interação horizontal entre as áreas vegetal e animal para o desenvolvimento dos trabalhos conjuntos de Agropecuária.
- Josi Mari OliveiraA CIDASC - SC realiza um trabalho excelente com a educação sanitária, através dos programas SANITARISTA JR, SANITARISTA ACADÊMICO e também através da E.N.A virtual.
- Tânia Duarte - Existem muitas políticas públicas direcionadas aos povos e comunidades tradicionais que acabam excluindo-os por falta de ações de defesa direcionadas. Ed. Sanitária é primordial.
- Tânia Duarte - No MA temos trabalhado muito com eles (povos e comunidades tradicionais), especialmente para efetivar as políticas públicas de acesso a mercados. Mas ainda é muito pouco para o vazio de ações ao longo dos anos.
- Jamyle Saad Vianna - O ato de fiscalização tb é educador
- Maristela B Vicente - O Educador são multiplicadores por técnicas educativas ou por conhecimento adquirido. Muito bem!
- Sylvania Andrade Reis - Não há como dissociar a extensão rural da educação sanitária as instituições de ensino precisam entender esta questão.
- Terezinha Feldens - Mato Grosso do Sul tem uma peculiaridade que é o Pantanal. Tem lugares que só pega rádio e rádio cachoeira (chiado). Então, é preciso pensar nessas pessoas, onde não pega internet.
- Desvegetal lagro - Exatamente. Nem sempre é possível adotar essas novas tecnologias.
- Maristela B Vicente - Tivemos um caso de emergência em um município que não havia rádio TV nem Internet. Trabalhamos com carro de som.
- Terezinha Feldens - Mas, no pantanal, teria que ser um avião.
- Maristela B Vicente - São as particularidades onde nem sempre as tecnologias chegam. E ensinado aos extensionistas trabalhar com várias possibilidades por esse motivo. Álbum seriado
- Desvegetal lagro - Ainda permanece a visão da predominância das ações de Educação Sanitária voltada para a área animal.
- Paulo Roberto de Albuquerque Melo Segundo - ADAPI está de portas e mídias digitais abertas
- Ana Karen de Mendonça Neves - A ADEPARÁ também está de portas abertas para a integra-

ção.

## Sugestões

- Heitor David Medeiros - O MAPA está com a faca e o queijo na mão. Só a ATER Digital com a Educação e Comunicação em Defesa Agropecuária.
- Paulo Fadil - Extensão rural deveria trabalhar em harmonia com a defesa agropecuária, Educação Sanitária e Ater, um casamento que pode gerar muitos frutos!
- Heitor David Medeiros - A TDIC é mais uma ferramenta do técnico educador!
- Juliana Solozabal -Especialização em todos os Estados
- Alessandra d'Alencar - Outra instituição que precisa participar é o órgão que trabalha com Comunidades Tradicionais (Indígenas, Quilombolas, populações ribeirinhas etc.)
- Desvegetal Iagro - Seria interessante manter a multidisciplinaridade e não segmentar a estrutura em Ed. Sanitária Animal e Ed. Sanitária Vegetal.
- Fernanda Sillos Faganello - Comitês devem ser consultivos.
- Terezinha Feldens - Incluir as comunidades étnicas é fundamental.
- Maristela B Vicente - Entendo que o processo educativo é contínuo e se faz necessário constante capacitação dos envolvidos nas ações. E necessitamos de um retorno dessas ações. No nosso caso temos no sistema os formulários.
- Gisele Camargo - Temos que manter no radar a provável fragmentação do MAPA no próximo governo, que poderá retirar alguns serviços de extensão e políticas agrícolas.
- Terezinha Feldens - Vou fazer uma observação para a próxima transmissão online. Vamos colocar uma intérprete de libras pois temos pessoas que precisam dessa interpretação.
- Maristela B Vicente - Exatamente, devemos estar preparados para essa conduta. Educador.
- Paula A S Bastos - Um banco de técnicos educadores é muito bacana e necessário.
- Luciano Fabrício - Não esqueça da Andragogia, muito importante para educação em adultos.
- Desvegetal Iagro - Todos os profissionais envolvidos na defesa agropecuária, fiscais ou não, tem de estar aptos a fazer educação sanitária.
- Carolina Kamiyama - Seria muito importante criar um GT voltado para a discussão de ações educativas nos serviços de inspeção oficiais, com por exemplo combate a clandestinidade, conscientização aos consumidores, etc.
- Paulo Roberto de Albuquerque Melo Segundo - Como somos concursados, seria importante termos em cada estado um representante na mídia, tipo um influencer. poderia ser treinado para isso (tem curso sobre isso). Dá uma conectividade ao público, principalmente quando começa a realizar caixas de perguntas e respostas no instagram.
- JB Silva - Cadeia pet e bem-estar animal são temas que podem ampliar o público interessado em outros assuntos ligados à Defesa Agropecuária, parabéns ao grupo!
- Alex Elias importante termos em cada agência estadual um profissional da área de pedagogia para trabalhar com educação sanitária! Extremamente, importante trabalhar em conjunto com

a extensão.

- Ana M. Amaral - A educação sanitária direcionada ao trânsito de subprodutos ao meu ver também é de suma importância.
- B Silva - (a Gerência de apoio) pode ser pedagógica, Comunicação Social, e TI.
- Terezinha Feldens - A Superintendência é fundamental
- Ana Karen de Mendonça Neves - Como sugestão: Da próxima vez poderíamos reunir os grupos de educação sanitária, em salas virtuais em cada Agência de defesa, para interagir com o grupo presencial.

## Críticas

- Terezinha Feldens - Fica meu registro de indignação: cada Estado precisa apresentar o seu, não estou gostando dessa forma.
- Desvegetal lagro - É verdade. Cada um deveria apresentar o seu trabalho. Por mais que outro se esforce, não é possível explicar os detalhes de como o outro estado realiza os trabalhos
- Jamyle Saad Vianna - Sentimos falta de uma abordagem voltada para o consumidor . Quando o consumidor é esclarecido e exigente toda a cadeia de produção é impactada.
- Karine Bordignon - Corroboro as palavras da @Jamyle Saad Vianna . A educação do consumidor de alimentos é fundamental e parece estar sendo pouco considerada nas ações já implementadas.
- Paulo Roberto de Albuquerque Melo Segundo - Flávia como moderadora é um show. parabéns. O modelo online foi show de bola.
- Fernanda Sillos Faganello - Bem completo, Mas, para um conceito ficou extenso, com características, diretrizes... Ainda o primeiro é mais direto para um conceito. (conceito do grupo verde)
- Karine Bordignon - Gostei muito do conceito do grupo 1, claro e objetivo
- Jamyle Saad Vianna - A definição do grupo amarelo é bem objetivo, gostei muito. Poderia ser tomado como base e talvez complementado com as demais.
- Paula A S Bastos - A definição do grupo verde está melhor (na minha opinião)
- Ana Karen de Mendonça Neves - Maravilhosa a fala do grupo vermelho. Assuntos muito pertinentes ao desenvolvimento da educação da defesa e inspeção agropecuária.
- Ana Karen de Mendonça Neves - Os organizadores da I oficina estão de parabéns, serviu para estreitar laços, verificar as ações que estão sendo realizadas nos estados e aprender para aprimorar nossas ações.
- Ana Karen de Mendonça Neves - A sacada do comitê nacional é muito boa.
- Uscimara Prado - Parabéns a toda a equipe organizadora e aos participantes!!!
- Ana Karen de Mendonça Neves - Nós estávamos precisando dessa injeção de ânimo. Excelente oportunidade de ampliar o conhecimento. Todos estão de parabéns.
- Paulo Roberto de Albuquerque Melo Segundo - Por mais encontros como esse
- Eduardo Miozzo - Muito bom!!

- Josi Mari Oliveira - Parabéns pelo maravilhoso evento!
- Coordenadoria Regional de Varginha CRVG - Gratidão sem fim, uma honra poder participar deste evento. Júlio César do IMA de Varginha-MG
- Terezinha Feldens - Parabéns por essa oficina. Foram dias de muito pensar e refletir. Meu sonho se acende novamente na esperança de termos uma educação sanitária respeitada, FORTE e coletiva.

\_\_\_\_\_



**Foto:** Palavras destacadas no conceito criado.

<sup>8</sup> - Quantidade de participantes no final da primeira quinzena de dezembro/2022.

É comum tratar como igual uma ação educativa de uma ação de divulgação de informação, especialmente quando esta é feita por profissionais fora da área pedagógica. Isso se reflete na importância dada a palavras como “processo” e “construção”.

Cabe observar que foi fala corrente a necessidade de terem pedagogos e comunicólogos nas equipes de trabalho e nos encontros de educação sanitária. Além das ferramentas e da linguagem, esses profissionais podem contribuir com a mudança dessa perspectiva que reduz a educação a uma recepção de informação que não gera mudança. A incorporação de antropólogos, sugiro, pode contribuir para traçar perfis identitários e de hábitos, úteis aos diagnósticos e construção de estratégias.

A mudança desejada foi outro fator que esteve presente nos conceitos criados, sobressaindo a mudança de comportamento e de consciência. Aqui, vale lembrar que o IBAMA tem uma produção muito reconhecida na área de educação ambiental, sendo o percurso do termo “educação ambiental crítica”, fazendo dele um parceiro potencialmente importante, além de inspirador.

O método foi outro ponto destacado, apontando para a necessidade do MAPA indicar procedimentos a serem utilizados, a exemplo de realizar diagnósticos e criar métricas. Algo dessa orientação pode estar no texto do instrumento e podem ainda elaborar guias para orientar essa prática. Esses métodos servem para que sejam construídos projetos com maior eficiência, para monitorá-los e para comprovar seus resultados.

Outro ponto alto da discussão foi o público-alvo da educação sanitária. Foi amplamente defendido que as ações não devem se restringir aos produtores, e sim focar nos consumidores e em perfis específicos da sociedade, como a população que circula habitualmente nas fronteiras (estaduais ou nacionais).

Dentre esse público se destacaram os povos indígenas e as comunidades tradicionais que circulam pelas fronteiras. O olhar para esse segmento social deve se fazer necessário, ainda, pelo fato de serem frequentes as trocas de materiais genéticos. Além disso, dada a interação desses grupos com o meio ambiente, eles podem colaborar na identificação precoce do aparecimento de agentes patogênicos. Representantes dos povos indígenas e comunidades tradicionais, mais do que público-alvo, devem ser incluídos como colaboradores do debate sobre educação.

Por fim, a partir das contribuições, ressalto algumas possibilidades:

- Criar um Fundo que possa atender a educação sanitária, cujos recursos pode advir de multas, de financiamento do setor privado, cooperação internacional e dentre outros;
- Criar incentivos para os produtores formalizarem e regularizarem seus produtos;
- Criar um espaço para consulta dos produtos regularizados, por Estado e Município;
- Aproveitar o cadastramento dos Conselhos de Classe relacionados para adquirir informações e sugerir formações/ações.